



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 92

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 11 de fevereiro de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

A sessão iniciou-se com a apresentação de diversos votos. A saber:

- [Voto de Congratulação pela passagem do vigésimo quinto aniversário da Corrida Reis](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o qual foi aprovado por unanimidade, após a sua leitura feita pelo Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*).

- [Voto de Congratulação pelo 25º aniversário da Corrida dos Reis](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelos 150 anos do nascimento do historiador António Ferreira de Serpa](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues (*CDS-PP*), passou-se para a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 75 anos da Casa do Povo do Livramento,**

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*). Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Saudação à comunidade açoriana de Gustine, no centenário da sua cidade,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*). Ainda sobre este voto usou da palavra o Sr. Deputado António Parreira (*PS*).

Ao abrigo do artigo 74.º do Regimento da ALRAA foram proferidas duas declarações políticas.

A primeiro coube ao Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*).

Aberto o debate usaram da palavra os/a Srs./as Deputados/a Paulo Estêvão (*PPM*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Manuel Pereira (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

A segunda declaração foi proferida pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

No debate participaram os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Berto Messias (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Ventura (*PSD*) e a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Na **Agenda da Reunião** foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/X - “Oitava alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto e 22/2014/A, de 27 de**

novembro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”.

No debate na generalidade e na especialidade usaram da palavra os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Deputado Francisco César (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

A proposta de DLR foi aprovada por maioria, em votação final global.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), Francisco César (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 41/X – “2.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de dezembro, Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2009/A, de 6 de março”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado António Marinho (*PSD*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Berto Messias (*PS*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Benilde Oliveira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*) e Marta Couto (*PS*).

Para defesa da honra usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*) e António Marinho (*PSD*).

O diploma foi retirado pelo proponente.

- Projeto de Resolução n.º 74/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que elabore, em estreita colaboração com os municípios, o Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs da Ilha de São Jorge”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a intervenção da Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*), usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a António Pedroso (*PSD*), André Rodrigues (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), Rogério Veiros (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Viveiros*).

Proferiu um protesto a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*) e um contraprotesto o Sr. Deputado Rogério Veiros (*PS*).

Terminado o debate o diploma foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 32 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Vamos começar pela chamada. Sr. Secretário tem a palavra.

Eram 10 horas e 07 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Baptista

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

António **Félix** Flores **Rodrigues**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Continuamos com o PTAP esta manhã e com a apresentação de votos.

O primeiro é um Voto de Congratulação pelos 25 anos da Corrida dos Reis. É apresentado pelo Partido Socialista. Pergunto ao PS qual é o Sr. Deputado que vai apresentar o voto sobre os 25 anos da Corrida de Reis?

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO CONGRATULAÇÃO 25 ANOS – CORRIDA DOS REIS

Assinala-se e festeja-se as bodas de prata, 25 anos que passaram literalmente a correr, no calendário e nas ruas da freguesia de São Mateus do Pico. São 25 anos de uma corrida de janeiro, que por isso é de Reis, mas que é muito mais que a Corrida dos Reis, é a maior prova de atletismo dos Açores e uma das maiores do País, é um exemplo de solidariedade e de bem receber, do esforço de toda a comunidade daquela freguesia e arredores, de uma comprometida e competente organização, uma verdadeira festa da vida e do desporto que promove o melhor que temos para dar nos Açores.

A ideia de criar uma prova desta dimensão, e já com esta história, surge de uma conversa casual entre António Carlos Maciel e João Castro, dois apaixonados do desporto que puseram em prática as tradições culturais e desportivas, de ocupação de tempos livres, contribuindo para melhorar a saúde ativa dos cidadãos, promovendo a prática do desporto de carácter associativo e recreativo e reforçando a atividade física e desportiva das escolas.

É imperativo associar todo êxito com 25 anos de história ao promotor, primeiro e ainda hoje diretor de prova e organizador António Carlos Maciel e por isso ser justo merecedor deste reconhecimento.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Registe-se igualmente a participação e colaboração, desde a primeira hora, dos três municípios da ilha do Pico, numa conjugação de esforços que deve servir de inspiração para os dias e desafios de hoje.

A freguesia de São Mateus do Pico é a escolhida para a edição desta prova por ser, na data, o clube local – o Boavista – uma das melhores equipas de meio fundo dos Açores, com vários êxitos regionais e nacionais, treinada precisamente por António Carlos Maciel. Desde a primeira edição, onde grande parte dos troféus eram feitos em madeira, com participantes quase exclusivamente do Pico, lanches oferecidos pela população da freguesia e com um circuito igual ao Giro da Procissão do Senhor Bom Jesus, que se mantém até aos dias de hoje, foi sempre marcada com a presença de honra dos grandes atletas nacionais, começando por Fernando Mamede, recebido em apoteose no Cais da Madalena pela população do Pico, vindo da ilha vizinha na lancha Espalamaca. Daí em frente figuras do atletismo nacional prestigiaram a prova, como Rosa Mota, nomeada embaixadora da Corrida dos Reis, Carlos Lopes, Manuel Matias, Aurora Cunha, Fernanda Ribeiro, Dionísio Castro, Conceição Ferreira, Domingos Castro, António Leitão, Manuela Machado, António Pinto, Susana Feitor, Ezequiel Canário, Vanessa Fernandes, Mário Silva, Paulo Guerra e Inês Monteiro. É a prova de que esta corrida é uma prova dos Reis do atletismo de Portugal.

Hoje são muitos os melhores atletas regionais e nacionais que não perdem uma edição da Corrida dos Reis, não só por ser a mais importante prova de atletismo dos Açores, mas especialmente pela exclusividade das características que a definem, por ser muito mais que uma prova,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Menos corridas e mais trabalho!

O Orador: ... por ser uma verdadeira festa do desporto, por ser o reflexo da qualidade hospitaleira açoriana, da determinação e cultura picarota, é por isso a açorianidade na sua plenitude.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Menos corridas e mais trabalho!

O Orador: Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário, emita o seguinte voto:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela passagem do vigésimo quinto aniversário da Corrida Reis, sendo um exemplo açoriano de determinação, promoção, bem receber, tornando o evento numa verdadeira festa do desporto.

A presente congratulação é extensiva a toda a organização, diretor de prova, instituições envolvidas e população da freguesia de São Mateus do Pico.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Organização da Corrida dos Reis, às Câmaras Municipais de São Roque, Lajes e Madalena e à Junta de Freguesia de São Mateus do Pico.

Horta, 11 de fevereiro de 2015,

Os Deputados: Miguel Costa, Berto Messias, José San-Bento e Lizuarte Machado

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Menos corridas e mais trabalho!

Presidente: Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se também ao 25.º Aniversário da Corrida dos Reis. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Francisco César (PS): E agora, vai dizer a mesma coisa?

Deputado Aníbal Pires (PCP): E agora?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Menos corridas e mais trabalho!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas o Paulo já não é capaz de dizer isso! E agora?

Deputado Berto Messias (PS): Mande os mesmos apartes agora, Sr. Deputado!

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO 25º ANIVERSÁRIO DA CORRIDA DOS REIS

A história do atletismo é muito bonita e muito antiga. Inicia-se com a própria história da humanidade.

O atletismo, sendo também a forma organizada mais antiga de competição, é, porventura, a vertente do desporto mais humanizada e mais humanista.

A corrida, uma das modalidades do atletismo, foi o “mote” escolhido por António Carlos Maciel, há 25 anos atrás, para criar um evento desportivo em São Mateus da Ilha do Pico.

Designou-o de “Corrida dos Reis” e transformou-o no maior evento desportivo açoriano.

Sonhou com ele e fê-lo realidade. Mas poucos imaginariam a proporção que o mesmo viria a ganhar, em participação de atletas, vindos de toda a Região dos Açores, da Madeira, do Continente e até do estrangeiro, muito menos imaginariam as grandes figuras nacionais do atletismo que por ele haveriam de passar.

Na verdade, no histórico do meio quarto de século desta “corrida dos Reis” constam nomes consagrados do atletismo, destacando-se em primeiro lugar o de Fernando Mamede, o primeiro grande cabeça de cartaz desta Corrida, Carlos Lopes, António Leitão, Rosa Mota, Fernanda Ribeiro e Vanessa Fernandes, entre outros.

Rosa Mota, viria mesmo a ‘emprestar’ o seu nome consagrado no atletismo para «embaixadora» da prova.

Desde as primeiras edições até à 25.^a, realizada a 18 de janeiro do corrente ano, o nível de participação tem vindo a crescer tendo-se registado nesta última edição o número record de atletas, registando-se 1350 atletas.

A corrida dos Reis assumiu-se ao longo dos anos, ser muito mais do que uma prova desportiva. É uma verdadeira “festa” do Desporto açoriano.

É um encontro intergeracional aberto a todas as idades, incluindo o desporto adaptado, enriquecido pela presença e participação dos melhores atletas nacionais da atualidade.

É também um espaço de fruição de cultura e de lazer, em que as gentes da ilha fazem o melhor acolhimento às comitivas vindas de fora, as quais levam sempre as melhores impressões do Pico, fazendo dele boa e importante publicidade.

Ao longo destes vinte e cinco anos, a corrida dos Reis tem feito uma boa campanha promocional do Pico resultando evidentes ganhos económicos no domínio do Turismo.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o grupo parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Congratulação à Associação de Atletismo da ilha do Pico, entidade promotora da Corrida dos Reis, pela celebração das **Bodas de Prata** desta prova desportiva, congratulando também o empenhado e dinâmico Diretor da prova, António Carlos Maciel, bem como todos os que, anualmente, têm oferecido o seu trabalho e talento à organização deste evento.

Mais propõe que, uma vez aprovado, o mesmo voto seja enviado para a Direção da Associação de Atletismo do Pico e ao Serviço de Desporto da ilha do Pico.

Horta, 11 de fevereiro de 2015.

Os Deputados: António Marinho, António Ventura, Cláudio Lopes, Joaquim Machado, José Andrade e Luís Garcia

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Isso é que é coerência!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se aos 150 anos do nascimento do historiador António Ferreira de Serpa.

É apresentado pelo CDS e dou a palavra ao Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pelos 150 anos do nascimento do historiador

António Ferreira de Serpa

António Ferreira de Serpa nasceu na cidade da Horta, na ilha do Faial a 13 de junho de 1865. Foi um genealogista e historiador açoriano que publicou uma vasta obra sobre as famílias da ilha do Faial e sobre a historiografia das ilhas mais ocidentais do arquipélago dos Açores.

Formado no antigo Curso Superior de Letras foi representante diplomático de vários países latino-americanos. Viveu quase toda a sua vida em Lisboa e deixou uma vastíssima obra publicada em livros, boletins, revistas e jornais.

De acordo com o historiador José Guilherme Reis Leite, “os seus temas prediletos estavam ligados aos descobrimentos portugueses, principalmente à questão do descobrimento dos Açores, defendendo o seu conhecimento no séc. XIV; a primitiva colonização das ilhas açorianas, para cujo estudo deu uma enorme contribuição; o estudo da ilha do Faial, com monografias da história local que poderão situar-se entre o que de melhor se escreveu na historiografia portuguesa; a publicação, com notas de grande valor, de textos inéditos de clássicos da historiografia açoriana, como Gaspar Frutuoso e Frei Diogo das Chagas. Tudo isto forma um corpus de história, que dificilmente se poderá encontrar entre os outros seus colegas.”.

Envolveu-se na fundação de diversas instituições, entre as quais a Liga de Defesa dos Interesses Públicos e a Academia Portuguesa de História.

Pertenceu a várias academias literárias e científicas estrangeiras como Doutor em filosofia e letras, como por exemplo o Instituto de Estudos Superiores de Palermo e à Universidade Hispano-Americana.

Possuía várias condecorações, entre elas o raro título hereditário de patrício da Sereníssima República de San Marino, e era detentor de uma rica biblioteca, tão importante que foi solicitada a sua incorporação na biblioteca da Academia Portuguesa de História, de que fora sócio fundador.

Afirma Reis Leite que a historiografia de Ferreira de Serpa “...assenta antes de mais num enorme esforço de investigação e todas as suas afirmações pretendem ser fundamentadas com documentos à vista. A sua obra é marcada por uma linguagem apaixonada e violenta, o que pode prejudicar um juízo sobre a própria. De entre o que escreveu, Reis Leite destaca a polémica gerada à volta da comemoração do V Centenário do Descobrimento dos Açores, em 1932, que teve, coerentemente, em Ferreira de Serpa um furioso opositor, que se serviu de todos os meios para desmascarar aquilo que considerava uma farsa, orquestrada com fins propagandísticos que nada tinham a ver com a história. Além dos muitos artigos em vários jornais, com destaque para o República, publicou um livro, O Descobrimento do Arquipélago dos Açores, que ainda hoje é um clássico sobre a matéria.”

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela comemoração neste ano dos 150 anos do nascimento do Faialense António Ferreira de Serpa, do qual deve ser dado conhecimento formal à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Horta, ao Núcleo Cultural da Horta, ao Instituto Açoriano de Cultura e à Academia Portuguesa da História.

O Deputado: Félix Rodrigues

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto refere-se aos 75 anos da Casa do Povo do Livramento. É apresentado pelo Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

75 Anos da Casa do Povo do Livramento

Estávamos no ano de 1939, sob a Europa e o Mundo pairava a ameaça de Hitler. Os anos seguintes iriam ser terríveis, nos Açores graças a Deus os incidentes relacionados com a Guerra não foram significativos, em termos de perdas humanas, mas as implicações na vida dos que habitavam os Açores seriam terríveis. Falta de produtos, racionamento, escalada de preços, limitações ao consumo de combustíveis e energia elétrica, etc.. Juntavam-se os efeitos da guerra aos problemas sociais e económicos existentes por via da população, dedicando-se largamente à Agricultura e Pescas usufruir de parcos rendimentos. Alguns patrões preocupados com a situação daqueles que eles trabalhavam e movidos de um espírito de solidariedade que felizmente existia em muitas zonas rurais Açorianas, preocupam-se com a situação existente, de autêntica miséria para muitos trabalhadores e suas famílias, e que provavelmente iria ser agravada nos próximos anos. E meteram mãos à obra dinamizando várias

instituições de carácter social que já existiam algumas delas funcionando à volta da Igreja, e criando outras para responder a novos desafios envolvendo nelas os próprios trabalhadores.

Foi assim que no dia seguinte ao Dia do Natal, interessante a data escolhida e que diz muito das preocupações existentes, no dia seguinte ao dia de Natal, dizíamos, a 26 de dezembro de 1939 foi fundada a Casa do Povo do Livramento por um distinto proprietário agrícola de então o Visconde do Porto Formoso. Os seus descendentes, alguns, mais diretos, alguns, ainda vivem no Livramento.

Os estatutos da Casa do Povo do Livramento ditavam desde então como principal objetivo da instituição a defesa de todos os trabalhadores nela inscritos, assumindo a defesa dos interesses destes trabalhadores nos aspetos morais económicos e sociais.

A Casa do Povo apoiou largamente as pessoas no período conturbado da II Guerra Mundial, Guerra Colonial, Instauração da Democracia.

E foi sempre adaptando-se às condições de vida dos cidadãos que se iam alterando passando finalmente com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social a desempenhar um papel importante em outras atividades sempre sem perder de vista o papel essencial e predominante que sempre teve no âmbito da solidariedade social do apoio às famílias.

Hoje atua na animação cultural. Social. Desportiva, e recreativa. Trabalha na promoção da saúde, prevenção de comportamentos de risco e muito apoio social em coordenação e cooperação com outras entidades.

De referir também a visão dos seus fundadores há 75 anos que desde então determinaram como área de abrangência a freguesia vizinha de São Roque a quem tem servido. De realçar aliás as parcerias destas duas freguesias num esforço de rentabilização de infraestruturas de que se salientam a casa mortuária e o cemitério comum.

Por tudo isto a Casa do Povo do Livramento tornou-se uma instituição que marca a história da freguesia pela positiva daí que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista de acordo com as normas regimentais aplicáveis, propõe a aprovação pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores de um Voto de Congratulação pelos 75 anos da Casa do Povo do Livramento do qual deve ser dado conhecimento formal à Casa do Povo do Livramento à Junta e à Assembleia de freguesia.

Disse. Obrigado.

Horta, Sala das Sessões 11 de fevereiro de 2015.

Os Deputados: Pedro Moura, José San-Bento, Berto Messias e Miguel Costa

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto desta manhã é um Voto de Saudação referente ao Centenário da cidade de Gustine, na Califórnia.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Centenário da Cidade de Gustine (Califórnia)

Milhares de açorianos, especialmente oriundos do Grupo Central do Arquipélago dos Açores, encontram-se radicados no Estado da Califórnia, o mais populoso dos Estados Unidos da América.

Estão sobretudo no imenso, fértil e próspero Vale de San Joaquim e são proprietários de 70% das cerca de 1.200 “leitarias” emblemáticas da Califórnia, algumas com mais de 10.000 vacas leiteiras.

É neste contexto geográfico e económico que vamos encontrar a pequena cidade de Gustine, com cerca de 5.000 habitantes em 4 quilómetros quadrados, a 31 quilómetros de distância de Turlock, a 25 de Los Banos e a 22 de Hilmar, a cidade-sede da Casa dos Açores da Califórnia.

Gustine foi povoada no início de 1900, como estação de caminhos-de-ferro, desde sempre considerada um enclave luso-americano por ser a maioria dos seus moradores proveniente dos Açores.

A herança cultural açoriana ficou e continua gravada e patente na história e na atualidade desta “cidade azul e branca” do “Estado Dourado”.

Para além de manter a centenária Irmandade do Espírito Santo de Gustine, acolhe uma das mais representativas festas tradicionais portuguesas da Califórnia, se não mesmo a maior, realizada no mês de setembro em honra de Nossa Senhora dos Milagres.

- Uma festa levada da Serreta, em 1936, pelo terceirense João Matos e pelo micaelense Manuel de Sousa.

- Uma festa com bodo de leite, carros de bois, cantadores ao desafio, sopas de função e touradas de praça, com mais de uma dezena de filarmónicas e mais de uma centena de associações, que atrai milhares de portugueses de toda a Califórnia, da Costa Leste e do Canadá.

Esta cidade de Gustine, originalmente e maioritariamente de cariz açoriano, foi formalmente constituída há 100 anos, em 1915.

Por isso, associando-se ao centenário da sua incorporação, o Parlamento dos Açores saúda a comunidade açoriana que muito ajudou a fundar e a desenvolver a cidade de Gustine, num abraço fraterno que alberga em geral os nossos emigrantes do Vale de San Joaquim e do Estado da Califórnia.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Saudação à comunidade açoriana de Gustine, no centenário da sua cidade**, do qual deve ser dado conhecimento formal ao City Council de Gustine, ao Mayor Dennis Brazil e ao congressista luso-descendente Jim Costa que representa este Distrito na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América.

Horta, Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2015.

Os Deputados Regionais: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, José Andrade e Bruno Belo

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Toste tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já pude constatar pessoalmente, quer no Vale de San Joaquim, quer em Gustine, a realidade do que é aquela parte da América. É uma cidade com muitos açorianos, realmente, onde se mantêm muitas e muitas das tradições das nossas ilhas.

Realmente, a festa de Nossa Senhora dos Milagres, coincide com a festa de Nossa Senhora dos Milagres na Terceira, na Serreta.

É uma festa que tem muitos e muitos emigrantes de todas as ilhas dos Açores e há um grande convívio entre todos.

Existe também muitos açorianos que partiram há muito tempo, açorianos de sucesso nomeadamente na área agrícola e pessoas que partiram à procura de melhor sorte e que penso que hoje são o exemplo bem vivo do que é ser empreendedor.

Naquela altura, partir com uma mala na mão, à procura de melhor sorte (hoje certamente será mais fácil) era um exemplo bem vivo do que é ser um bom empreendedor.

Recentemente, precisamente o ano passado, foi editado um livro da autoria de José Liduíno Borba, em homenagem a um desses açorianos, que é o senhor João Pires, um açoriano também de sucesso naquela parte da América, uma pessoa que faz o bem, procura ajudar o amigo, é amigo do amigo.

Por tudo isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como é normal e lógico, também se vai associar a este voto.

Obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para as declarações políticas. A primeira é do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A coesão social, económica e política dos Açores é indispensável para vencer as dificuldades da nossa separação geográfica.

Durante séculos, os Açores viveram afastados entre si e só a implementação da Autonomia permitiu o desenvolvimento conjunto de todas as nossas ilhas.

Nestes quarenta anos passámos por muito juntos. Sismos e derrocadas que arrasaram ilhas ou partes de ilhas e levaram muitas vidas.

Realidades que se alteram radicalmente, como a saída dos franceses nas Flores ou o progresso da aviação civil que penalizou Santa Maria, trouxeram maiores dificuldades e a exigência de procurar outros caminhos.

A tudo, a tudo os açorianos têm sabido responder.

Com a Autonomia conseguimos que cada dificuldade não resultasse em mais uma vaga de emigração que só acaba por nos empobrecer.

Quarenta anos depois, que não restem dúvidas: Separados voltaremos aos problemas do passado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Separados não vamos a lado nenhum e acabaremos, todos, por ficar mais pobres.

Deputados Duarte Freitas e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD/Açores acredita, defende e sempre trabalhou para o desenvolvimento de todas as ilhas por igual. É isso que vamos continuar a fazer, na oposição ou no Governo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nas últimas semanas, com tristeza, temos assistido a algumas preocupantes tentativas de fazer a contabilidade sobre quem recebeu mais ou pagou menos no passado e no presente, e em todas as ilhas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Nenhum açoriano pode ficar tranquilo ou sentir-se orgulhoso destas divisões. Muito pelo contrário.

Elas são, normalmente, o sinal de mau governo ou de um poder político fraco e pouco dialogante.

Deputados Joaquim Machado e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Nenhum açoriano pode esquecer que a Autonomia permitiu construir um modelo de desenvolvimento para os Açores onde todos, de Santa Maria ao Corvo, contribuem para que todos possam ser iguais.

Mas, nenhum açoriano pode ter a mínima dúvida: vivemos a maior crise de sempre em Autonomia? É verdade, vivemos, mas estaremos a cometer um erro trágico se procurarmos no nosso vizinho as culpas para problemas que são de todos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Não há desemprego em cada uma das nossas nove ilhas por causa da ilha do lado.

Não existem milhares de famílias nas nossas freguesias a precisar de ajuda por causa da freguesia ao lado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Existem milhares de famílias e empresas em dificuldade em todas as ilhas, em todos os nossos concelhos.

Existem problemas em todas as ilhas dos Açores porque o Governo Regional tem sido incapaz, tem demonstrado impreparação e uma preocupante tendência para se preocupar demasiado com o embelezamento dos resultados.

Deputados Luís Rendeiro e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A economia vive dificuldades é um facto e os resultados destes dois anos demonstram que não há motivos para crer no Governo socialista.

Como acreditar no Governo socialista que promete agora criar mil empregos numa ilha, se esse Governo prometeu criar mil empregos no setor florestal e não cumpriu?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como acreditar num Governo que promete um plano integrado para revolucionar os transportes marítimos no Grupo Central e que agora anda escondido para não responder pelos problemas que se têm registado nos transportes marítimos?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E o que dizer da Carta das Obras Públicas ou da Agenda Açoriana? A Carta é criticada pelos próprios autarcas socialistas por não ser cumprida e a agenda resultou no maior desemprego de sempre.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Onde estão os resultados do PECA (Plano Estratégico para a Coesão dos Açores), que nunca saiu do papel, mas que serviu para mais um pomposo anúncio?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a saúde?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: A crise que se tem registado no turismo não é pela falta de um plano ou pela falta de dinheiro para promoção uma vez que o Governo Regional anuncia todos os anos gastos de milhões em promoção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Cada Plano, cada Carta ou cada Agenda é sinónimo da confissão da incapacidade do Governo Regional para resolver um problema.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É hoje evidente nos Açores que é preciso apenas um Plano: libertar as nossas ilhas do mau Governo socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): *Stand up comedy* a esta hora da manhã, Sr. Deputado! *Stand up comedy!* É preciso ter paciência!

O Orador: É urgente libertar a nossa Região dos maus indicadores sociais e escolares, da política de favor e dos negócios de utilidade duvidosa decididos nos corredores do Poder.

Não podemos mais continuar este ciclo de desperdício de dinheiro em obras mal construídas, em investimentos que nada reproduzem a não ser dívidas.

Os Açores precisam de um Governo que pense menos na propaganda e governantes que se preocupem mais com os resultados.

Deputado José Ávila (PS): E os *outdoors* como é que estão?

O Orador: O PSD/Açores aqui está para corporizar esse desejo de mudança.

Para dizer aos açorianos que vale a pena lutar pelas nossas ilhas.

Que todos juntos valem mais e que todos juntos vamos saber sair desta triste situação em que o Governo socialista nos colocou.

Deputado José Ávila (PS): Olha quem fala em propaganda!

O Orador: À impreparação socialista responderemos com competência, capacidade de trabalho e de diálogo.

Os Açorianos sabem que podem confiar...

Deputado José Ávila (PS): Pois sabem!

O Orador: ... e que vão poder acreditar de novo na sua terra!

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Não havendo vamos então passar para a próxima...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para intervir? Tem a palavra.

Deputado Rogério Veiros (PS): O apêndice do PSD!

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tenha cuidado, Sr. Deputado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados...

Deputado Rogério Veiros (PS): Quer que volte a repetir?

O Orador: Não volte a repetir. Eu não admito que o Sr. Deputado ofenda...

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: ... os Deputados que estão no uso da palavra.

Deputado Rogério Veiros (PS): Eu não o ofendi pessoalmente!

O Orador: O senhor não ofenda os outros.

Presidente: Srs. Deputados... Sr. Deputado Paulo Estêvão, por favor, não entrem em diálogo entre bancadas.

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero dizer aqui o seguinte:

Estamos num plenário em que cada um exprime as suas opiniões políticas de forma livre.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, não dormiu e fica assim!

O Orador: Mas eu, aqui neste Parlamento como em qualquer outro sítio, exijo ser tratado com boa educação e exijo não ser ofendido, muito menos neste local, que é o local da Democracia, do debate político correto e cívico.

Portanto, neste local e em nenhum outro local aceito ser ofendido.

Deputado José Ávila (PS): Mas quem é que o ofendeu?

O Orador: Ofensas pessoais.

Portanto, o senhor tem que aprender a respeitar a opinião dos outros e não pode vir aqui tentar condicionar e insultar os outros Deputados quando estão no uso da palavra.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é o que senhor normalmente faz!

O Orador: Portanto, o que eu tenho a dizer é que a declaração política do Partido Social Democrata, na minha perspetiva, toca naquilo que é fundamental, que é o facto deste Governo do Partido Socialista, esta maioria do Partido Socialista que dura há 20 anos, esmagar, oprimir aquela que é a postura democrática que tem vindo a ser desenvolvida pelas oposições.

São aqui apresentados projetos, alternativas, e o Partido Socialista responde com propaganda e com opressão política.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que eu tenho a dizer é que em momentos e em circunstâncias, como temos demonstrado ao longo destas duas legislaturas, em que o Governo Regional nos pede auxílio, nos pede colaboração política, do ponto de vista da defesa dos interesses dos Açores, sempre dissemos presente.

Em circunstâncias difíceis sempre dissemos presente. Em muitos combates contra o centralismo, por exemplo, sempre dissemos presente.

Agora não podemos é estar de acordo em tentar escamotear aquelas que são as responsabilidades políticas e económicas que a governação socialista transportou para a Região.

Não podemos entrar num sistema de branqueamento das responsabilidades do Partido Socialista no âmbito da governação dos Açores. É isto que temos vindo a separar e que temos vindo a destrinçar.

Uma coisa é defender os interesses dos Açores, e aí estamos sempre na defesa dos interesses dos Açores, mas isso não pode significar nunca que na questão da

Base das Lajes, por exemplo, que foi aqui referenciada, o facto de estarmos ao lado dos interesses dos Açores, que vamos branquear a atividade do Partido Socialista ao longo destes 20 anos, a inércia e a incompetência que demonstrou nesta questão.

Portanto, ao mesmo tempo que estamos do lado certo da defesa dos interesses dos Açores, o debate interno sobre as nossas diferenças e as responsabilidades que o Partido Socialista tem nesta matéria, não pode deixar de ser feito.

A democracia tem que funcionar e as diferenças têm que ser apresentadas. É isso que temos feito. Ou seja, há neste processo da Base das Lajes, enorme responsabilidade por parte do Governo Regional.

Estamos num momento difícil. É verdade que estamos num momento difícil e vamos fazer tudo o que nos for possível para auxiliar o Governo Regional dos Açores e as diversas instituições...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o Bloco de Esquerda!

O Orador: ... na defesa dos Açores. Vamos estar nesta matéria. E ao mesmo tempo, num debate frontal e franco, vamos continuar a apresentar aquelas que são as nossas diferenças e as responsabilidades que o Partido Socialista teve nesta matéria.

Termino, Sra. Presidente, referindo aquilo que já ontem referi.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha aí a saúde!

O Orador: É que se o impacto da Base das Lajes tem neste momento esta projeção e estará nesta amplitude, é por que a economia da Ilha Terceira está neste momento amplamente destruída pelos últimos 20 anos de governação do Partido Socialista.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP já ontem teve oportunidade de chamar a atenção para estes problemas da coesão dos Açores.

No entendimento do CDS-PP a coesão territorial, social e económica dos Açores só se atinge com políticas específicas e focadas nas necessidades particulares de cada ilha.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Pelo desenvolvimento de cada ilha se consegue alcançar o desenvolvimento do todo regional!

Porém, hoje, o desenvolvimento harmonioso dos Açores é uma quimera.

Ou seja, está mais do que provado que o modelo de desenvolvimento adotado nos 20 anos de governação do PSD e nos 18 anos de governação socialista, falhou.

Se dúvidas houvesse elas são dissipadas por um recente estudo do INE sobre índices de coesão, que compara 30 regiões do País, e que coloca os Açores no último lugar.

O modelo falhou porque as políticas foram erradas, continuamente erradas.

Os açorianos, individualmente ou através das suas empresas, têm realizado um esforço de progresso e modernização. Mas este esforço não tem sido suficiente.

Na agricultura, os produtores esforçam-se, mas perante um aumento dos custos de produção, não são recompensados nos seus rendimentos. A rede regional de abate apresenta lacunas que não foram colmatadas, especialmente nas “Ilhas da Coesão”.

Em São Jorge, por exemplo, o Governo nunca cumpriu com um dos seus compromissos eleitorais – sala de desmancha do matadouro da ilha São Jorge –, e bem que eles são necessários.

O fim das quotas leiteiras será outra hecatombe económica e social nos Açores, e não se vislumbram medidas de mitigação de impactos, nem nos orgulhamos da capacidade reivindicativa do Governo Regional junto das instâncias com responsabilidades na matéria para inverter este cenário...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: No fundo, capitulamos e resignamo-nos!

Outro erro clamoroso da governação socialista foi a unificação das cooperativas de lacticínios de São Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falidas!

A Oradora: A medida implementada para pagar dívidas, reduzir custos, aumentar exportações e melhorar os rendimentos dos produtores, transformou-se numa estrutura mais despesista que não compensa os lavradores na devida proporção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: No setor das pescas e da transformação do pescado, os profissionais esforçam-se, mas os problemas surgem depois das capturas.

Deputado Rogério Veiros (PS): Seja coerente, Sra. Deputada!

A Oradora: Incomoda, não é Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Rogério Veiros (PS): Lá dizem uma coisa e depois vêm para aqui e dizem outra coisa!

A Oradora: Devido à política de transportes aéreos que o Governo socialista não soube colocar ao serviço da economia, os pescadores das Flores, Corvo, Graciosa e São Jorge não conseguem obter o mesmo rendimento que os pescadores das ilhas que possuem ligações aéreas diretas ao exterior da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: Sobre este assunto, desde 2008 que o CDS vem apresentando propostas para a aquisição de um avião mini-cargueiro que, finalmente, em

novembro de 2011, esta Assembleia aprovou, para a realização de um estudo de viabilidade da aquisição desse meio aéreo.

Importava que o Governo nos esclarecesse sobre o andamento desse processo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: A Fábrica de Santa Catarina, apesar de ter recuperado a carteira de clientes e aumentado a produção, continua com uma gestão corrente deficitária, pela clara falta de injeção de capital.

Os transportes, quer marítimos quer aéreos, são fundamentais para a mobilidade de pessoas e mercadorias, constituindo-se como fator de coesão. Mas a coesão que o Governo socialista propagandeia não a pratica.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Orador: Neste sentido, o setor turístico nestas ilhas tem sofrido um acentuado revés, registando-se baixíssimas taxas de ocupação, unidades fechadas durante meses e gente a ir para o desemprego.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As políticas aplicadas às “Ilhas da Coesão” não foram capazes de fixar a população ou captar novos habitantes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Provam-no os resultados dos últimos Censos.

Com encerramentos de escolas, de cooperativas de produtores, de serviços de saúde de proximidade e com dificuldades e custos acrescidos para as famílias e empresas, é fatal que as “Ilhas da Coesão” sofram um êxodo populacional.

As sucessivas políticas implementadas para a coesão dos Açores foram, de falhanço em falhanço, acabando no PECA – Plano Estratégico para a Coesão dos Açores –,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que está?

A Oradora: ... que foi um fogacho pré-eleitoral socialista nada inovador, a não ser no reconhecimento público do Governo de que as suas próprias políticas falharam.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Orador: O sucesso da Autonomia depende da capacidade dos Açores e dos açorianos, enquanto Povo com capacidade para se autogovernar, manterem as nove ilhas habitadas e com atividade económica sustentada.

Para isso, importa alterar o paradigma da governação. Os açorianos já perceberem as vantagens e, sobretudo, as desvantagens de governos de maioria absoluta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Orador: Já perceberam, com 20 anos de uns e 18 anos de outros, que a alternância entre PSD e PS não é solução que conduza os Açores ao desenvolvimento que merecemos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isto estava a correr tão bem!

Deputado José Ávila (PS): É o que faz darem a intervenção antes!

A Oradora: E os resultados estão à vista... Já não há planos que resistam... Porque a cada novo plano que os socialistas apresentem, as ilhas vão insurgir-se umas contra as outras reivindicando para si o mesmo que se dá a qualquer outra...

Chegou o momento de parar com a politicazinha e de abraçar o desígnio de refundar a nossa Autonomia...

A nossa geração e a geração dos nossos filhos exigem de nós este esforço!!!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada! Não apaga a história, nem branqueia a história!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo mais inscrições... Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção na sequência da declaração política proferida pelo Sr. Deputado Bruno Belo, para fazer uma constatação, simples, que julgo até que já terá sido feita por todos os aqui presentes e por todas as açorianas e açorianos que acompanham os nossos trabalhos.

Chegados ao ano de eleições legislativas nacionais e ocorrendo no próximo ano eleições legislativas regionais,...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É a democracia!

A Oradora: ... naturalmente que o PSD tem uma grande necessidade de reescrever a história e adaptar a sua narrativa de forma a apagar um conjunto de factos históricos. São eles: a crise internacional e o papel que...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): E o Governo de Sócrates!

A Oradora: ... que o seu partido, e também o partido da Sra. Deputada Ana Espínola, desempenharam no caminho que nos trouxe até aqui.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): A culpa é sempre dos outros!

A Oradora: Fazer demagogia, Sr. Deputado, é muito fácil. É muito fácil chegar aqui e usar da palavra, correndo todas as áreas da governação e mais houvesse,...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Tem sido um sucesso!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É só bons resultados! Onde é que está o PECA?

A Oradora: ... e dizer que o Governo tem estado mal.

Nós não negamos a existência de dificuldades, pelo contrário. Temos assumido essas dificuldades e temos implementado respostas para responder a elas. É isso que nos distingue. Enquanto que os senhores se moveram por uma perspetiva ideológica, tornando-se discípulos fiéis de uma Europa que decidiu traçar um caminho que levaria, como levou, à destruição de centenas de milhares de postos de trabalho, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A solução é grega!

A Oradora: ... ao esmagamento da classe média, ao empobrecimento das pessoas, nós lutámos contra essas medidas.

Eu acho extraordinário que a esta altura do campeonato os senhores se apresentem aqui como se não tivessem quaisquer responsabilidades...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... na situação em que os encontramos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores é que acham que não têm nenhuma! Muito bem, Sra. Secretária, a culpa da oposição!

A Oradora: É inacreditável que achem que os açorianos e os portugueses se esquecerão que os senhores (o PSD e o CDS-PP)...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E o PS!

A Oradora: ... são os partidos que na República implementaram as políticas que implementaram e que nos levaram onde nos encontramos hoje.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: O Governo socialista e os sucessivos Governos do Partido Socialista orgulham-se do trabalho que têm feito pelo desenvolvimento de todas as nossas ilhas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E os indicadores sociais?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Falemos dos indicadores sociais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o sucesso escolar?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que está o PECA?

A Oradora: Falemos, Sr. Deputado. Mas falemos de todos os indicadores sociais.

Pretender, como por exemplo na intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão que quis fazer passar que se a situação fosse outra, a desmobilização do efetivo das Base das Lajes não teria o efeito que teve, Sr. Deputado, é querer enganar as pessoas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é a negação da autonomia!

A Oradora: ... porque estamos a falar de uma economia que ao longo de décadas se desenvolveu em torno da atividade da Base das Lajes.

Portanto, vamos ser sérios neste debate.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Assumam as vossas culpas!

A Oradora: Vamos assumir cada um de nós o nosso papel. E o vosso papel não vos deixa bem nesta fotografia.

Podem ter a certeza que nem os açorianos nem os portugueses se esquecerão de quem é que os senhores são e do que é que representam.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Deus queira que não se esqueçam de quem é que nos trouxe até aqui!

Não falou no PECA!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, eu pergunto... Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Ouvindo a declaração política e a intervenção feita pelo Deputado Bruno Belo parece-me que será importante recordar-lhe alguns factos que ele omitiu, talvez por desconhecimento, mas será importante lembrá-lo assim como lembrar esta câmara.

Falou na questão da coesão regional e falou da necessidade de unidade que deve existir neste momento difícil que agora se atravessa, designadamente com a questão da Base das Lajes.

Será importante referir que são individualidades, alguns deles até antigos governantes do PSD, que têm contribuído de certa forma para essa desunião e tornar-nos a todos mais fracos.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Omitiu essa realidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a falar do Dr. Fernando Menezes?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está a falar do Dr. Fernando Menezes, antigo Presidente desta Casa! Ou de todo o Conselho de Ilha do Faial!

Deputado Luís Redeiro (PSD): O Governo é do Partido Socialista e as responsabilidades são dos outros!

O Orador: O senhor sabe bem de quem é que eu estou a falar.

Porque falou na Base dos franceses, importa lembrar que na altura – eu sei que era jovem – a saída da Base dos franceses implicou automaticamente a saída da Rádio Naval e nessa altura a unidade que existiu, a união e o apoio que existiram para com os florentinos, foi a atribuição do fundo da Comissão Luso-francesa, que há data era cerca de 2 milhões e meios de contos, para então EDA.

Isso não foi feito pelos Governos do Partido Socialista. Foi da responsabilidade da governação do PSD. Os florentinos bem sabem e não esqueceram.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual governação? De há 20 anos?

O Orador: Foi em 1993, Sr. Deputado.

Deputado António Parreira (PS): O senhor não estava cá nessa altura!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No século passado!

O Orador: Relacionado com a gestão...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Na altura ele não era jovem. Não tinha nascido ainda!

O Orador: Ah, sim! É capaz!

Relacionado com a má gestão que atribui à governação socialista, eu devo lembrar que o Sr. Deputado enquanto técnico da Câmara Municipal das Lajes também pactuou com aquilo que foi tornado público, da gestão do PSD na Câmara das Lajes,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pactuou?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas o que é isto?

Deputado Luís Garcia (PSD): Ele enquanto técnico é que tem responsabilidades. Onde já vamos!

O Orador: ... com o aumento de endividamento de cerca de 800%.

Acho que vir falar e vir agora alegar má gestão do Governo Regional deve primeiro olhar para si e depois olhar para os restantes.

Relacionado com a CROP, se calhar a referência que fez foi porque ainda recentemente foi anunciado o lançamento do concurso para aquilo que o Sr. Deputado, em campanha eleitoral, chamou de ramal de Ponta Delgada...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu quero é saber as isenções de IRS que há nas Flores! A isenção de 70% de IRS que há nas Flores!

O Orador: ... que é a conclusão da fase da estrada dos Ferros Velhos/Ponta Delgada, e todos os ramais que ainda falta reabilitar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo para encerrar esta declaração política.

(*) Deputado Bruno Belo (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

O PSD não tem necessidade de reescrever a história porque o PSD tem uma história e orgulha-se da sua história.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Alguns, atrás de si, é que têm essa necessidade!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Tem, tem!

O Orador: A história do PSD, eventualmente como a história de qualquer partido, tem momento melhores e tem momentos piores, mas de modo nenhum o PSD tem vergonha do seu passado na Região Autónoma.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Eu nem sequer falei nisso! Veja bem do que é que eu falei. Não deturpe as minhas palavras!

O Orador: E sobretudo não tem vergonha nenhuma sobre um assunto muito concreto, que é a Autonomia,...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que é muito mais do que aquilo que a senhora referiu.

A senhora tocou aqui num ponto que não é mais do que uma situação que todos nós vivemos e que todos sabemos o porquê dessa situação. Todos sabemos a origem que tem a situação que hoje vivemos nos Açores e no país e todos sabemos que essa situação se chama José Sócrates.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Esse discurso não pega!

O Orador: Todos sabemos que neste momento o atual Secretário-Geral do Partido Socialista até teve menos votos que José Sócrates. Foi eleito com menos votos que José Sócrates.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Oliveira e Costa! Duarte Lima!

O Orador: Exatamente. António Costa foi eleito com menos votos que José Sócrates.

A situação a que a Sra. Secretária se refere tem um nome e todos nós sabemos: José Sócrates.

A pergunta que lhe faço é só uma, Sra. Secretária!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não pode fazer perguntas! Está a encerrar o debate!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não posso responder!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Basta só abanar com a cabeça!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É retórica.

O Orador: É retórica. É uma pergunta retórica.

O país está mais bem governado agora ou estava mais bem governado com José Sócrates? É a isso que a senhora tem que responder. É a essa questão que a senhora tem que responder.

Deputado António Parreira (PS): Não pode responder!

O Orador: Mas vou dizer-lhe, Sra. Secretária, a Autonomia dos Açores e da Madeira são filhas de 74. Assumiram um projeto descentralizador que assentava em princípios de quem está mais perto da realidade e das populações, com meios adequados, com capacidade de acudir melhor e com mais rapidez aos problemas do que o poder central distante.

No nosso caso particular, a Autonomia assumiu ainda uma dimensão inovadora: a de pensar os Açores como uma Região única, composta por nove ilhas, com idênticas dificuldades...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Diga isso ao Sr. Deputado Luís Maurício, no Conselho de Ilha de São Miguel!

O Orador: ... e com idênticos direitos.

A Autonomia foi construída com açorianos de vários quadrantes e forças políticas e não foi construída para aquilo que o Partido Socialista faz dela hoje.

Deputado José San-Bento (PS): Eu disse isso na minha intervenção de tribuna, Sr. Deputado!

O Orador: Hoje estamos perante um teste à sua coesão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A nossa Autonomia só tem futuro enquanto nela todas as ilhas (todas as ilhas!) se sentirem tratadas com justiça e equidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Por isso, governar os Açores é olhar para todas as ilhas e definir estratégias de desenvolvimento para além dos interesses eleitoralistas, de bairrismos e de visões tecnocráticas e economicistas.

Governar os Açores é respeitar a realidade única e inultrapassável de que a nossa riqueza reside também na nossa diversidade. Cada uma das ilhas é um mundo igual de dignidade e de harmonia e se faz de investimento repartido, complementar e solidário.

Exercer o honroso serviço de governar os Açores devia, pois, ter no cumprimento dos governantes a palavra dada aos eleitores, o bem mais precioso dessa participação pública e o dever mais importante desse contributo político para o desenvolvimento de um país ou de uma região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas infelizmente aquilo a que mais assistimos é a coberto das mais diversas justificações e estratégias se esquecerem ou não alterarem os compromissos eleitorais.

Hoje temos um Governo que se especializou num *marketing* político e que na falta de respostas para os problemas dos açorianos ataca a oposição como se fosse da culpa oposição a inépcia governativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A demagogia é isso mesmo, é dizer o que o povo gosta, mesmo que seja irrealizável e contraditório em si.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): O senhor não esteve aqui esta manhã!

O Orador: Finalmente, o Sr. Presidente do Governo há dias disse-se chocado, e eu também estou.

Deputado José San-Bento (PS): Não parece! O senhor está normalíssimo!

O Orador: Numa família com dificuldades o chefe de família tem a obrigação de procurar consensos,...

Deputado Francisco César (PS): Chefe de família, Sr. Deputado! Isso é um termo do Estado novo!

O Orador: ... gerir as dificuldades, as assimetrias, definir um rumo.

Numa família em dificuldades todos devem unir-se na procura de melhores soluções e com o espírito de solidariedade. E o chefe dessa família tem a obrigação de procurar as soluções de consenso que mantenham essa família unida.

O desafio é: seremos capazes de unir aquilo que o Partido Socialista desuniu?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer agora um intervalo. Regressamos a um quarto para o meio-dia.

Eram 11 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 57 minutos.

A próxima declaração política é a do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para o Bloco de Esquerda, a acuidade, a gravidade e a emergência do que se está a passar na ilha Terceira, em resultado das decisões da administração norte-americana é, de facto, ímpar.

Como tal exige, pela sua dimensão e profundidade, respostas novas, bem como a assunção das responsabilidades a quem de direito e a nossa Região não pode abrir mão dessas responsabilidades, nem das consequentes reparações, devidas e exigíveis.

O Bloco de Esquerda não pactua com o inusitado barulho que se fez na última semana, durante a qual proliferaram as reivindicações de determinados setores políticos e económicos, aos quais, tentando exacerbar bairrismos subterrâneos, mais não visam do que esconder os principais causadores da calamidade social, económica e ambiental, vivida na ilha Terceira.

Até mesmo escribas partidários do Governo Regional reinventam a história do nosso país, para acobertar os verdadeiros causadores deste trágico problema social.

Estamos a falar, Sras. e Srs. Deputados, de mais de 2.000 pessoas lançadas no desemprego, (não esqueçamos: o maior desemprego coletivo, o maior despedimento coletivo da história da Autonomia numa ilha com 55 mil habitantes!), e muitas destas 2.000 pessoas anunciadas já sofrem, nas suas vidas, esse flagelo. Estamos a falar de uma quebra abrupta da economia da ilha. Estamos a falar de uma pegada ecológica sem precedentes, na nossa Região.

Perante este cenário dantesco, é da mais elementar justiça que a Região exija da administração norte-americana, assim como do Governo da República, a justa compensação.

Na nossa ótica, não estamos a falar dos méritos e deméritos do Governo Regional. Não estamos a dizer se o Plano de Revitalização da Ilha Terceira, apresentado pelo Governo, foi feito numa noite ou num dia.

Estamos a falar da obrigação imperiosa do Governo Regional, em defender, sem tibiezas, o presente e o futuro de milhares de pessoas e suas famílias, com particular incidência e preocupação para jovens e crianças. Nesse sentido, a hierarquia de responsabilidades apontadas pelo referido Plano de Revitalização tem o nosso acordo.

É evidente que este Plano não pode – para acudir a uma emergência – ter, como reverso, o prejuízo de outras ilhas, seja de que maneira for. É claro que as eventuais colisões de interesses devem ser assumidas e corrigidas, pois o Plano de Revitalização referido (como qualquer outro plano) está sempre sujeito a melhorias. Contudo, não podem eventuais erros, omissões ou falhas servir de pretexto para ofuscar aquilo que é essencial.

Hoje, o que urge é lutar pelos nossos concidadãos/ãs. Lutar pelos açorianos e açorianas e não pelos “nossos” eleitores/as. E tudo aquilo que seja branquear responsabilidades ou criar manobras de diversão não ajuda, nesta luta.

A placidez, até mesmo o desprezo que, numa primeira fase, esta questão mereceu do Governo PSD/CDS, não augura nada de bom e contrasta, indecentemente, com a rapidez e eficiência com que o mesmo Governo corre a salvar qualquer Banco.

Após o facto consumado, lá se decidiu a formar (não sabemos quando, nem como) um grupo de trabalho para estudar o problema.

Tudo é feito lentamente, reservadamente, com muita prudência, pois não são as pessoas, a ilha, a Região Autónoma dos Açores, que mais importam ao Governo da República. O que importa (e sempre importou) é o seu alinhamento ideológico, com os arvorados polícias do mundo. Estes não podem ser beliscados – é esta a palavra de ordem dos servos da gleba (leia-se, Governo da

República) aos desmandos do senhor seu amo (leia-se, administração norte-americana).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Syriza vai resolver isso!

A Oradora: Na mesma linha – e apesar dos seus esforços –, o Governo Regional não obteve do Partido Socialista nacional um categórico apoio às suas propostas. O mais que ouvimos de António Costa e de Carlos César, foi que o assunto era muito importante e, por consequência, o Primeiro-Ministro deveria assumir o comando de todo o processo. Para quem quer assumir a candidatura a Primeiro-Ministro do país, exige-se outro tipo de compromissos para com os/as portugueses/as desta e de qualquer outra região.

Todos estes factos mostram, à evidência, que este processo será duro. Às esperadas manobras políticas da administração norte-americana, junta-se, desde já, a falta de empenho de responsáveis e dirigentes políticos, na República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Costa resolve isso tudo!

A Oradora: Por tudo isto, não podemos ser nós, nos Açores, a dar tiros nos pés.

Por outro lado, tirar lições desta situação não fará mal a ninguém. Atravessamos, no País e na Região, a maior crise social e económica da democracia e, na ilha Terceira, esta crise será ainda mais profunda. Se a palavra de ordem de hoje é trabalhar para minimizar os estragos, tal não nos pode impedir de olhar para o futuro e perspetivar os Açores do futuro.

É mais do que tempo de olhar para a situação geográfica dos Açores, noutra dimensão, que não seja a que nos quiseram impor, como se a nossa posição geoestratégica só pudesse servir a guerra e, ainda por cima, a guerra de outros, que não a nossa.

A nossa verdadeira ‘guerra’ é tirar partido desta posição estratégica para desenvolver os Açores, elevando-o para novos patamares de desenvolvimento económico e bem-estar de quem aqui vive.

Dito de outra maneira: ter uma estratégia própria e não um *modus vivendi* imposto por outros, sejam eles quem forem.

Quer isto dizer que os ensinamentos de hoje devem servir para meter tabus antigos no lixo, ousando pensar a nossa posição geoestratégica, como fator de desenvolvimento civil e económico, a que a economia do mar (por exemplo) não é de todo alheia.

Não basta defender, no ordenamento jurídico nacional, as prerrogativas constitucionais que nos cabem, quanto ao domínio marítimo. Isto é importante, sem dúvida e, nessa batalha, o Bloco de Esquerda ombreará com quem nela estiver.

Mas, como cada vez mais vozes afirmam, a defesa do mar dos Açores faz-se, sobretudo, através do conhecimento.

Conhecimento em parcerias, como é óbvio, mas a partir dos Açores. Por isso, para nós, Bloco de Esquerda, avançar para a implementação de um Centro de Investigação Público Internacional das Ciências do Mar é vital para os Açores e, conseqüentemente, para o País.

É nossa convicção que, nesta área fundamental para o nosso futuro coletivo, avançar para este desiderato é o caminho certo.

E será também a prova de que aprendemos com os erros do passado, que os tabus estão a ser derrotados e que a nossa forma de estar é e será: os Açores primeiro!

Disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Começou mal!...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas acabou bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas acabou bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo... Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A situação que se vive em toda a Região assume contornos de grande gravidade e alguma tragédia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tragédia regional!

O Orador: Aliás, terei oportunidade de abordar ainda alguns desses aspetos durante esta semana.

Relativamente ao cerne da declaração política que nos foi trazida aqui pela Deputada Zuraída Soares, do Bloco de Esquerda, gostaria também de tecer algumas considerações.

Se é verdade que a Região, no seu todo, necessitaria de um plano de revitalização, não é menos verdade que a situação que se vive, não hoje, mas há alguns anos na Ilha Terceira, assume, de facto, os contornos de uma grande tragédia social e económica.

Como tal, e já o dissemos quando emitimos opinião sobre o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, julgamos que é fundamental que se olhe para a Ilha Terceira com um olhar diferente.

Portanto, daí termos manifestado o nosso apoio genérico ao Plano que foi apresentado pelo Governo, ainda que consideremos que tem algumas lacunas designadamente pelo facto de não ter nenhuma medida direccionada para o apoio aos trabalhadores, diretamente.

Deputado Berto Messias (PS): Desculpe, mas isso não é verdade!

O Orador: Não tem, Sr. Deputado! Não tem.

Relativamente à questão das responsabilidades é bom que fique claro:

É evidente que as responsabilidades têm a ver com os órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores, designadamente com os Governos Regionais, não só com este, não só com os anteriores do Partido Socialista, mas com todos os outros.

A verdade é que relativamente à Ilha Terceira entendeu-se sempre que a permanência dos Estados Unidos e a utilização daquela infraestrutura seria uma coisa *ab aeterno*. Quem assim pensou, pensou mal, porque se sabe que os Estados Unidos não têm nem amigos permanentes, nem amigos de ocasião. Têm apenas interesses. As palavras não são minhas, são de um senhor que todos conhecem e alguns têm como referência (por acaso eu não tenho) que é o senhor Henrique Singer. Foi ele que disse isso.

Portanto, quem alguma vez pensou ou alguma vez lhe passou pela cabeça que os Estados Unidos, enfim, são nossos amigos, não é bem assim.

Os Estados Unidos têm interesses aqui como têm noutras partes do mundo e não têm amigos. Quem o disse foi o senhor Henrique Singer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande senhor!

O Orador: Na sua opinião. Na minha por acaso não é, mas tudo bem.

Mas tem responsabilidade a Região e tem um responsável que é o Estado Português, o Estado Português e todos os governos que estiveram à frente dos destinos de Portugal desde que os Estados Unidos começaram a utilizar esta infraestrutura militar.

Têm responsabilidades, porque tiveram sempre uma posição servilista, uma posição subserviente relativamente aos Estados Unidos. Isto é, o Estado Português nunca assumiu por inteiro a sua condição de parceiro de igual para igual com os Estados Unidos e abdicou sempre de exigir aos Estados Unidos

aquilo que deveria exigir pela utilização daquela infraestrutura militar que está, como todos sabemos, no território da Região Autónoma dos Açores, mais particularmente na Ilha Terceira, no concelho da Praia da Vitória.

Portanto, o Estado Português é o primeiro responsável e continua o Estado Português não só a assumir a sua responsabilidade mas sobretudo a garantir que a Região Autónoma dos Açores possa e deva ser ressarcida das indemnizações, das compensações que lhe são devidas pela utilização ao longo de sete décadas pelos Estados Unidos. Aliás, quem vai lendo a imprensa (não dos últimos dias, já terá algumas semanas), leu na imprensa nacional, que os Estados Unidos estariam disponíveis para disponibilizar uma verba relativamente avultada para essas compensações.

A verdade é que não ouvimos da parte do Estado Português dizer nada sobre isso...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estão reunidos agora!

O Orador: ... ou sequer fazer alguma exigência, acompanhando assim aquilo que são as reivindicações da Região Autónoma dos Açores relativamente a esta questão. É lamentável que isso aconteça.

É responsabilidade deste Governo, é responsabilidade de todos os outros Governos da República que nunca souberam defender o interesse desta Região, que é coincidente com o interesse regional. Infelizmente temos estado entregues, depois do 25 de Abril e salvo um período relativamente curto, a três partidos (não são dois).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Camarada Vasco!

O Orador: O camarada Vasco assinou o decreto-lei...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E não assinou outros porque não o deixaram!

O Orador: ... que instituiu pela primeira vez o conceito de região e que deu origem àquilo que é hoje a Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Assinou contra a vontade!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É o maior autonomista! O pai da autonomia!

O Orador: É falso?

Gostariam V. ^{as} Ex. ^{as} que fosse falso, mas a assinatura que lá está é do camarado Vasco e o decreto-lei é de agosto de 1975. Vão ver, vão verificar e depois verão.

Eu termino já.

Portanto, desde 76 que este país tem sido governado pelo Partido Socialista, pelo Partido Social Democrata com e sem o CDS-PP.

É a estes três partidos que têm que ser exigidas responsabilidades pelo abandono a que Portugal votou a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições.

Não havendo... Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Zuraida Soares trouxe na sua declaração política, e bem, um assunto que já ontem tinha sido aqui discutido e que tem a ver com a desmobilização do efetivo militar norte-americano nas Lajes da Terceira e com a resposta que urge dar nesta matéria.

Lembraria que hoje está a decorrer (não sei se já terminou) uma reunião da Comissão Bilateral, cuja delegação açoriana tem o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Finalmente!... Andou na malandrice!

A Oradora: ... numa nota clara daquele que é e tem sido o empenho do Governo dos Açores em contribuir para a melhor solução para esta situação com que nos deparamos e que, como disse ontem,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já não vai fazer nada lá, mas pronto!

A Oradora: ... não é um problema da Terceira, é um problema dos Açores e é também um problema de Portugal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está enganada!

A Oradora: Resta-me por isso, nessa matéria, reiterar aquilo que disse ontem de que, sem prejuízo do dever que cabe ao Governo dos Açores de estar na linha da frente disponibilizando os seus recursos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, senhora, qual linha da frente!

A Oradora: ... as suas capacidades e as suas competências para ajudar a encontrar respostas para esta situação, e sem prejuízo por isso também do plano que o Governo prontamente apresentou, há aqui uma componente importantíssima que passa pela relação entre o próprio Estado Português e o Estado Norte-Americano, sendo imperioso que da parte do Governo da República haja os mais elevados esforços no sentido de chamar à responsabilidade o Governo Norte-Americano que foi quem, ao longo de todas estas décadas, utilizou o território localizado na Ilha Terceira.

Numa segunda parte da sua intervenção a Sra. Deputada chamou uma questão muito importante e à qual o Governo dos Açores e o Partido Socialista têm dedicado a máxima atenção, que tem a ver com a importância que o mar dos Açores reveste para a nossa vida, para o nosso futuro e para o nosso desenvolvimento.

Gostaria aqui de lembrar à Sra. Deputada, que certamente acompanha a atividade legislativa também ao nível da República, que um dos desafios mais importantes que temos enfrentado tem sido a afirmação no quadro nacional, não da Constituição porque lá está, não do Estatuto porque lá está, mas do conjunto de instrumentos que emanam da República e que devem conformar-se com aquilo que está consagrado no nosso Estatuto e na nossa Constituição, dizia eu que um dos mais importantes desafios, tem sido fazer a República entender a exata dimensão dos direitos que assistem à Região e que estão consagrados na Constituição...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E quem é que prescindiu deles?

A Oradora: ... e no Estatuto e que na adoção de instrumentos como leis de bases e na adoção de instrumentos de desenvolvimento dessas leis de bases não têm sido efetivamente acautelados os interesses dos Açores.

Da parte do Governo, como tem sido também postura desta Assembleia, tudo continuaremos a fazer pela defesa intransigente daqueles que são os interesses da Região nesta matéria, que são os interesses dos Açores, naturalmente.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Para solicitar à Sra. Presidente que pudesse distribuir à câmara, quando fosse possível, uma cópia do Decreto-Lei n.º 458-B/75, de 22 de agosto, que é exatamente o Decreto-Lei a que fiz referência há pouco na minha intervenção, para que fiquem clarificadas dúvidas sobre isto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O comité central está *online*!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Faça-o depois chegar à Mesa.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, dizia o Sr. Presidente do Governo, na última intervenção que fez aí, do seu lugar, no último plenário, “casa roubada, trancas à porta”.

Ora bem, o CDS sempre defendeu nesta Casa, e por várias vezes foi acusado de demagogia por parte da bancada do Partido Socialista e particularmente pelo Sr. Deputado José San-Bento, que quem devia participar na Comissão Bilateral Permanente devia ser um membro do Governo, senão mesmo o Presidente do Governo.

O que acontece é que agora – “casa roubada, trancas à porta” – o Sr. Presidente do Governo resolve ir à Comissão Bilateral Permanente.

Já devia ter ido antes, na nossa opinião.

Fez bem, porque agora, de certeza, não vai lá fazer nada!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não ignore todos os esforços que foram feitos nesta matéria, Sr. Deputado!

O Orador: Já o devia ter feito antes.

Depois fizeram o número circense que o Presidente da Câmara da Praia queria ir à Comissão Bilateral Permanente. Andaram a fazer números para iludir e enganar as pessoas, o Presidente da Câmara da Praia a fazer a figura patética de pedir à República para ter assento na Comissão Bilateral Permanente, quando se sabe que aquele órgão tem regras e que nem o Sr. Presidente nem a Câmara da Praia têm assento naquele órgão.

Mas podia ter ido se o Sr. Presidente do Governo Regional tivesse dito: o representante dos Açores na Comissão Bilateral Permanente é o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Praia.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Exatamente!

O Orador: Acabava com tudo, em vez de andar a enganar os terceirenses e os açorianos,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Ninguém enganou!

O Orador: ... a fazer demagogia e política da mais barata.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Está a proferir essas afirmações no momento em que eu já não posso intervir!

O Orador: Política da mais barata possível.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Política de saldo, para camuflar a vossa inatividade nessa matéria em 2010.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sr. Deputado, está a usar o nome do Governo dos Açores quando eu já não posso usar da palavra para defender o Governo!

O Orador: Março de 2010! Aqui nesta Casa, em fiz uma declaração política, dali! Era secretário o atual Sr. Deputado Bradford, quando foi feita a revisão do acordo, apenas na parte laboral, porque os senhores e o Governo da República de então, de José Sócrates, não quiseram rever o acordo.

Deputado António Ventura (PSD): 2009!

O Orador: Dizia eu dali de cima: “deveria ter ocorrido uma negociação efetiva...”.

Aliás, Sr. Deputado Bradford, o senhor até foi chamado de traidor pelos sindicatos de trabalhadores e pela Comissão de Trabalhadores.

Deputado André Bradford (PS): E de coisas piores!

O Orador: O senhor foi chamado de traidor pelos sindicatos.

Deputado Francisco César (PS): E o senhor não é?

O Orador: Mas dizia eu:

“Deveria ter ocorrido uma negociação efetiva que abrangesse outras áreas do acordo, não apenas a laboral. As alterações propostas são inaceitáveis. Não faz sentido rever um importante Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os EUA, somente na parte respeitante às relações laborais.

São prejudiciais aos interesses portugueses, especialmente dos trabalhadores, as cláusulas do artigo 13.º.” Estava cá dito.

“Não é compreensível que a revisão não tenha contemplado novas contrapartidas para Portugal, nomeadamente para a Região e, em especial, para a Ilha Terceira.”

Sr. Deputado Berto Messias, o que fez o senhor na altura para influenciar o seu camarada Sócrates nessas matérias que nós aqui denunciámos com objetividade, com rigor, identificando.

Sabe o que é que o senhor fez? Ficou aí caladinho sem fazer rigorosamente nada!

A resposta que eu não lhe dei, porque não tinha tempo para lhe dar, está a levá-la agora, Sr. Deputado Berto Messias.

(Risos do Deputado Berto Messias)

O senhor devia envergonhar-se da sua postura e do seu Grupo Parlamentar que capitularam perante o Governo da República de José Sócrates na Revisão do Acordo Laboral, Sr. Presidente.

Já agora, quem é que capitulou na Lei de Finanças Regionais e prescindiu dos benefícios dela, decorrentes nos acordos internacionais? Quem é que capitulou nessa matéria? Quem é que negociou uma Lei de Finanças Regionais e capitulou desta pequena parte “participar dos benefícios” e apenas aceitou “participar nos acordos internacionais” e retirou “e nos benefícios a que dela têm direito”?

Já agora, Sra. Secretária, vou fazer um requerimento ao Governo Regional a pedir o seguinte (isto também anda escondido dos açorianos há muitos anos e revela a responsabilidade do Governo Regional; o requerimento será entregue hoje à tarde):

É ou não é verdade que o Governo Regional encomendou um estudo, a uma importante firma estrangeira, exatamente sobre a Base das Lajes, exatamente sobre o futuro da Base das Lajes, exatamente sobre o que se devia fazer e como se devia lidar com os americanos? É ou não é verdade que esse estudo foi feito no início dos anos 2000?

Pergunto-lhe: onde está esse estudo e por que é que nunca veio a público?

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo... Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

Deputado António Ventura (PSD): Responda lá ao estudozinho!

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós já tivemos oportunidade de discutir esta questão ontem depois da declaração política do CDS-PP. Agora, a Sra. Deputada Zuraida Soares, e bem, trouxe também esta questão a debate.

Nós já discutimos esta questão ontem. De qualquer forma há aqui duas questões que tenho que referir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que vai fazer? O que fez o Sr. Presidente do Governo? Foi passear para Washington!

Deputado Francisco César (PS): Não diga tolices!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tolicies?

Deputado Francisco César (PS): Sim!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que diz tolices. Devia ter vergonha na cara!

Presidente: Srs. Deputados, por favor.

Sr. Deputado Berto Messias pode continuar.

O Orador: Eu noto que o Sr. Deputado Artur Lima anda muito irritado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estou irritado!

O Orador: ... com esta questão.

Esteve irritado ontem ao longo do dia. Está hoje também irritadíssimo!

Deputado José San-Bento (PS): Muito nervoso!

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima está profundamente nervoso e irritado com esta questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estou, estou! Porque a minha terra está a definhar!

Deputado Francisco César (PS): A sua não! A nossa!

O Orador: Sr. Deputado, é preciso ter lata!...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lata tem o senhor!

O Orador: É preciso ter lata para vir aqui falar da representação dos Açores na Comissão Bilateral.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há muitos anos que falo!

O Orador: Ou seja, o Governo da República não quer que o Presidente da Câmara Municipal da Praia esteja na Comissão Bilateral.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É falso!

O Orador: E a culpa é nossa?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem nomeia o representante?

O Orador: A culpa é do Governo dos Açores e dos Açores?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem é que nomeia o representante dos Açores na Comissão Bilateral?

O Orador: O Presidente da Câmara da Praia, e bem, tendo em conta o assunto que está em causa, solicitou ao Sr. Primeiro-Ministro para ter assento nesta Comissão Bilateral.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros responde negativamente, aliás com termos profundamente deselegantes relativamente ao Presidente da Câmara Municipal da Praia. É um autarca eleito pelo povo da Praia.

O senhor vem aqui branquear isso, defendendo o Governo da República e essa decisão do Governo da República?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que é que o Governo Regional não o nomeou?

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, é preciso ter muita lata...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lata tem o senhor. Além de ter lata, não tem vergonha na cara!

O Orador: ... para mais uma vez vir aqui branquear as responsabilidades do Governo da República nesta questão.

Eu gostava de continuar. O Sr. Deputado Artur Lima continua na sua... Muito nervoso, muito incomodado, a insultar permanentemente, mas isso não me incomoda, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que está a dizer que eu tenho lata! O senhor não tem lata nem vergonha na cara!

O Orador: Nunca me incomodou! Não me incomoda!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o senhor também!

O Orador: Ouça! Não me incomoda! Pode estar aí nesse tons estridente, a gritar. Não me incomoda, Sr. Deputado. Não me condiciona minimamente.

O seu estilo já o conhecemos há longos anos. Portanto isso não me incomoda minimamente.

Sr. Deputado Artur Lima, o Presidente do Governo, e bem, depois da recusa do Ministério dos Negócios Estrangeiros em dar assento ao Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória na Comissão Bilateral, convidou-o a integrar a comitiva açoriana nessa Comissão Bilateral. Isso é que é relevante. Isso é que é verdadeiramente importante para lá defender os nossos interesses.

Deputada Judite Parreira (PSD): Devia tê-lo feito antes!

O Orador: Dizer também o seguinte:

Já ontem o Sr. Deputado Artur Lima fê-lo, hoje está a fazê-lo outra vez. Está a descontextualizar vários momentos sobre a questão da Base das Lajes nos últimos anos: a questão do inquérito salarial, a questão da descontaminação...

Sr. Deputado Artur Lima, nós não tentámos influenciar o José Sócrates e o Governo da República quanto ao inquérito salarial.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pois não!

O Orador: Nós defendemos aqui – eu defendi aqui! – o fim do inquérito salarial.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

O Orador: Eu defendi aqui, em nome desta bancada, quando os senhores trouxeram aqui um projeto de resolução onde queriam manter o inquérito salarial, o fim do inquérito.

Para que se perceba, o inquérito salarial... O Sr. Deputado Artur Lima atira muitas coisas para o ventilador, a tentar criar problemas, a tentar descontextualizar.

Aquilo que estava em causa com o inquérito salarial era o método de atualização dos ordenados dos trabalhadores portugueses na Base das Lajes.

Aquilo que nós defendemos é que esse método devia terminar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso beneficiaria os trabalhadores!

O Orador: ... e passaria a haver o seguinte método, que é o método que vigora agora.

Deputado António Ventura (PSD): Fizeram? Eles perderam!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, desta forma não é possível entendermo-nos.

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima continua nervoso.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, faça favor de continuar.

O Orador: Para que se perceba, acabou o inquérito salarial (nós defendemos aqui o fim, demos a cara por essa decisão, defendemos essa decisão) e passou a vigorar o regime que vigora atualmente, que é o seguinte:

Os trabalhadores portugueses da Base das Lajes, para atualização do seu salário, têm o maior aumento que é feito entre o Departamento da Defesa Norte-Americana e entre os aumentos salariais que são feitos na função pública, em Portugal.

Portanto, contas feitas, os trabalhadores portugueses da Base das Lajes continuaram a ter maiores aumentos salariais do que os trabalhadores portugueses em Portugal.

Portanto, para o senhor não andar a descontextualizar e a inventar sobre aquilo que foi defendido, dito e feito pelos Deputados do Partido Socialista e pelo Sr. Deputado André Bradford enquanto Secretário Regional, nós não temos problema nenhuma com aquilo que temos feito na defesa da ilha Terceira, na defesa dos interesses dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Deviam ter vergonha!

O Orador: Portanto, não venha aqui, para branquear as responsabilidades do seu Governo nesta matéria, tentar atirar areia para os olhos deste Parlamento e para os olhos dos açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa não pega!

O Orador: Para terminar, um lamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso ter lata!

O Orador: Eu lamento profundamente que neste momento, numa situação como estas, no momento em que está a decorrer uma Comissão Bilateral determinante para o futuro dos trabalhadores portugueses na Base das Lajes, para a ilha Terceira e para os Açores, o CDS-PP continue com essa narrativa profundamente lamentável de desunião,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é demagogia da mais barata!

O Orador: ... de criação de instabilidades que não ajuda absolutamente nada ao sucesso deste processo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Branqueia!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Consensos com traidores, eu não faço!

Deputado André Bradford (PS): Eu julgava que para si uma ofensa de um sindicato era um elogio!

Deputado Francisco César (PS): Eu não me esqueço...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu também não!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco César (PS): Tenho a vantagem de menos 30 anos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É ameaça? Ter a vantagem de menos 30 anos?

Deputado Francisco César (PS): Não!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não são menos 30! São menos 20!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pela segunda vez vos peço que, quer nos apartes, quer no diálogo entre bancadas, tenhamos respeito por quem está no uso da palavra.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não tenho medo de ameaças, seja de quem quer que seja!

O Orador: Eu devo dizer que em relação a esta questão da Base das Lajes, que vai ser discutida com certeza noutras ocasiões ao longo desta semana, e é discutida tendo em conta a gravidade da situação, o PPM vai aqui reafirmar aquela que é a sua posição sobre esta matéria.

Neste momento, o que estamos a perceber é que existem...

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Eu peço desculpa. Para poder fazer a minha intervenção...

Desconte-me este tempo, Sra. Presidente.

Eu devo dizer, em relação a esta matéria que o que se demonstrou é que a Região tem um papel menor no âmbito das negociações que estão em curso. E tem um papel menor no âmbito das negociações devido às limitações que temos do ponto de vista da intervenção constitucional e estatutária.

O que eu considero é que a Região deve avançar num acordo institucional no sentido de virmos a garantir, do ponto de vista constitucional e também estatutário, que a Região tenha, por exemplo, os poderes que têm outras regiões autónomas europeias, como por exemplo a Gronelândia ou as ilhas Faroe, em que os respetivos parlamentos têm o poder de veto sobre os tratados internacionais na área militar, que são negociados por parte dos estados.

Isso garante-lhes um poder efetivo de influenciar a decisão política do Estado. É o caso das ilhas Faroe, é o caso da ilha Gronelândia, que estão ligadas administrativamente à Dinamarca. O Estado Dinamarquês concedeu esse poder de veto aos respetivos parlamentos.

Isso permite de facto que essas regiões tenham poder negocial forte no âmbito de questões que são vitais.

Nos Açores temos esta questão da Base das Lajes, como vamos ter a questão referente à jurisdição da área marítima dos Açores.

Portanto, considero que devemos conseguir evoluir num consenso institucional que reforce os poderes das Regiões, neste caso da Região Autónoma dos Açores, no âmbito da negociação dos acordos internacionais. Este era o primeiro ponto que gostava de realçar.

Segundo ponto:

A Região tem ou não tem responsabilidades nesta matéria, nomeadamente o Governo Regional no âmbito do desenvolvimento desta matéria, tendo em conta (já fiz essa referência inicial) que os poderes que temos são limitados?

Eu considero que a Região não desempenhou o papel, apesar de tudo, que estava ao seu alcance. Por exemplo, e vamos dar aqui um exemplo que já foi dado por vários analistas: a Região ao longo destes anos todos (e nós hoje temos o Presidente do Governo Regional presente na Comissão Bilateral) teve uma representação de segundo nível, nem sequer diria de segundo nível, de terceiro nível da administração, no âmbito da Comissão Bilateral. A verdade é esta.

Ou seja, a Região ao longo destes anos não se fez representar ao mais alto nível, sinalizando assim a importância que esta questão tinha e acompanhando com profissionalismo, com preparação a sua presença na Comissão Bilateral.

O que nós verificámos é que as tomadas de posição estavam contextualizadas no âmbito daquilo que podemos chamar de um amadorismo atroz por parte da Região no âmbito da Comissão Bilateral.

Portanto, a Região e o Governo do Partido Socialista, deveriam ter-se feito representar ao mais alto nível ao longo destes anos na Comissão Bilateral. Foi um erro e a presença do Presidente do Governo Regional, hoje, na Comissão Bilateral demonstra que foi um erro.

Agora, na fase final do processo é que se aumenta o nível da participação da Região na Comissão Bilateral. Isso é reconhecer que ao longo de todos estes anos não estivemos representados, no nível institucional que a Região deveria ter estado presente, nesta Comissão Bilateral e que deveria ter dado importância a este assunto.

Terceiro ponto. Para terminar, Sra. Presidente, dizer o seguinte:

Eu considero que é fundamental que a Região adote um posicionamento junto do Estado Português e dos Estados Unidos muito duro no âmbito da defesa

daqueles que são os interesses da Região e que por inerência são os interesses nacionais.

Nós estamos absolutamente convencidos que os Estados Unidos não quer, não tem possibilidade de o fazer, não tem interesse de o fazer, abandonar a Base das Lajes.

Todos conhecemos a situação internacional. Sabemos o que se passa na Ucrânia, sabemos o que se passa no Médio Oriente, sabemos o que se passa no Mediterrâneo e temos a absoluta consciência que é uma situação internacional em que a Base das Lajes é absolutamente fundamental.

Tudo o resto é informação que os americanos nos querem fazer chegar no sentido de baixar as despesas que aqui têm. São um bom negociador internacional.

A posição do Estado Português e que a Região deve implementar é que tenha uma posição de defesa de interesse nacional e de interesse regional, no sentido de exigir contrapartidas válidas aos Estados Unidos, que impeçam que a Base das Lajes continue a ser utilizada por parte dos americanos de forma quase gratuita.

Portanto, se não existirem estas contrapartidas, o que o PPM tem vindo a defender, e é uma posição regional e nacional do Partido, é que os Estados Unidos não devem ficar na Base das Lajes se o país e a Região não tiverem contrapartidas válidas. A nossa posição é esta.

Para terminar, dizer apenas o seguinte:

A discussão sobre este tema não pode ser branqueada. Já é a terceira vez que o Partido Socialista pede para que não existam divergências e que não exista discussão política e democrática sobre este tema.

Todos os temas têm que ser discutidos neste Parlamento. É evidente que é possível alcançar consensos. Já os alcançámos nestas e noutras matérias, mas as diferenças e as responsabilidades que o Partido Socialista tem nesta matéria,

nomeadamente na fragilização económica da Ilha Terceira ao longo de todos estes anos, não podem ser escamoteadas.

O que o líder do Partido Socialista nos pede é que “esqueçam a nossa péssima governação, esqueçam as infraestruturas que nós não construímos, esqueçam o programa eleitoral com que nós enganámos os terceirenses,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... não falem nisso porque neste momento não é possível”.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É como a SATA, a saúde...

O Orador: O branqueamento desta situação não vai acontecer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Ventura tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): A Sra. Deputada Judite Parreira é que devia falar!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É só o que vos falta agora, é mandar quem é que vai falar!

Deputado Berto Messias (PS): Estou a dar a minha opinião. Gostava que a Sra. Judite Parreira é que participasse no debate!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, um pouco de silêncio, por favor.

Deputado Luís Rendeiro (PS): Tivesse ido ao Conselho de Ilha. O senhor já não põe lá os pés há séculos!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é um recado interno? Olha que faz ricochete!

O Orador: Neste processo que agora assistimos, dessa regressividade da presença americana na Base das Lajes, ninguém se deve imiscuir das suas responsabilidades, desde logo o Estado Norte-Americano, o Estado Português e

o Governo Regional. Todos têm responsabilidades e todos têm que fazer o seu trabalho de casa.

Naturalmente trata-se, mais do que guerrilha política, de avaliar o trabalho de casa também. Faz parte desta análise, deste debate e desta discussão, ontem e hoje, avaliar o trabalho de casa.

E o trabalho de casa também tem que ser avaliado por um aspeto que tem sido aqui referido, que é o sinal de fraqueza que se dá, enquanto Região Autónoma, enquanto presença da Região Autónoma, na Comissão Bilateral.

Esse sinal de fraqueza tem sido cada vez mais fraco, ou seja, nós temos vindo a diminuir o nosso grau institucional de presença nessa Comissão Bilateral.

Desde logo, estamos a ser representados por um assessor.

Mas a questão que se põe é, se o Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória podia lá estar a convite do Governo Regional ou nomeado pelo Governo Regional, por que é que fez esse barulho público todo a querer que o Governo da República o convidasse? Essa é que é a questão.

Se efetivamente tinha essas alternativas todas, ou convidado pelo Governo Regional ou em representação efetiva do Governo Regional,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... por que é que fez esse barulho todo, que queria ser convidado pelo Governo da República?

Efetivamente o que está aqui em causa é a tentativa do Governo Regional criar mais uma desculpa em relação à falta do seu trabalho de casa.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É o próprio Governo e são os próprios Deputados do PS que depois vêm pedir consensos e um não à guerrilha partidária,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... quando eles têm esta estratégia de criar mais um culpado nessa situação sem olhar à sua falta de trabalho de casa.

Deputados António Marinho (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É isso que efetivamente está aqui em causa e é isso que está a ser avaliado. É este o resultado.

Por outro lado, em relação ao trabalho de casa, disse a Sra. Deputada, e muito bem, que temos que ter uma estratégia própria.

Ter uma estratégia própria é também ter uma vontade própria.

O PSD teve oportunidade de trazer aqui, a esta Casa, aquilo que deveria ser no futuro a vontade própria também da Região, ter uma política externa no âmbito da geoestratégia, no âmbito da geopolítica.

Deputado André Bradford (PS): O estudo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E gozam!

O Orador: Efetivamente nós trouxemos aqui a esta Casa.

E o que é que o PS fez? O PS votou contra, porque o PS não quer fazer o seu trabalho de casa. O PS não quer ter uma política externa. Porquê? Para continuar a tentar encontrar um culpado para a sua inabilidade, para a sua falta de trabalho (isto às vezes acontece). Efetivamente é isto que está em causa.

Portanto, a Autonomia também é posta em causa por isto...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não se meta nisso!

O Orador: ... porque a Autonomia dá-nos esta possibilidade de termos capitais próprios, de termos um Governo Regional próprio, termos um Parlamento próprio.

Quando não utilizamos efetivamente a Autonomia e os instrumentos que a Autonomia nos dá é porque estamos no falhanço, estamos no fim do cansaço.

Este Governo Regional está cansado.

Deputado Manuel Pereira (PS): O senhor é que está cansado!

O Orador: Não consegue ter mais ideias, não consegue governar mais os Açores.

Por isso mesmo a Autonomia está esgotada, porque o Governo Regional também está esgotado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E nós também já estamos cansados dos senhores!

Deputado André Bradford (PS): O senhor não se esqueça de ir corrigir o Diário das Sessões, senão isso vai ser uma vergonha!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para encerrar a declaração política tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na realidade o povo diz e tem toda a razão: “juras de amor leva-as o vento!”.

Tudo serve, em determinados momentos, para nos concentrarmos naquilo que é acessório e deixarmos de falar no essencial, sobretudo quando o essencial obriga a assunção de responsabilidades que, como acabámos de ver, agora são atiradas de um lado para o outro como se ninguém tivesse nenhuma.

Lamentável espetáculo, Sras. e Srs. Deputados, quando todos nós sabemos perfeitamente donde e onde é que estão as responsabilidades.

Volto a repetir aquilo que já disse mais do que uma vez: antes de mais, na administração norte-americana; a seguir nos sucessivos Governos da República; em terceiro lugar, nos sucessivos Governos Regionais. Isto é dito vezes sem

conta, mas quando chega a altura ninguém quer a batata, ninguém quer a bola e há que falar naquilo que importa.

Deputado Berto Messias (PS): O PSD não tem sentido de estado! Isto é uma vergonha! Mas os terceirenses vão dar resposta a isso!

A Oradora: O Bloco de Esquerda volta a insistir:

Todos os contributos, para a união nesta Região e neste momento, não serão de mais. Para esses o Bloco de Esquerda está disposto a estar presente.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, união não rima com branqueamento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso!

A Oradora: Nesta situação concreta união rima com salvamento...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e com a obrigação de dar esperança no presente e no futuro a toda uma comunidade. É com isso que rima união.

Já agora, aproveito a oportunidade para responder em voz *on* ao Sr. Deputado André Bradford, que em boa hora me questionou em voz *off* se este era o mesmo Bloco de Esquerda de alguns anos atrás.

Aproveito para responder ao Sr. Deputado André Bradford e a todas as Sras. e Srs. Deputados que tiverem dúvidas: este é o mesmo Bloco de Esquerda que há anos diz que no dia em que os norte-americanos tiverem que decidir sobre o futuro da Base das Lajes, decidirão de acordo com os seus interesses,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado!

A Oradora: ... decidirão de acordo com as suas estratégias e não em nome da amizade que têm e da relação de amizade que têm com os Açores.

Este é o mesmo Bloco de Esquerda que sempre diz e continua a dizer que a posição geoestratégica dos Açores há muito deveria ter sido rentabilizada em termos civis, pacíficos de desenvolvimento, de riqueza e de progresso para esta Região.

Este é o mesmo Bloco de Esquerda que sempre disse e continua a dizer que aquela Base pode ter um futuro magnífico para os seus trabalhadores, para a população da Praia, para a população da ilha Terceira, para a Região Autónoma dos Açores e para o país, no seu final.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Bradford:

O Bloco de Esquerda é hoje o que era no dia em que nasceu na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se é tão inconstitucional, por que é temos um Subsecretário Regional para as Relações Externas?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Terminámos assim o PTAP desta manhã. Regressamos às 15H00 com a Agenda. Bom almoço.

Eram 12 horas e 48 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde a todos. Boa tarde também às Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Vamos entrar na Agenda.

Ficámos ontem no debate do ponto cinco da nossa Agenda. A Mesa não tem mais inscrições pelo que penso que estamos em condições de passar à votação na generalidade desta Proposta de DLR.

Agradeço então que se sentem para podermos votar.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra ainda para uma intervenção no âmbito do debate? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este diploma que estamos a discutir e que procede a um reajustamento para baixo do valor de referência da remuneração complementar, na discussão que estamos a fazer, foram feitas algumas perguntas ao Governo que continuam sem resposta, nomeadamente quais as empresas do Setor Público Empresarial Regional que nos últimos três meses, ou seja, em janeiro, dezembro e novembro de 2014, fizeram o pagamento da remuneração complementar aos seus colaboradores, bem como a Resolução do Conselho do Governo que habilitou as empresas a efetuarem esse pagamento?

Tendo feito esse pagamento, qual a forma que ele se revestiu, isto é, se foi em dinheiro como seria normal e natural, ou se tomou a forma de um outro qualquer meio de pagamento?

Essa resposta continua a não surgir da parte do Governo Regional. Continuamos na dúvida se o silêncio tem origem no desconhecimento e, portanto, na incapacidade do Sr. Vice-Presidente de dar essa resposta, ou, se sabendo a matéria, conhecendo o assunto como é seu dever, então estamos em presença de uma situação muito mais grave que é de, deliberada e conscientemente, o Governo Regional sonegar informação a esta Assembleia Legislativa.

Mas ainda que esse silêncio possa dar algum conforto (com embaraço, convenhamos!) ao Governo Regional e ao Partido Socialista, o Jornal Oficial de hoje já dá uma parte da resposta.

A parte da resposta corresponde exatamente àquilo que era a intenção das perguntas ontem formuladas e da suspeita de que nós estamos em presença de ilegalidades e de artimanhas feitas pelo Governo Regional neste domínio, porque efetivamente só hoje foi publicada no Jornal Oficial a Resolução que

autoriza o pagamento da remuneração complementar a uma empresa pública regional em 2014.

Portanto, a 11 de fevereiro é que o Governo Regional autoriza uma empresa pública regional, que foi o Grupo SATA, a fazer o pagamento da remuneração complementar em 2014.

Além dessa ilegalidade que está aqui subjacente, na medida em que nós sabemos que a empresa esteve efetivamente a fazer pagamentos (e não está em causa o direito dos trabalhadores a receber a remuneração complementar) o que está aqui em causa é o procedimento e a ilegalidade que o Governo Regional, por omissão, por se ter demitido da sua responsabilidade de fazer aprovar em Conselho de Governo e conseqüentemente publicar essa resolução, ter permitido que uma empresa pública do Setor Público Empresarial Regional estivesse durante algum tempo a praticar uma ilegalidade.

Mas além dessa ilegalidade há ainda um outro problema aqui candente, que é, só os trabalhadores do Grupo SATA tiveram direito, numa parte de 2014, a receber remuneração complementar.

E as outras empresas?

Há aqui nitidamente uma situação de filhos e enteados.

Mas juntamente com essa resolução do Conselho do Governo, uma outra foi publicada também hoje. É uma resolução que lança uma nuvem de fumo para tapar mais um dos problemas criados por este Governo Regional, de mais uma habilidade, para não dizer de uma ilegalidade.

Essa resolução, que vem na sequência do diploma que nós hoje estamos a alterar e que tem a sua última versão desde o passado mês de novembro, desde logo deixa de fora, no recebimento da remuneração complementar, os meses de novembro e de dezembro de 2014.

Portanto, se eu usasse a linguagem que habitualmente o Partido Socialista usa a nível nacional com o Governo da República, eu estaria à vontade para dizer que

o Governo Regional roubou os meses de novembro e dezembro, roubou a remuneração complementar de novembro e dezembro, aos trabalhadores das empresas públicas regionais.

Deputado André Bradford (PS): O que vale é que o senhor não usa!

O Orador: Mas além disso, quando disse que essa resolução atirava uma nuvem de fumo para cima deste problema, é porque ela na prática só vai vigorar durante duas ou três semanas, pela seguinte razão, é que nós hoje estamos e vamos votar um diploma que revoga o anterior, que permitiu a publicação dessa resolução. Portanto, ela fica tacitamente revogada no dia em que for publicado o diploma que nós estamos aqui a discutir e consequentemente a votar.

Portanto, é uma resolução de faz de conta.

Mas ainda que fazendo de conta, tem um outro problema subjacente, e esta é a parte mais grave dessa resolução, é que ela apenas permite, apenas autoriza, quatro empresas públicas regionais a fazer o pagamento da remuneração complementar. A saber: a Atlânticoline, a Porto dos Açores, o Grupo EDA e o Grupo SATA.

Os trabalhadores das outras 18 empresas do Setor Público Empresarial Regional (a Espada Pescas, os três hospitais, a Ilhas de Valor, o IROA, a Lotaçor, a Naval Canal Estaleiros, as Pousadas da Juventude, a Santa Catarina, a SAUDAÇOR, a SINAGA, a SEGMA, a AZORINA, a SPRHI, a SDEIA, o Teatro Micaelense e a Transmaçor) ficam de fora na remuneração complementar.

Portanto, há aqui dois pesos e duas medidas; há aqui filhos e enteados.

O Sr. Vice-Presidente, certamente que sabendo isto tudo, optou por negar informação a esta Assembleia, o que se configura como um procedimento inqualificável, um comportamento que está nos antípodas daquilo que é a democracia e daquilo que é um sistema parlamentar no qual o Governo responde perante os eleitos. Mas uma parte da resposta está dada.

É preciso que este Governo Regional explique todavia, em presença destas duas resoluções hoje publicadas em Jornal Oficial, as ilegalidades que cometeu e que obrigou as empresas públicas regionais a cometerem.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Eu não vou entrar na abordagem que o Sr. Deputado Joaquim Machado fez. Não é isso que é relevante. Só gostaria de lembrar que ontem o debate foi interrompido porque houve um partido que pediu a interrupção desses trabalhos por 30 minutos e daí a não possibilidade de continuar o debate ontem e responder às questões que foram colocadas.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Portanto, vamos falar com toda a objetividade e seriedade sobre essa matéria.

Deputado José San-Bento (PS): São contas de sumir!

Deputado Luís Garcia (PSD): Vá ao cerne da questão! Responda lá!

O Orador: Em relação às questões colocadas a resposta está dada. As resoluções do Conselho de Governo demonstram exatamente aquilo que é a nossa postura de forma, transparente e objetiva.

Há um primeiro dado que gostaria de destacar.

Ontem o Setor Público Empresarial, pelas referências do PSD, tinha 50 empresas. Hoje, nas contas do Sr. Deputado Joaquim Machado, só tem 22. Portanto, já desapareceram 28 empresas.

Mas isso não é a questão essencial. A questão essencial sobre esta matéria é que o Conselho de Governo do dia 2 de fevereiro aprovou, e faz parte do seu comunicado, a resolução que operacionaliza a aplicação da remuneração complementar ao Setor Público Empresarial Regional.

Hoje, saíram duas resoluções, das três que foram aprovadas, e que permite dar o enquadramento global desse mesmo apoio às empresas do Setor Público Empresarial e aplicá-las.

O que nós estamos aqui em presença é de uma decisão do Governo nos termos em que foi legitimado por esta Assembleia para aplicar a todo o Setor Público Empresarial Regional e a todos os trabalhadores do Setor Público Empresarial Regional a possibilidade de reporem parte do seu vencimento que tinha sido retirado por via do Orçamento de Estado.

É isso que nos comprometemos. É isso que estamos a fazer, com efeitos a 1 de janeiro de 2015.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Foi o nosso compromisso. Mais uma vez cumprimos aquilo a que nos comprometemos. Tudo o resto é retórica que desvia atenção daquilo que é essencial, daquilo que é importante e daquilo que interessa aos trabalhadores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Nós estamos aqui para defender os trabalhadores do Setor Público Empresarial Regional e os trabalhadores da Administração Pública Regional.

Não estamos para usar os trabalhadores do Setor Público Empresarial e da Administração Pública Regional para questões que não são relevantes e que desviam aquilo que é o essencial, que é o nosso rumo de assegurar a estabilidade do vencimento dos funcionários públicos.

Já agora, gostaria que os funcionários do Setor Público Empresarial Regional comparassem as resoluções que estão hoje publicadas e a resolução que será

publicada amanhã em relação às restantes empresas com a proposta do PSD e vejam qual é a mais vantajosa para os próprios trabalhadores.

Deputados José Ávila e Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra. Alerto que tem apenas dois minutos.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apesar da exiguidade do tempo, duas notas prévias.

O Sr. Vice-Presidente ontem não respondeu e hoje não se inscreveu para responder, se não fosse mais a intervenção que eu proferi.

Deputada Judite Parreira e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, ontem não respondeu não foi por causa do intervalo. Foi porque não quis. Portanto, deliberadamente sonegou informação a este Parlamento.

Relativamente ao número das empresas, elas não desapareceram. Era bom que algumas até desaparecessem da esfera pública, porque isso significaria uma robustez da nossa economia privada,...

Deputado Francisco César (PS): Nada como privatizar!

O Orador: ... suficiente para poder desenvolver atividades que de uma forma muito sub-reptícia muitas vezes é o Governo Regional que toma conta dessas áreas.

Deputado André Bradford (PS): Quais são as empresas que o senhor está a falar?

O Orador: Mas eu queria dizer o seguinte (e para perguntar):

É que o Governo Regional continua sem explicar por que razão retirou aos trabalhadores do Setor Público Empresarial Regional a remuneração complementar nos meses de novembro e dezembro. Como é que as empresas pagaram a remuneração complementar em novembro e em dezembro, sem resolução do Conselho do Governo?

E também não explicou por que é que as empresas pagaram a remuneração complementar, em vez de transferência bancária, por exemplo, através de seguros de capitalização,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ao arrepio daquilo que está estabelecido no Orçamento de Estado e de outras regras que estão estabelecidas para o Setor Público Empresarial.

Ainda a semana passada tivemos um sindicato nacional a denunciar o uso de outras formas de pagamento, que não são legais à luz daquilo que está estabelecido no Orçamento de Estado, para o Setor Público Empresarial.

Portanto, a isso o Governo Regional não deu resposta. Escuda-se no argumento (e vou terminar, Sra. Presidente) de que está aqui a defender os trabalhadores.

Bom, se está a defender os trabalhadores, então por que é que só a Atlânticoline, a EDA, a Porto dos Açores e a SATA têm direito à remuneração complementar em 2015?

Se está a defender esses trabalhadores, por que razão todas as outras empresas do Setor Público Empresarial Regional que eu referi, desde a (por ordem alfabética) Espada Pescas a acabar na Transmaçor, esses colaboradores não têm direito à remuneração complementar?

Portanto, há aqui muitas perguntas feitas, há denúncias feitas. Estas não estão explicadas e as perguntas continuam sem resposta.

Muito obrigado, Sra. Presidente, pela sua tolerância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Aproveito para informar que a bancada do PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Dou então agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Vamos cá esclarecer uma coisa: quem retirou as remunerações...

Deputado Berto Messias (*PS*): Foram os senhores!

O Orador: ... não foi o Governo dos Açores. Quem retirou as remunerações foi o Orçamento de Estado e o Governo da República.

Deputado Francisco César (*PS*): Claro!

O Orador: Nós repusemos as remunerações.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

É a diferença entre os senhores e nós.

Os senhores cortam e nós repomos.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Seja honesto! Foi iniciado por José Sócrates!

O Orador: Segundo aspeto, que é essencial nesta matéria:

Conforme eu tive oportunidade de dizer na minha intervenção anterior, o Conselho de Governo aprovou no passado dia 2 de fevereiro...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Isso é que é reescrever o passado!

O Orador: ... a introdução, em 2015, da remuneração complementar para os funcionários do Setor Público Empresarial Regional, tendo sido aprovado hoje duas dessas resoluções e, conforme disse na intervenção anterior, amanhã será publicada a outra resolução que abrange as empresas que não estão nestas

resoluções que hoje foram publicadas. Tão simples, tão claro, tão direto quanto isso.

Está tudo respondido!

Como lhe disse, o resto, as palavras e as frases ficam consigo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, então agora sim podemos passar à votação na generalidade deste Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de DLR apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar então à votação na especialidade.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para informar a Sra. Presidente e a câmara que o Bloco de Esquerda retira as propostas de alteração que tinha apresentado para esta proposta de alteração e aditamento à Proposta de Decreto Legislativo Regional que estamos a tratar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É no sentido de dar conhecimento à câmara da proposta de alteração que foi feita pela Comissão de Economia e subscrita praticamente por todos os Deputados, no sentido de resolver um problema que a anterior legislação tinha na questão dos arredondamentos.

Nós fizemos uma alteração que permite que não haja nenhum escalão de rendimentos que possa estar excluído desta proposta.

Por isso a Comissão realizou e é agora apresentada à câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 10.º do diploma original.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração que o Sr. Deputado Francisco César apresentou, subscrita pelos Deputados que integram a Comissão de Economia.

É também uma alteração ao artigo 10.º do diploma original.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Deputado Francisco César (PS): Vocês subscrevam esta proposta e abstêm-se?

Deputado José Ávila (PS): É estranho!

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos a votar.

Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Governo ao n.º 3 do artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 11.º, nomeadamente o seu n.º 5.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Representação Parlamentar do PCP vai votar contra esta proposta de alteração do PSD porque entende que a atribuição da remuneração complementar aos trabalhadores do Setor Público devia constar do corpo do próprio Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Queria apenas fazer um esclarecimento à câmara.

A proposta de alteração subscrita pelos Deputados da Comissão de Economia tem uma alteração ao n.º 1 do artigo 11.º e que por lógica deveria ter sido a primeira a ser votada e não foi. Portanto, faço agora.

Está à votação a proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 11.º, subscrita por um grupo de Deputados que integram a Comissão de Economia.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar o artigo 1.º da proposta. Chamo atenção à Comissão para que depois em sede de redação final proceda aos respetivos artigos que foram alterados e aqui aprovados.

Vamos votar então o artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Considerando que foi retirada a proposta de alteração do Bloco de Esquerda, os artigos 2.º e 3.º da proposta não têm alterações. Pergunto se os posso colocar à votação em conjunto.

Não havendo oposição é isso que farei.

Está então à votação os artigos 2.º e 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global a Proposta de DLR foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos continuar com os nossos trabalhos.

A Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para uma declaração de voto?

Tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria partilhar com esta câmara, para já, a justificação da retirada das propostas de alteração feitas pelo Bloco de Esquerda, que não o fiz quando retirei.

Na realidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada pelo Governo não tinha, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, sentido, ou por outra, tinha lacunas e discriminações inaceitáveis, não fora a publicação da resolução do Conselho de Governo hoje vinda a público, bem como o

compromisso assumido pelo Sr. Vice-Presidente de que amanhã sairá uma outra que dará resposta a outro tipo de problemas.

Mas o Bloco de Esquerda queria também frisar duas coisas:

O Sr. Vice-Presidente utilizou na sua última intervenção os adjetivos **simples, direto e claro** para classificar esta oitava proposta de alteração.

Na realidade, estas propostas de alteração, Sr. Vice-Presidente, têm sido tudo menos simples, diretas e claras. Isto na realidade, por razões umas conhecidas outras desconhecidas, tem sido uma grande trapalhada.

Não é por ser a oitava, porque como ontem o Sr. Vice-Presidente bem dizia, é oitava porque não há outro remédio senão ser a oitava e se tiver que ser a nona ou a décima cá estaremos também para a fazer. Não é pela enumeração, é na realidade pela confusão que se estabelece.

Embora o Bloco de Esquerda não tenha dúvidas neste momento na justeza quer daquilo que foi aprovado, quer da resolução que saiu, quer daquela que irá sair, também há uma coisa que não pode deixar de dizer: é verdade que querer “sol na eira e chuva no nabeiro” normalmente não dá bom resultado.

Mas há uma coisa que é verdade. É que os trabalhadores da EDA vão ficar com dois meses de 2014 (novembro e dezembro) por serem pagos. Isso é uma realidade que ninguém pode escamotear.

Poderemos dizer que perdem de um lado, mas recuperam no outro. É uma hipótese. É uma argumentação. Mas isso não invalida um tratamento na realidade desigual no que se refere aos retroativos de novembro e de dezembro.

Apesar disso, a proposta de alteração e as resolução consequentes trazem, digamos que, equilíbrio e repõem aquilo que tem sido sonogado aos trabalhadores e aí, sem dúvida nenhuma, pelo Governo da República e não pelo Governo da Região.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A posição do PPM em relação a esta matéria é conhecida. Temos mantido consistentemente o nosso posicionamento nesta matéria e temos apoiado todas as iniciativas. Inclusivamente também já tivemos iniciativa própria nesta questão.

A nossa preocupação aqui é manter o salário dos trabalhadores açorianos.

Estivemos ao lado do conjunto dos Deputados açorianos e de todos os partidos que aqui têm feito desta cruzada uma batalha de todos. Portanto, dizer aqui apenas que, embora o Governo Regional tenha a visibilidade máxima em relação a esta questão, e no seu discurso muitas vezes se esqueça de refletir e de dizer que este é um posicionamento assumido por muitos deputados que aqui estão presentes nesta câmara (portanto, esta é uma cruzada de todos), apesar disso, o que penso que tenho a dizer nesta matéria é que, iniciativa atrás de iniciativa, estamos a manter o nosso posicionamento nesta matéria pelos motivos já invocados sucessivamente. Consideramos que é fundamental, que é de justiça manter, defender e proteger os salários dos trabalhadores.

Consideramos que economicamente, além desta questão da justiça social, da justiça que se tem que realizar em relação aos trabalhadores, é positivo para a economia açoriana.

Sem esta proteção aos salários, nós que já estamos numa situação tão difícil, estou absolutamente convencido que neste momento do ponto de vista macroeconómico, do ponto de vista social, a situação ainda seria pior.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como é do conhecimento geral e público, o PCP considera que esta não é a melhor forma de compensar os cortes salariais impostos pelo Orçamento de Estado.

A remuneração complementar tem uma outra filosofia que acaba por ser adulterada com a sua utilização para compensar cortes salariais que são transitórios.

No entanto, não poderia a Representação Parlamentar do PCP de dar o apoio a esta iniciativa, mantendo aqui também a coerência relativamente àquilo que tem sido a nossa atuação de salvaguarda do rendimento dos trabalhadores, quer do setor público, quer setor privado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Segundo informação dos serviços, este microfone acho que é inconveniente e deixou de trabalhar, Sra. Presidente. Eu vou utilizar o do meu colega de bancada, Deputado José Andrade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como ontem o PSD já havia afirmado nós somos naturalmente a favor da existência de uma remuneração complementar que tenha subjacente uma filosofia de atenuar os custos de insularidade, a diferença dos custos de vida entre os Açores e o continente.

Nessa medida, temos dado apoio a estas iniciativas do Governo de fazer os ajustamentos quando eles também são necessários.

Todavia, a nossa abstenção fundamenta-se no seguinte:

A proposta de alteração que o PSD apresentou fixava de forma muito clara no diploma, na lei, a garantia de todos os trabalhadores do Setor Público

Empresarial Regional e do Setor Público Empresarial Local e Intermunicipal, o direito a receber a remuneração complementar.

Nos termos em que foi aprovado, com o apoio maioritário naturalmente do Partido Socialista, essa garantia não é dada como certa, porquanto depende sempre do poder discricionário do Governo atribuir ou não essa remuneração complementar, além de que nós pretendíamos que efetivamente todos os trabalhadores do Setor Público Empresarial Local e Intermunicipal também pudessem receber.

Esse grupo de trabalhadores ficou excluído da remuneração complementar.

Nós temos aqui a seguinte situação:

A Administração Pública Regional vai receber; o Setor Público Empresarial Regional pode receber ou não, consoante o Governo decidir; os trabalhadores das autarquias podem receber se as respetivas câmaras municipais assim o deliberarem; os trabalhadores das empresas públicas municipais e intermunicipais ficaram de fora.

Nós, naturalmente não podíamos estar de acordo com isso. Daí a razão da nossa abstenção.

Repito: somos a favor da existência de uma remuneração complementar que vise atenuar os custos de insularidade e foi nessa medida que também se pronunciou este Parlamento quando a legalidade da decisão foi discutida, não para compensar os cortes da República, iniciados em 2011 pelo Governo de José Sócrates.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para os custos de insularidade estamos sempre disponíveis. Para os outros estamos conversados.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista mostrou-se obviamente favorável a esta proposta, porque independentemente das faltas que nós possamos dar à discussão há algo que é inegável.

O Partido Socialista e o Governo têm feito um esforço enorme para compensar os funcionários públicos e os trabalhadores das empresas públicas dos cortes da austeridade que o Governo da República tem imposto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não foi isso que o senhor respondeu ao Tribunal Constitucional!

Deputado Rogério Veiros (PS): Mas o senhor está preocupado com os açorianos ou com o Tribunal Constitucional?

O Orador: Nós temo-lo feito. Fizemo-lo várias vezes, inclusive podemos até ser acusados de tê-lo feito por diversas vezes.

Fizemo-lo exatamente com essa intenção, de ajudar os açorianos a ultrapassar as dificuldades por que estão a ultrapassar. Esta foi mais uma proposta exatamente com este objetivo; uma proposta que curiosamente até para as empresas referidas é mais positiva para os trabalhadores do que é a proposta do PSD. Aliás, se tal não fosse o Bloco de Esquerda não teria, como fez e muito bem, retirado a sua proposta.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Viram a proposta do PSD e fizeram um apanhado!

O Orador: Portanto, esta é uma proposta que beneficia os trabalhadores, que compensa-os dos cortes que foram provocados pelo Governo da República do PSD e do CDS...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pela Troika!

O Orador: ... e que ainda por cima é mais benéfica para os trabalhadores das empresas públicas dessas empresas do que aquela que foi apresentada pelo PSD.

Não havia outra alternativa e penso que fizemos da forma mais correta.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E as empresas municipais? E as intermunicipais?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS votou favoravelmente esta proposta porque houve aqui apelos a consensos. Isto prova a vontade do Partido Socialista e a intenção com que estão quando apelam a consensos.

A prova é esta: apelam a consensos e depois vêm a seguir criticar que a culpa é...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Do Partido Socialista!

O Orador: Mas nem sequer são verdadeiros naquilo que fazem, porque os primeiros cortes foram impostos em 2011 pelo Governo Socialista de José Sócrates, apoiado pelos senhores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado! Muito bem!

O Orador: Isso é o que se chama ser correto e verdadeiro.

Quanto ao resto, a declaração política é pura demagogia e o apelo que os senhores fazem, nomeadamente o Sr. Deputado Berto Messias, aos consensos para lhe dar jeito e disfarçar a sua inabilidade, insuficiência e a falta de empenho do Partido Socialista, vem apelar a falsos consensos, porque efetivamente não querem consensos com ninguém. Querem apenas fazer politiquice para disfarçar a sua falta de iniciativa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Demagogia! Demagogia barata!

Deputado Berto Messias (PS): Eu não posso protestar neste ponto, pois não?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então avançar com a nossa Agenda. Entramos no ponto seis: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 41/X – “2.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de dezembro, Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Srs. Deputados, eu não queria interromper a vossa conversa, mas eu estava a anunciar o ponto seguinte. Portanto agradecia algum silêncio.

Estava eu a dizer que entrámos no ponto seis da nossa Agenda e sem mais demoras peço ao Sr. Deputado António Marinho para fazer a apresentação do diploma.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

(Diálogo inaudível entre o Deputado Paulo Estêvão e os Deputados Berto Messias e José San-Bento)

O Orador: Posso, Sra. Presidente? Muito obrigado.

Presidente: Eu gostava que pudesse.

O Orador: Eu também gostava.

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

O Orador: O senhor continua a pairar, como ontem.

Deputado José San-Bento (PS): Vá lá, Sr. Deputado!

O Orador: Continua a pairar por aí!

Esta é a última iniciativa do pacote legislativo sobre transparência das contas públicas...

Deputado Berto Messias (PS): Mais uma peça legislativa!

O Orador: ... que o PSD apresentou deste segundo pacote.

Não é mais uma, são várias e o Sr. Deputado sabe. Aliás, uma coisa que é curiosa é consultar a página da Assembleia e ver qual o número de iniciativas legislativas do PSD e de outros partidos...

Deputado José San-Bento (PS): Ah, o pacote!

O Orador: ... e as do Partido Socialista.

Deputado José San-Bento (PS): Mas a quantidade não quer dizer qualidade!

Deputado José Ávila (PS): Algumas têm só quatro linhas!

O Orador: Por acaso vai ter uma quantidade de recursos em termos de debate que serão extremamente interessantes. Havemos de falar nisso noutra altura.

Deputado Berto Messias (PS): Sobretudo a qualidade, Sr. Deputado!

O Orador: Isso já são coisas tão gastas.

Deputado José San-Bento (PS): Sem medir! Não é com fita métrica!

O Orador: O senhor de vez em quando convinha mudar um bocadinho o discurso.

Deputado Berto Messias (PS): Qualidade, qualidade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, de facto parece-me que isto assim não vai ser possível.

O Orador: É terrível. Como a Sra. Presidente verificará, não fui eu. Sou inocente! Completamente inocente!

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado António Marinho continue a sua intervenção.

Apelo a que nos apartes diminuam o tom e evitem o diálogo entre bancadas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu vou tentar evitar. Da minha parte vou tentar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe para ali! É porque quando é para aqui, aceitamos e calamo-nos! Agora olhe para ali!

O Orador: Estava eu dizendo que esta é a quinta iniciativa legislativa do pacote legislativo apresentado pelo PSD-Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bicarbonato de sódio para cima!

Deputado Berto Messias (PS): Diga?

O Orador: Eu estou a gostar. Eu gosto imenso destas conversas. Será quente a iniciativa.

Curiosamente é a única iniciativa que é repetida em relação ao pacote legislativo anterior apresentado em 2011.

Não é por acaso que ela é reapresentada, porque é perfeita convicção do PSD-Açores que ela faz completo sentido.

Não consigo recordar exatamente a votação que foi feita relativamente a ela na legislatura anterior,...

Deputado Francisco Coelho (PS): É porque não houve!

O Orador: ... mas creio que só terá merecido o voto contra do Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): Não, não! O senhor retirou a proposta!

O Orador: Não retirei. Não, não! Nem pensar!

Aliás, é curioso...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, o senhor retirou a proposta!

O Orador: Sra. Presidente, eu intervenho noutra altura.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, não faça isso!

O Orador: Ou os senhores estão com seriedade no debate, ou então... O senhor quer ou não discutir a transparência? Ou prefere discutir a azia?

Temos duas alternativas. Eu estou aqui neste Parlamento com seriedade. O senhor está aqui na brincadeira e outros estão a pairar. Portanto, temos que chegar aqui a uma conclusão.

Deputado Berto Messias (PS): Eu estou a dizer que o senhor retirou a proposta!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Não retirei nada! Não seja...

Deputado Berto Messias (PS): Retirou!

O Orador: Quer que lhe chame o quê? Quer que eu lhe chame um nome?

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Não vou chamar. Pelo amor de Deus! Não me vai obrigar a isso!

Presidente: Srs. Deputados...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bicarbonato de sódio!

O Orador: Portanto, esta iniciativa é reapresentada porque há perfeita convicção da nossa parte que ela faz todo o sentido. Trata-se da criação de uma unidade que existe a nível da Assembleia da República desde o ano 2006, aliás, com um perfeito sucesso ao nível do debate parlamentar sobre as questões orçamentais, que não exclusivamente sobre o orçamento.

Tem trazido enormes vantagens aos diversos grupos parlamentares e inclusivamente ao enriquecimento do debate orçamental em geral, por aquilo que é transmitido para a sociedade em geral.

O que é que se pretende com esta Unidade Técnica de Apoio Orçamental?

Em função da complexidade das matérias de natureza orçamental e financeira – e não falo aqui exclusivamente do Orçamento; falo daquilo que está associado de apoios em termos de execução, em termos da própria conta da Região, em termos da evolução do Setor Público Empresarial e por aí adiante – esta Unidade Técnica de Apoio Orçamental ficaria com capacidade para elaborar estudos de alguma profundidade e documentos de trabalho sobre a gestão orçamental, financeira e pública, a disponibilizar, designadamente, mas não só, para os grupos parlamentares, habilitando a que o debate enriquecesse.

Obviamente o enriquecimento desse debate (e penso que essa é a forma como devemos estar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem todos estão!

O Orador: Nem todos estão!

... aqui na Assembleia) é no sentido de que deste debate surjam melhores ideias, destas melhores ideias surjam melhores documentos e destes melhores documentos surjam melhores condições de vida para as pessoas e para as empresas.

Esta Unidade Técnica de Apoio Orçamental asseguraria, designadamente, uma independência em termos técnicos, que seria fundamental no sentido de a dotar dos melhores meios para poder dar as melhores respostas e incidiria sobre as seguintes matérias (aquela que normalmente é tida como a mais comum):

Análise técnica das Propostas de Decreto Legislativo Regional do Orçamento da Região Autónoma dos Açores;

Será naturalmente a sua tarefa de fundo, de maior substância, digamos assim.

O mesmo se passa no outro momento, no momento da execução com a **avaliação técnica sobre a conta da Região Autónoma dos Açores;**

Mas não só. Fazer ao longo do ano o **acompanhamento técnico da execução orçamental**, ou seja, não termos só em novembro um momento em que falamos de orçamento, termos um momento lá para fevereiro ou março em que falamos da conta e nunca mais falamos disso. Não!

Teríamos um entidade que faria ao longo de todo o ano o acompanhamento técnico da execução orçamental fornecendo informações preciosas sobre estes domínios.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Depois, **estudo técnico sobre o impacto orçamental das iniciativas legislativas admitidas**, que é algo que muitas vezes temos falta, porque, designadamente os Grupos e Representações Parlamentares (não aqueles que suportam o Governo) têm falta de acesso a muitos elementos e assim permitiria o acesso justamente a esses elementos.

Avaliação e fiscalização das orientações e objetivos de gestão praticados em cada empresa que integra o Setor Público Empresarial Regional.

Esta alínea conjugada com o maior volume de informação que temos neste momento, que vem no decreto sobre a informação e prestação de contas do Setor Público Empresarial Regional do primeiro pacote de transparência apresentado pelo PSD, e agora com o cumprimento que até agora não se verificou por parte da Vice-Presidência do Governo de enviar para aqui os documentos em termos de futuro, os documentos *a anteriori*, os orçamentos e os planos de atividades, ficaríamos também com o mais completo domínio sobre estas questões.

Para além de **outros trabalhos técnicos que se revelem necessários** e que diz aqui no caso concreto da forma como acabámos por apresentar aqui **que lhe sejam determinados pela Comissão Especializada que detenha competência em matéria orçamental e financeira.**

Naturalmente que esta é uma alínea que estaria, ou poderia estar sujeita a quaisquer aperfeiçoamentos por parte de qualquer grupo ou representação parlamentar se entendessem aqui não cometer isto exclusivamente à Comissão que tenha competências nestas matérias. Teriam que ser quaisquer outras, desde que fosse sobre matérias de incidência orçamental e financeira.

Esta Comissão (e só para falar aqui na possibilidade, na abertura que demonstrámos desde que apresentámos este pacote legislativo de melhorias e de introdução de alterações às diversas peças do pacote) na parte correspondente ao número de lugares que aqui estão considerados como afetos ao quadro de pessoal da Assembleia Legislativa passar para sete técnicos superiores, permite exclusivamente (não quer dizer que os sete lugares serão preenchidos) acomodar todas as situações necessárias e aquelas que serão consideradas mais convenientes.

Permite acomodar aqueles que já cá existem através da reorientação das pessoas para esta Unidade Técnica de Apoio Orçamental, mantendo-se exatamente os mesmos quatro que existem atualmente se for considerado isso pela parte da Mesa da Assembleia e pela gestão administrativa da Assembleia.

Poderá permitir acomodar eventuais transferências vindas de outros serviços e que sejam considerados de maior racionalidade em termos globais.

Permite também, evidentemente, proceder ao reforço dos meios em termos de técnicos superiores ao serviço da Assembleia, se isso for considerado necessário.

Não venha o argumento do aumento de custos,...

Deputado José San-Bento (PS): Mas tem, tem!

O Orador:... porque este aumento de custos que aqui estaria numa situação destas permitiria a que os Deputados que muitas vezes não se movem muito bem em matérias orçamentais terem uma maior perceção dos problemas e a partir daí gerar outro tipo de propostas que melhorem a vida dos açorianos.

Portanto os “tem, tem”, são obviamente observações básicas de quem não quer eventualmente acolher uma iniciativa destas, estando no seu pleno direito.

Na Assembleia da República desde há nove anos que existe.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Na Madeira é que foi chumbado!

O Orador: Produz trabalhos de qualidade e eu dou dois exemplos:

Este exemplo que aqui está, a análise à proposta do Orçamento de Estado para 2015. O Orçamento de Estado foi entregue no dia 15 de outubro como define a Lei do Enquadramento do Orçamento de Estado, a Lei de Enquadramento Orçamental.

No dia 20 de outubro estava entregue e disponibilizado no *site* da Assembleia da República uma análise exaustiva sobre o Orçamento de Estado, ou seja, todos os Deputados estavam habilitados no dia 20 a fazer uma leitura do Orçamento de Estado, numa primeira versão necessariamente preliminar, bem

como depois análises mais exaustivas feitas superiormente, de um documento com a complexidade daquele. Cinco dias depois! Cinco dias depois!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Chama-se transparência!

O Orador: Há outro mais interessante. Um parecer técnico da UTAO da Assembleia da República, a análise do impacto orçamental da Proposta de Lei n.º 121/12-II.

A Sra. Presidente lembra-se, por exemplo, que fomos à Assembleia da República ser ouvidos no âmbito da Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Levámos as nossas próprias posições construídas na base daquilo que pensámos internamente em cada Grupo Parlamentar.

Na Assembleia da República, os Srs. Deputados que estavam lá, tinham na sua posse este estudo que lhes permitiu obviamente ter, em termos de Comissão e posteriormente em termos de plenário, acesso, de uma forma muito mais aprofundada, do que é que significava esta nova Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Nós fomos numa situação muito mais débil. Portanto, não tivemos este apoio.

Finalmente, e antevendo já o que me parece ser os sentidos de voto, devo dizer que a UTAO pode ser boa para os Governos como pode ser má. Pode ser boa em determinada altura para uns Governos e se calhar ser boa para outros Governos, noutra altura, ou ser má em ambas as circunstâncias. Porquê? Porque é uma entidade independente. É uma entidade absolutamente independente.

Dou um exemplo.

Dia 30/10/2014, título do Diário de Notícias: “UTAO diz que o Orçamento pode...”, curiosamente uma palavra que temos utilizado ontem e hoje muito aqui, “... ser mais transparente e pede mais informação ao Governo”.

É isto que é importante. É estarmos na posse de melhor informação e permitir dessa forma tomarmos melhores decisões, tomarmos melhores deliberações aqui e recomendarmos ao Governo, designadamente no caso dos Grupos

Parlamentares da oposição, melhores soluções para resolver os problemas dos açorianos.

É este o sentido da UTAO.

Pensamos – última questão que eu aqui referirei – que não aprovar pela segunda vez uma iniciativa deste género significa querer que os Açores andem para trás.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: E isso é algo que o PSD nunca vai considerar como possível.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias, Srs. Secretários:

Eu não estava para intervir nesta discussão, aliás, não sou eu que estou designado, da parte do Grupo Parlamentar do PS para participar neste debate, mas tendo em conta a intervenção do Sr. Deputado António Marinho eu peço a palavra para muito rapidamente fazer uma precisão histórica.

Quando uma proposta semelhante a esta veio aqui ao Parlamento em 2011, o Partido Socialista não votou contra.

O PSD retirou a proposta. Um debate conduzido pelo Sr. Deputado Clélio Meneses, aliás cuja competência e serenidade faz muita falta à primeira fila da bancada do PSD.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Que deselegância, Sr. Deputado! Julguei que tinha mais nível!

O Orador: Essa proposta foi aqui apresentada pelo PSD, mas o PSD retirou essa proposta. Portanto, não foi votada.

Sr. Deputado António Marinho, informe-se melhor sobre o rumo das propostas do seu próprio partido, porque o PSD retirou essa proposta do Parlamento e essa proposta não foi à votação.

Era esta precisão histórica que me parece absolutamente fundamental ser feita.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do PSD parece-me ser uma proposta...

Deputado Luís Maurício (PSD): Uma proposta de primeira fila!

O Orador: ... bem fundamentada, equilibrada e que visa efetivamente a transparência e uma tomada de decisão consciente e fundamentada de todos os Deputados neste hemiciclo.

Ainda bem que aparece. Se compararmos, se esta proposta for eficaz como tem sido a da Assembleia da República, só temos a ganhar com isto.

Pelos vistos e pegando um pouco no que disse o Deputado Berto Messias, de facto esta proposta não chegou a ser a votada, por isso o PS não teve oportunidade de a chumbar. Quer dizer que vai aprová-la, e acho muito bem, no sentido de que ela torna as contas públicas, torna tudo mais transparente em termos das decisões.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, e em Comissão, ouvimos a Sra. Presidente dizer que não haveria grandes impactos na organização da própria Assembleia, uma vez que parte deste trabalho já era feito e havia apoios que eram dados à Comissão Economia.

Não creio que haja uma grande estabilização da Assembleia Regional com esta proposta que, no nosso sentido, parece ser bem equilibrada apesar de ter algumas complexidades que com o tempo acabarão por se resolver, tornando todo o trabalho parlamentar com mais dados, mais transparência e, por isso, muita mais credibilidade na tomada das decisões de todos nós.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para dizer que a Representação Parlamentar do PCP considera esta uma proposta positiva e que pode, sendo aprovada, contribuir para melhorar o trabalho parlamentar, particularmente dos Grupos e Representações Parlamentares que estão na oposição.

As dificuldades de acompanhamento das questões financeiras e orçamentais são de facto evidentes. Temos a experiência da UTAO na Assembleia da República e o contributo que dá para a melhoria do trabalhos parlamentar.

Esta proposta do PSD vem colmatar uma lacuna muito importante na orgânica do nosso Parlamento.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Benilde Oliveira.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista concorda com os objetivos da iniciativa que agora temos oportunidade de debater.

Porque nos revemos no essencial, isto é, na necessidade de apetrechar a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de técnicos

qualificados em todas as áreas objeto de discussão, seja em Plenário ou em Comissão.

Em matérias com determinadas especificidades e, por vezes, com elevada complexidade, como são as do foro económico-financeiro, justifica-se um apoio técnico qualificado e isento a prestar pela própria Assembleia.

Os Deputados devem ter – sempre – ao seu dispor toda a informação técnica que permita uma discussão o mais profícua possível.

O presente entendimento da função de Deputado parece-nos reunir unanimidade nesta Assembleia.

Neste sentido, toda e qualquer proposta com tal objetivo merecerá sempre o acolhimento deste grupo parlamentar.

No entanto, quando entrarmos na especialidade, a conversa muda de figura.

Mas vamos respeitar o Regimento, Sr. Deputado, e continuar na generalidade.

O proponente traz-nos aqui uma iniciativa de teor idêntico à que trouxe em 2011 e que foi objeto de discussão na sessão plenária de 13 de dezembro desse ano.

A discussão da referida iniciativa, como já foi referido, acabou, recorde-se, com o proponente a retirar a iniciativa.

Mas como estamos ainda em sede de discussão na generalidade, cumpre-me apenas dizer que da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista mantemos, como seria de esperar, a posição assumida na altura, a qual explicaremos detalhadamente em sede de especialidade, já que demos entrada a uma proposta de alteração a este diploma.

Assim sendo, e para terminar esta primeira intervenção, importa reiterar a concordância deste Grupo Parlamentar com os objetivos da iniciativa em apreço, sendo que divergimos na forma de dotar a nossa Assembleia Legislativa de toda a informação técnica que nos habilite a cumprir cabalmente a missão para a qual fomos investidos: servir o Povo Açoriano.

Da divergência esperemos que nasça o consenso...

Disse!

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero que esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD é do maior interesse. É importante para os Grupos Parlamentares, mas também considero que tem uma importância acrescida para as Representações Parlamentares, uma vez que a nossa missão é uma missão fundamental em democracia. É a missão de propor e também de fiscalizar a atividade governativa.

Evidentemente as Representações Parlamentares têm menos meios. Existe de facto uma assimetria muito grande entre aqueles que são os meios que estão à disposição do Governo e os meios que têm as Representações Parlamentares para realizar aquela que é a sua função de fiscalização e também a sua função de proponente.

Nós consideramos que neste momento um dos problemas da nossa democracia é a disparidade de meios que existe entre o Governo Regional, o Grupo Parlamentar que apoia o Governo e os outros partidos.

Portanto, nesse sentido, nós consideramos que é da maior importância uma Unidade Técnica vocacionada para os objetivos que aqui estão definidos.

Penso que melhorará muito. Poderá ser um ponto de apoio muito importante para a atividade parlamentar, para melhorar a atividade parlamentar e também para colocar à disposição dos Deputados, mas não só dos Deputados, também da sociedade civil açoriana, um conjunto de informações trabalhadas e

analisadas, que muito favorecerão a democracia, a discussão, a argumentação e a fiscalização das diversas matérias que passam neste Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo (ao contrário do que costuma ser, costuma ser, às vezes, Sra. e Srs.):

Duas questões muito rápidas.

Em primeiro lugar quero, em nome do PSD-Açores, congratular-me por aquilo que entendi das palavras da Sra. Deputada Benilde Oliveira, que vão acompanhar esta iniciativa.

Deputada Marta Couto (PS): O senhor não ouviu bem!

O Orador: Bem-vinda! Bem-vindos!

Deputada Marta Couto (PS): Vamos apresentar uma proposta de alteração!

O Orador: Não sei! Não vi propostas de alteração. Portanto, ainda não percebi como é que é, mas pareceu-me, do tom geral da intervenção da Sra. Deputada, que era no sentido de acolher esta iniciativa e de considerar que ela era bem-vinda.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas têm propostas de alteração para fazer o mesmo que fizeram há dois anos!

O Orador: Ah! Não vi as propostas de alteração. Acabaram de chegar aqui. Já as verei.

De qualquer forma a questão... Antes de as ver (isto é positivo) espero bem que não seja o mesmo que em 2011, no dia, disse a Sra. Deputada, 13 de dezembro. Eu fui consultar, na sequência daquela questão do Sr. Deputado Berto Messias, o Diário das Sessões de 13 de dezembro e aquilo que apareceu era uma

proposta de alteração canibalizadora, que desvirtuava completamente aquilo que tinha sido a proposta apresentada.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Por isso retirámos!

O Orador: Obviamente perante a maioria do Partido corria risco...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foi má-fé na altura e foi má-fé agora!

O Orador: ... de se aprovar, por má-fé, algo que não tinha sido apresentado pelo PSD.

O PSD, no sentido de evitar isso, retirou a proposta. Ou seja, a situação está bem à vista.

Espero bem que a má-fé não seja o que consta desta proposta de alteração.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já estão a dizer que sim!

O Orador: Felizmente, estou a fazer esta declaração ainda antes de a ver. Mas vamos ver, vamos analisar.

Deputado Berto Messias (PS): É a mesma coisa!

O Orador: Ah, é a mesma coisa!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem! Mais um assessor da Presidência! Falta de transparência!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra. É para uma interpelação?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, é para uma interpelação.

Presidente: Sras. e Srs. Deputado... Sr. Deputado, para uma interpelação, tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É para solicitar um intervalo de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às dezasseis e quarenta.

Eram 16 horas e 24 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares. Vamos continuar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 50 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Representação Parlamentar do PCP vem de novo ao debate, uma vez que depois da intervenção inicial houve aqui alguns desenvolvimentos com a apresentação ou com a distribuição de uma proposta de alteração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que desvirtua aquela que é a proposta feita pelo Grupo Parlamentar do PSD. Isto é, não aceita uma Unidade Técnica e reforça o gabinete da Sra. Presidente.

A Representação Parlamentar do PCP não tem nada contra um eventual reforço do gabinete da Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, mas a Representação Parlamentar do PCP considera que é muito importante a criação de uma Unidade Técnica para apoiar o trabalho parlamentar dos Grupos e Representações, até porque estamos todos lembrados que em 2008 houve uma alteração à Orgânica que retirou capacidade, quer financeira, quer ao nível dos recursos humanos, ao trabalho dos Grupos e Representações Parlamentares.

E não sendo possível, e para já, repor essa capacidade aos Grupos e Representações Parlamentares, julgamos que a Unidade Técnica seria um importante contributo para melhorar o trabalho Parlamentar.

Portanto, a Representação Parlamentar do PCP não pode deixar de condenar esta atitude do Partido Socialista e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao desvirtuar, por um lado, a proposta do PSD.

Se efetivamente considera que é necessário reforçar o gabinete da Sra. Presidente da Assembleia estamos de acordo, também votaremos isso favoravelmente, não nesta configuração mas numa outra.

Agora, o que é um facto é que uma Representação Parlamentar tem apenas como apoio direto o trabalho de um secretário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O trabalho de um secretário!

Isto comparado com Grupos Parlamentares com a dimensão que tem o PSD (que também necessita, se não necessitasse não estava a propor aqui a criação da Unidade Técnica) ou o Partido Socialista, faz toda a diferença.

Se um Grupo Parlamentar sente essa necessidade, o que fará uma Representação Parlamentar que apenas dispõe como apoio direto de um secretário.

Portanto, a Representação Parlamentar do PCP considera esta atitude do Grupo Parlamentar do Partido Socialista condenável pela forma como desvirtua a proposta inicial do PSD.

Se efetivamente quer reforçar o Gabinete da Sra. Presidente, nós não nos opomos a isso, mas então numa outra forma que se faça o reforço do gabinete de Sua Excelência.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Pensei eu que depois da primeira intervenção do Deputado Berto Messias que teríamos aqui um debate sério, político e sério, e não uma manobra de *fait divers*, que é exatamente o que corresponde esta proposta do Partido Socialista. Esta proposta do Partido Socialista além de desvirtuar completamente a proposta que é apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD é de facto um “presente envenenado” à Sra. Presidente da Assembleia,...

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, não diga isso!

O Orador: ... pela qual temos muito respeito.

Eu gostaria de saber se de facto com o reforço de um assessor, quem é que é super-técnico...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o José San-Bento!

O Orador: ... o “Super-Mário”, da questão e da análise orçamental que substituirá uma Unidade Técnica e com capacidade para fazer análises técnicas de Propostas de Decreto Legislativo Regional do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, de fazer uma avaliação técnica da Conta da Região Autónoma dos Açores, um estudo técnico sobre o impacto orçamental. Iriamos por aí abaixo.

Ainda não satisfeitos com isto, num ponto dois, se propõe que ainda compete a esse assessor, a essa assessoria especializada, “elaborar estudos técnicos sobre o impacto orçamental e financeiro das iniciativas legislativas que lhe sejam determinadas pelo Presidente”, neste caso pela Presidente, “da Assembleia Legislativa, na sequência da solicitação de qualquer comissão especializada e permanente a que tenham sido submetidos para apreciação”.

Meus senhores, isto é política virtual. Isto não é uma política real. Isto é desvirtuar completamente o processo da discussão política.

Como é que queremos que os açorianos que veem um debate desta natureza, com propostas desta natureza, acreditem que a política se faz de forma séria e

honesto, com vista a resolver os problemas da nossa Região com informação e com conhecimento?

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Na realidade a história repete-se, infelizmente. Infelizmente para nós e infelizmente para esta Casa.

Começámos este debate com uma iniciativa com a qual podíamos concordar ou discordar nos seus conteúdos e nos seus propósitos, mas era uma proposta decorosa.

Deputado José San-Bento (PS): É preciso ter lata!

A Oradora: Terminamos, ou estamos a meio deste debate...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... com uma proposta de alteração do Partido Socialista que transformou uma proposta decorosa numa proposta absolutamente indecente, oportunista e parasita.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: É isso que o Bloco de Esquerda chama este documento.

Dizer também, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o seguinte:

Aquilo que o PSD nos traz é uma proposta, uma segunda alteração, à Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Esta proposta propunha que fosse criada, no âmbito da Assembleia, uma UTAO. O que é que uma UTAO? Uma unidade que teria por competência a

elaboração de estudos, de análises, de levantamentos, de respostas a questões de natureza económica e financeira complexas às quais muitos Deputados e Deputadas desta Casa não têm competências para responder, nem sequer as três Representações Parlamentares que aqui estão nesta Casa e que têm a obrigação estrita de responder a todas as exigências de todos os outros grupos Parlamentares, mas têm apenas no seu seio um secretário ou uma secretária. Nem um adjunto as Representações têm.

No entanto, nenhum Grupo Parlamentar se coíbe de apontar o dedo a qualquer uma destas três Representações Parlamentares dizendo que não teve tempo para estudar, que não sabe o que está a dizer e que tem que se preparar melhor: Com um secretário! É assim que nós estamos neste momento.

Ora bem, esta UTAO era para ser posta ao serviço dos Deputados e das Deputadas desta Casa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eles não precisam!

A Oradora: Era para melhorar, aperfeiçoar, corrigir, aumentar a qualidade do trabalho dos Deputados e Deputadas desta Casa. Em prol de quem? Em prol do povo açoriano. Só pode ser isso, porque é para esse povo que nós trabalhamos.

Eu gostaria de lembrar que em sede de Comissão, da CAPAT, a Sra. Presidente da Assembleia Legislativa foi questionada sobre esta matéria, e bem, para dar o seu parecer, a sua opinião sobre a necessidade, a utilidade ou a inutilidade desta UTAO e a Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores afirmou que (e cito o que está na página 4 do relatório da CAPAT):

“Na eventualidade dos partidos entenderem que a proposta deveria ser aprovada... (qual proposta? A proposta de criação da UTAO, do PSD) ... seria criada uma Unidade Técnica muito específica, mas que na realidade estando o apoio a este nível já previsto, se estaria apenas perante uma reorganização da Orgânica da Assembleia Legislativa”.

Como a Sra. Presidente da Assembleia Legislativa está na minha frente, terá oportunidade de corrigir a minha interpretação. Aquilo que a Sra. Presidente disse foi: não! Não precisamos de UTAO nenhuma, porque temos gente, recursos humanos suficientes e qualificados no seio desta Casa, precisamos é de os reorganizar para responder às necessidades e às questões que esta proposta da UTAO pretendia. É esta a minha interpretação. A Sra. Presidente corrigi-la-á, se entender que ela está errada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não vai fazer isso!

A Oradora: Eis se não quando o Partido Socialista, numa história requentada, porque nós já vimos este filme, infelizmente...

Deputado José San-Bento (PS): É verdade!

A Oradora: ... durante esta legislatura, e pelos vistos ninguém aprendeu com aquela história indecente e que deixou este Parlamento mal visto...

Deputado Francisco César (PS): Não foi nesta legislatura! Foi na anterior!

A Oradora: Não! Foi nesta, Sr. Deputado. Ponha a sua cabeça a funcionar. Olhe que foi nesta.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não foi nesta! Nesta reformulou!

A Oradora: O que é que faz o Partido Socialista? O Partido Socialista resolve não uma UTAO...

Das duas, uma: o Partido Socialista nem faz a mínima ideia do que é a UTAO na Assembleia da República.

Deputado Luís Garcia (PSD): Nem quer!

A Oradora: Não faz mesmo a mínima ideia, porque se fizesse a mínima ideia não chamava a um assessor uma UTAO.

Um assessor é um assessor!

Deputado André Bradford (PS): Depende do assessor!

A Oradora: Pode ser bom ou pode ser mau. Não é um super-homem de certeza, nem é a reencarnação do Senhor na terra.

Deputado André Bradford (PS): Uma super-mulher!

A Oradora: Tem limites de trabalho.

Mas vou continuar.

O Partido Socialista entendeu que a Sra. Presidente precisava de mais um assessor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): De um super-boy!

A Oradora: Está no seu direito.

Eu nunca ouvi, nem em Conferência Líderes, nem em nenhum lugar, a Sra. Presidente dizer a qualquer um dos líderes desta Casa ou dos Deputados e Deputadas desta Casa, tanto quanto eu tenho acompanhado, que precisava de mais um assessor.

Mas se a Sra. Presidente entende que precisa de mais um assessor, faça aquilo que tem que fazer para o ter. Se tem poucos, que faça mais para os ter.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais?! Era só o que faltava!

Deputado Luís Garcia (PSD): Mais? Já tem de mais! Não tem mais ninguém na lista para empregar! Empregar não, entachar!

A Oradora: Agora, o Partido Socialista não pode é dar de prenda à Sra. Presidente um assessor, que terá que ser um super-homem ou uma super-mulher e a Sra. Presidente não vai encontrar em lado nenhum, porque a divindade ainda não desceu à terra, e negue aos Deputados e às Deputadas desta Casa exatamente aquilo que lhe está a ser pedido, e proposto, no caso da iniciativa do PSD, com a consciência de que sim, os Deputados e Deputadas desta Casa têm limitações.

Sim. Há um trabalho a fazer de análise, de levantamento, sobretudo nas questões mais complexas de natureza económica e financeira, que não estão a ser respondidas na totalidade e com a qualidade que o povo exige aos seus representantes, porque nós não temos meios de trabalho.

E é o Bloco de Esquerda, enquanto Representação Parlamentar, que assume aquilo que está a dizer neste momento.

Portanto, isto que aqui está é um oportunismo inqualificável.

Sra. Presidente, quer um assessor? Diga-o alto e bom som e a senhora provavelmente terá o assessor.

Agora, o Partido Socialista não tem que lhe dar “prendas” com o voto dos Deputados e Deputadas desta Casa.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Marta Couto tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado Berto Messias, devia ser o senhor! Não dá a cara? Quem tem que dar a cara é o seu líder parlamentar!

Deputado Berto Messias (PS): A semana está a correr-lhe mal! Tem que se acalmar!

A Oradora: Antes de mais eu gostaria de salientar, se me derem oportunidade neste debate tão colorido de adjetivações muito peculiares, e de explicitar à câmara em que consiste a nossa proposta.

O Sr. Deputado Félix Rodrigues já fez parte do serviço, digamos assim, ao ler ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Do serviço?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ah, grande Félix!

A Oradora: Parte do trabalho!

... a proposta 10.º-B.

O que o artigo 10.º-A da nossa proposta apresenta é que:

“Na dependência direta do Presidente da Assembleia Legislativa funciona uma assessoria especializada de apoio técnico ao processo orçamental e de informação e apoio à decisão em matérias com impacto orçamental e financeiro, constituída por um assessor.

O assessor referido no número anterior é livremente nomeado e exonerado pelo Presidente da Assembleia Legislativa ouvida a Comissão Especializada Permanente com competência em matéria orçamental e financeira, sendo-lhe aplicável, com as necessárias adaptações e as especificidades constantes no presente artigo, o regime estabelecido para os assessores do Gabinete do Presidente do Governo Regional”, etc., etc..

Nós, volto a referir tal como referiu a Sra. Deputada Benilde Oliveira, concordamos efetivamente com os objetivos a que se propõe a proposta do PSD.

Não discordamos que efetivamente é necessário um reforço dos serviços prestados por esta Assembleia...

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores concordam com os objetivos!

A Oradora: ... na assessoria aos Srs. Deputados, às Representações Parlamentares e Grupos Parlamentares.

Deputados Nuno Meneses e Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: No entanto, nós reservamo-nos o direito de nos mantermos coerentes com aquilo que defendemos em 2011. Não foi assim há tanto tempo. Não será em três anos e piques que mudámos de opinião.

Também reservamo-nos o direito de apresentar o direito de propositura que nos é consagrado regimentalmente. Disso não abdicaremos nunca.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

A Oradora: Mantemo-nos assim coerentes com as propostas de alteração que já anteriormente apresentámos, porque de modo igual a proposta do PSD é *copy/paste* do que foi em 2011,...

Deputado André Bradford (PS): Exatamente!

A Oradora: ... defendendo de facto que isto não desvirtua o objetivo a que se propõe a proposta do PSD.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Se o que interessa realmente aqui é o objetivo que pretendemos alcançar, eu não consigo compreender esta aversão tão colorida e tão adjetivada que aqui nesta câmara se ouviu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é um problema vosso!

A Oradora: Aquilo que se pretende efetivamente é que se coloque no crivo da Comissão de Economia a avaliação deste assessor que efetivamente prestará assessoria à Sra. Presidente, ficando a Comissão assim com o poder de emissão de parecer e de acompanhamento constante, garantindo o nível técnico adequado para a avaliação das propostas orçamentais e financeiras que aqui se pretendem avaliar.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: O PS acredita que efetivamente esta é uma boa solução do ponto de vista técnico,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... do ponto de vista da solução competencial que se propõe e que acrescenta mais do que a proposta do PSD.

A intenção da proposta do PS...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Percebeu a intenção, Sra. Deputada!

A Oradora: ... é efetivamente colocar a Comissão de Economia na primeira linha da decisão e até da escolha do técnico que terá essas funções,

configurando assim uma situação em que efetivamente a escolha do mesmo não será 100% dispositiva.

Não se pretende de modo algum com isto diminuir a capacidade do funcionamento do sistema parlamentar, até porque se repararmos efetivamente no Decreto Legislativo Regional 54/2012/A,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe o serviço que lhe encomendaram!

A Oradora: ... no artigo 33.º, existe nesta Casa um Gabinete de Assessoria Técnica que nas suas competências tem também que assegurar a consultadoria técnica, nomeadamente jurídica e económica ao Presidente da Assembleia Legislativa e demais órgãos, comissões, Grupos Parlamentares e serviços.

Estes serviços encontram-se disponíveis. A eles não recorrem porque não querem, ou porque acham que os funcionários desta Casa não são suficientemente competentes para tal.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Nós reiteramos a nossa confiança nos funcionários desta Casa...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e nas suas competências.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Mais do que isso, consideramos efetivamente que é necessário esse reforço com esta assessoria técnica qualificada, cuja avaliação passará diretamente pela Comissão de Economia, onde todos os Grupos Parlamentares e Representações têm assento e poderão...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores substituem uma proposta séria por um tacho!

A Oradora: Não se atira pedras, Sr. Deputado!

... efetivamente emitir a sua opinião sobre a pessoa proposta.

Deputado José Ávila (PS): Ontem queriam reduzir! Hoje querem aumentar!

A Oradora: Queremos que na melhoria da eficácia dos trabalhos parlamentares, dos trabalhos de comissão, tanto as Representações Parlamentares como os Grupos Parlamentares podem beneficiar efetivamente de uma proposta como a do PS, porque queremos que a isenção deste assessor, a isenção desta Presidente da Assembleia e do seu gabinete nunca deverá ser colocada em causa.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso!

A Oradora: Estamos perante análises técnicas, análises que se querem sérias e sobre as quais não deve impender qualquer tipo de ascendente de cariz partidário ou de qualquer outra realidade.

Reiteramos novamente que esta é uma proposta séria, Srs. Deputados. Não vimos aqui com o intuito rigorosamente nenhum de canibalizar seja o que for, Sr. Deputado. De canibal temos todos muito pouco.

Muito obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Só fiscalizar! Fiscalizar é Flora!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Eu pensei que o Partido Socialista....

Deputado Francisco César (PS): Pois pensou!

O Orador: Mas pensei mal, Sr. Deputado.

Aliás, a desilusão na sociedade açoriana é muito grande, para quem esperava que a alteração na liderança do Governo tivesse alterado alguma coisa em relação aos hábitos autocráticos do Governo Socialista.

Alguém esperava, alguns esperaram na sociedade açoriana, uma espécie de primavera com este novo Governo, uma evolução que não seguisse tanto a continuidade.

O que nós estamos a verificar é que o comportamento do regime continua idêntico.

Estas Unidades Técnicas de Apoio Orçamental (tive o cuidado de investigar nos Parlamentos democráticos, inteiramente democráticos, com um funcionamento inteiramente democrático, e em que se queira equilibrar, ajudar e apoiar as tarefas de fiscalização da oposição em relação aos governos, aos diferentes governos da Europa Ocidental) existem em quase todos os parlamentos, mas não existem evidentemente em parlamentos que deixam muito a desejar do ponto de vista do pluralismo, do ponto de vista da transparência e da capacidade que é dada à oposição no sentido de fiscalizar e de ter todas as condições para fazer e realizar o seu trabalho.

Aqui, o Partido Socialista não altera uma vírgula naquele que é o seu posicionamento. Se existir alguma unidade que possa vir a realizar um trabalho independente, absolutamente independente e neutral, com capacidade técnica de poder analisar os documentos com que o Governo e a oposição trabalham neste Parlamento, o Partido Socialista o que decidiu é que aqui, se essa unidade viesse a existir, tinha que estar sob a tutela política do partido governamental...

Deputado Francisco César (PS): É isso que está lá escrito?

O Orador: ... (sob tutela política do partido governamental!), podendo exonerar livremente os seus responsáveis, podendo exonerar livremente, não por falhas técnicas ou por qualquer outra coisa, mas pura e simplesmente por motivos políticos.

Deputado Berto Messias (PS): Respeite a Sra. Presidente!

Deputada Zuraída Soares (BE): Quem está a desrespeitar os açorianos não somos nós!

O Orador: Em relação a esta matéria o que eu digo é que todos aqueles que esperavam no início desta legislatura alguma alteração política da parte do regime que nos governa há 20 anos, não há nenhuma alteração.

Este regime continua a ser aquilo que sempre foi, continua a manter a informação, continua a manter a desproporcionalidade em relação aos meios, continua a ser o *bunker* que sempre foi.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A intervenção da Deputada Marta Couto leva-me a vir de novo ao debate.

Para já, fazer uma constatação que pensei que a Deputada Marta Couto nunca faria. Tem a ver com o facto de se ter referido, com algum desagrado, ao colorido da adjetivação feita pelas diferentes oposições a esta despropositada proposta do Partido Socialista. Pelos vistos a Sra. Deputada Marta Couto não gosta muito da diversidade cromática deste Parlamento. Preferia possivelmente um cenário rosa desbotado,...

Deputado André Bradford (PS): Faz parte do partido que a nomeou!

O Orador: ... mas felizmente que não é assim.

Deputado André Bradford (PS): Não seja mal-agrado!

O Orador: Tem aqui, de facto, uma variedade cromática que só enriquece o Parlamento Regional.

Portanto, Sra. Deputada, lamento a posição de V.^a Ex.^a.

Por outro lado, não venhamos desvirtuar o debate.

Deputado André Bradford (PS): E o PSD bate palmas ao Bloco de Esquerda!

Deputada Zuraida Soares (BE): E... E Bloco de Esquerda já bateu palmas ao Partido Socialista também!

O Orador: A Sra. Deputada Marta Couto e a bancada do Partido Socialista, não têm que vir tentar desmistificar ou branquear o assunto que está aqui a ser tratado.

Uma coisa é o gabinete da Sra. Presidente precisar de um reforço em determinada área. Vamos lá discutir isso quando for a altura. Outra coisa é a criação de uma Unidade de Técnica de apoio, que é aquilo que foi proposto e que é a proposta do PSD.

Já todos os partidos da oposição manifestaram o seu apoio à criação dessa Unidade Técnica e à mais-valia que essa Unidade Técnica pode representar para a melhoria da qualidade do trabalho parlamentar, designadamente nas questões que dizem respeito à economia, às questões do orçamento e às questões financeiras.

Isso acontece, como também já foi referido aqui, noutros parlamentos, designadamente na Assembleia da República, reconhecendo todos os partidos que estão representados na Assembleia da República (todos os partidos reconhecem) a mais-valia que representa aquela Unidade Técnica, o seu funcionamento e o trabalho que produz no apoio ao trabalho parlamentar. É disso que se trata. Não é de reforçar o gabinete da Sra. Presidente (não é de reforçar o gabinete da Sra. Presidente!).

Se a Sra. Presidente, como já foi dito também aqui, entender que precisa de mais um assessor, que se coloquem as questões. Se o Partido Socialista entende que é necessário mais um assessor para o Gabinete da Sra. Presidente, vamos discutir isso. Mas não é isso que estamos a discutir!

O que estamos a discutir é a criação de Unidade Técnica de Apoio ao Trabalho Parlamentar para os setores da economia, das finanças e do orçamento. Todos nós sentimos essa necessidade: sente o PSD, sente o PPM, sente o CDS, sente o Bloco de Esquerda e o PCP.

É evidente que o PS não sentirá essa necessidade porque tem ao seu dispor não só um vasto conjunto de adjuntos e assessores para as mais diversas... principalmente para a propaganda. A verdade também tem que ser dita.

No essencial, o conjunto dos seus assessores destina-se mais é à propaganda.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado tenha calma! Está a exagerar um bocadinho! Aliás, quantos assessores tem o PSD?

O Orador: É mesmo à propaganda, não é bem, bem, bem para o trabalho parlamentar, até porque a produção do trabalho parlamentar pelo Grupo Partido Socialista é aquele que nós muito bem conhecemos,...

Deputado Berto Messias (PS): Quantos assessores tem o PSD?

O Orador: ... é pouco e a sua qualidade também deixa muito a desejar.

Portanto, se V.^{as} Ex.^{as} não sentem essa necessidade, preferem os vossos agentes da propaganda, é convosco.

Nós temos necessidade dessa Unidade Técnica. Se V.^{as} Ex.^{as} quisessem fazer um trabalho sério e rigoroso e não se fundassem apenas nas assessorias que vos vêm do Governo Regional, talvez também gostassem de ter uma Unidade Técnica ao vosso dispor, mas V.^{as} Ex.^{as} não necessitam disso, porque têm o Governo Regional a assessorar-vos. Nós não temos.

A nós cabe-nos fiscalizar a atuação do Governo Regional e para isso precisamos de uma Unidade Técnica. Outra coisa será um assessor para o Gabinete da Sra. Presidente.

Portanto, Sra. Deputada Marta Couto, a questão é muito simples: não venha confundir este Parlamento e muito menos confundir a opinião pública regional com aquilo que é a vossa proposta que apenas visa criar mais uma assessoria para a presidência da Assembleia, ao passo que a proposta original aquilo que pretende é a criação de uma Unidade Técnica, coisas que de facto estão nos antípodas uma da outra.

Portanto, Sra. Deputada Marta Couto, lamento dizer-lhe: aqui há muitas cores e isso é bom

Deputado André Bradford (PS): Sabemos! Estivemos na origem disso!

O Orador: Enriquece a democracia e o parlamentarismo nos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Aproveito para informar que o Sr. Deputado esgotou o seu tempo (ele depois há de saber).

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Venho novamente ao debate para prestar um esclarecimento.

Deputado Berto Messias (PS): É a Lei Eleitoral!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E a Lei Eleitoral foi construída por quem? Isso não é produto do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Fomos todos nós!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não foi construída só por vocês!

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Zuraida Soares faça a sua intervenção.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Estava eu a dizer que venho novamente ao debate para prestar um esclarecimento que acho que neste momento se impõe dadas algumas intervenções anteriores.

Eu considero que o uso e o abuso da demagogia no confronto político-partidário também têm limites.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouça, Sr. Deputado!

A Oradora: E há aqui uma afirmação que é absolutamente inaceitável para o Bloco de Esquerda. Pôr o ónus, a demagogia de pôr o ónus da desconfiança na qualidade dos funcionários desta Casa,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... nos partidos das oposições que querem exatamente que esse trabalho seja cada vez maior,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora devia pedir desculpa aos funcionários!

A Oradora: ... é de uma desvergonha (desvergonha!) total...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: ... quando é o Partido Socialista que exatamente acha que a Sra. Presidente está mal ou pouco assessorada e por isso lhe quer dar mais um assessor ou mais uma assessora.

Se isto não é demagogia, Sras. e Srs. Deputados, é um raciocínio completamente ao contrário que precisa de tratamento – primeiro esclarecimento.

Segundo esclarecimento: as interpelações para que o Bloco de Esquerda respeite a Sra. Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores não colhem, nem dentro desta Casa, nem fora desta Casa. Por duas razões: primeiro, porque o Bloco de Esquerda nunca, nem dentro nem fora desta Casa, desrespeitou a primeira figura da autonomia; segunda razão, porque quem já o fez várias vezes e está a fazê-lo neste momento...

Deputados Aníbal Pires (PCP) e João Bruto da Costa (PSD): É o Partido Socialista!

A Oradora: ... é exatamente o Partido Socialista e o Governo Regional.
Muito obrigada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É o Partido Socialista!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Marinho tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que assistimos aqui hoje, ou aquilo que repetimos aqui hoje relativamente àquilo que já se tinha passado em 2011, foi (e para que os açorianos saibam o que é que se está aqui a passar),...

Deputado André Bradford (PS): Eles sabem! Não precisam da sua tradução!

O Orador: ... de uma proposta de criação de uma Unidade Técnica...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Independente!

O Orador: ... de Apoio Orçamental e conseqüentemente independente, criar um cargo político totalmente dependente. Foi isto que o Partido Socialista fez, ou seja, desvirtuando completamente e em absoluto a proposta que tinha sido apresentada e infelizmente não pela primeira vez.

Eu acho que a Deputada Zuraída Soares utilizou uma palavra há bocado que diz tudo: foi mais uma vez uma atitude perfeitamente indecorosa por parte do Partido Socialista!

Por isso, foi um exercício da mais completa má-fé. É o único termo que pode ser utilizado: má-fé do Partido Socialista!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Má-fé, aliás, que também se associa àquilo que o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista referiu quando disse que o PSD tinha retirado (e é verdade!) em 2011 esta iniciativa sem explicitar os motivos dessa retirada da iniciativa que então se verificou.

Portanto, má-fé completa e se outras razões não houvesse, se outras situações não existissem que nos permitissem ter a certeza de que esta atuação, de que a postura do Partido Socialista é uma postura arrogante e de má-fé,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Falsidade!

O Orador: ... hoje teríamos ficado com a completa certeza que isso se verifica.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquilo que se passou hoje, repetindo o que se passou em 2011, é uma vergonha para este Parlamento. É uma perfeita vergonha para este Parlamento!

É um desrespeito total pelo primeiro órgão da Autonomia, mas acima de tudo é um desrespeito completo pelos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Estão a desrespeitar os açorianos com a vossa postura arrogante e de má-fé.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Por isso, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a aparente bonomia que ontem aqui demonstraram aprovando três das quatro iniciativas apresentadas, por sinal uma que se referia a algo que tinha sido aprovado em 2011 e que o Governo não cumpriu...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que fomos obrigados agora a ter aqui uma iniciativa que deveria ser escusada, porque também ela é mais uma vergonha para este Parlamento, essa bonomia, no fundo, “é uma montanha que pariu um rato”.

Os senhores com a atuação de má-fé de hoje, acabaram de dar uma machadada. Para além de darem uma machadada neste Parlamento deram uma machadada

na vossa bonomia, mas mais importante do que isso, os senhores não querem transparência.

Os senhores, só a custo, é que, algumas iniciativas, não têm coragem de as chumbar. Já ontem vimos aqui essa postura também.

Deputado Berto Messias (PS): Nós aprovámos três iniciativas de quatro!

O Orador: Os senhores não querem mesmo é transparência.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora, quando se quer criar uma Unidade Técnica de Apoio Orçamental, constituída por técnicos, por pessoas perfeitamente independentes, os senhores querem dar um assessor à Sra. Presidente da Assembleia, que será um cargo de completa dependência.

Quando tudo funciona de uma forma perfeitamente elogiada na Assembleia da República há nove anos, quando dá a todos os Grupos e Representações Parlamentares outros meios técnicos que lhes permitem desenvolver melhor a sua atuação, os senhores querem dar um assessor à Sra. Presidente, onde até preveem inclusivamente despesas de representação e tudo.

Os senhores não querem mesmo (não querem mesmo!) transparência!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Mas aprovámos três iniciativas de quatro!

O Orador: Numa palavra: aquilo que aqui se passou hoje é **escandaloso!**

Deputado António Ventura (PSD): Exatamente!

O Orador: É escandaloso aquilo que os senhores vieram aqui fazer.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma vergonha!

O Orador: Por isso, perante esta canibalização que tentaram fazer...

Deputado Berto Messias (PS): Chama-se democracia!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi muito feio o que os senhores fizeram!

O Orador: ... com perfeita má-fé,...

Deputado Berto Messias (PS): É a democracia!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Fica muito feio!

O Orador: ... desvirtuando aquilo que foi aqui apresentado, seguramente não vai ser com o nosso voto que nós vamos criar mais um cargo de dependência, mais um cargo que vai alargar os tentáculos. Por isso, obviamente retiramos novamente a iniciativa.

Era isso que os senhores pretendiam.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Para terminar, repito: é perfeitamente escandaloso aquilo que aqui se verificou. Já agora digo, pena é que o Deputado Berto Messias, que iniciou o exercício de má-fé, não tenha tido a coragem de vir a debate.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho pediu a palavra?

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, eu pedi a palavra...

Deputado António Marinho (PSD): Retirámos a iniciativa!

O Orador: ... naturalmente para fazer uma intervenção.

Ouvi com muita paciência um conjunto de intervenções...

Deputado António Marinho (PSD): Sra. Presidente, acabámos de retirar a iniciativa!

Deputado Luís Maurício (PSD): O diploma foi retirado! Sra. Presidente, leia o Regimento!

Deputada Zuraida Soares (BE): O Grupo Parlamentar do PSD retirou o diploma!

O Orador: ... e até de ofensas a este Grupo Parlamentar.

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e BE)

O Orador: Agora, se foi retirado, eu peço a defesa da honra. Não há problema nenhum. O que faltava era que o Grupo Parlamentar do PS não pudesse falar depois de tudo o que ouviu. Mas que democracia!

Defesa da honra, Sra. Presidente.

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e BE)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sras. e Srs. Deputados, apelo à vossa calma.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não vai aplicar o Regimento?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado André Bradford (PS): Sr. Deputado Paulo Estêvão, quer mudar o Regimento?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputada Zuraida Soares (BE): O diploma foi retirado!

Deputado Rogério Veiros (PS): Ainda não foi votado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nós não podemos falar porque foi retirado!

Deputado André Bradford (PS): Depende da figura, Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu apelo à vossa calma.

Compreendo naturalmente a emoção do debate, mas naturalmente têm que permitir à Mesa que possa gerir os trabalhos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Tem razão!

Presidente: Eu perguntei ao Sr. Deputado Francisco Coelho: pede a palavra para?

Deputado Joaquim Machado (PSD): E ele fez uma intervenção!

Presidente: Nem sequer permitiram que eu pudesse dizer mais nada, porque depois toda a gente tentou condicionar...

Deputado Luís Maurício (PSD): Ainda bem, Sra. Presidente!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O problema é que ele fez uma intervenção!

Presidente: Não fez intervenção nenhuma. Disse duas ou três coisas.

Isto já não é a primeira vez que acontece e eu apelo à calma para que possamos continuar os trabalhos dentro da normalidade que existiu até aqui.

O Sr. Deputado Francisco Coelho tinha pedido a palavra. De facto, com a retirada da iniciativa por parte do PSD, o debate é dado por concluído.

Pergunto se ia exatamente fazer uma intervenção ou se pediu a palavra ao abrigo de outra figura regimental.

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu ia fazer uma intervenção. Face ao que aconteceu peço a defesa da honra do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado para a defesa da honra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isto é inacreditável! Eles fazem o que fazem e vão defender a honra!

(Protesto por parte dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, BE e PPM)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que vai contraditar? Todos?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que faz a contradição?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sras. e Srs. Deputados...

A figura regimental da defesa da honra prevê e permite que seja feita título pessoal ou para a defesa da bancada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: E o Regimento prevê que havendo, ou tendo havido expressões da ofensa da honra, o Sr. Deputado Francisco Coelho possa fazer a sua defesa...

Deputado Luís Garcia (PSD): Então justifique!

Presidente: ... e que depois o Sr. Deputado António Marinho justifique...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): António Marinho, não! Nós!

Presidente: Naturalmente a defesa da honra só pode ser às expressões proferidas pelo Sr. Deputado António Marinho, não pode ser por outra pessoa, porque foi o último que falou antes disso.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Também diz o artigo 12.º do nosso Regimento que devem...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, também diz o artigo 12.º do nosso Regimento que as Sras. e os Srs. Deputados devem acatar a autoridade da Mesa. Portanto, a minha decisão está tomada e vou dar a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho e depois naturalmente darei também a palavra ao Sr. Deputado António Marinho para contrarresposta, que tem direito com base no nosso Regimento.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Devo dizer que estou um pouco surpreendido, não tanto pela pouca memória do Sr. Deputado António Marinho. Agora este último comportamento, permitam-me que vos diga, para quem tanto falou em democracia, em decoro, em desvergonha, atacam o Partido Socialista e querem arranjar um truque regimental para o Partido Socialista não se poder defender, está tudo dito acerca da vossa democracia!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do Partido Socialista)

O Orador: Mais: da vossa coragem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Quando não se cumpre uma regra é que é complicado!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é uma grande desconsideração para com a Deputada Marta Couto!

Deputado Luís Garcia (PSD): E a defesa da honra?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é defesa da honra ou é uma intervenção?

O Orador: Eu gostava de começar por dizer o seguinte:

O Sr. Deputado António Marinho surpreendeu-me. É que há aqui um conceito de democracia interessante.

O Sr. Deputado António Marinho foi à gaveta, tirou um diploma com três anos e voltou a apresentá-lo.

Eu penso que o PSD e alguma oposição vai dizer...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Onde é que está a defesa a honra?

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é defesa da honra?!

O Orador: ... que isso é coerência.

Presidente: Srs. Deputados....

O Orador: O Partido Socialista resolve fazer exatamente o mesmo que fez apenas há três anos,...

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho...

O Orador: ... é um escândalo.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho...

O Orador: O que é que se passa?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Para um ex-presidente da Assembleia isto é muito mau!

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho... Sras. e Srs. Deputados, vamos manter-nos calmos. Já é a terceira vez que vos peço.

Sr. Deputado Francisco Coelho, agradecia que se limitasse à questão da defesa honra, por favor. Apesar do enquadramento que já fez, pedia-lhe que se limitasse à questão da defesa da honra.

O Orador: Não! Sra. Presidente, nós fomos acusados de uma série de coisas...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quais?

O Orador: ... porque apresentámos uma proposta de alteração.

Eu gostava de dizer o seguinte, porque é muito importante até para esta Casa.

Uma das competências sagradas dos Deputados é apresentar propostas de alteração.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a defesa da honra, Sra. Presidente?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isto não é a defesa da honra!

O Orador: Portanto, apresentar uma proposta de alteração, Sr. Rendeiro, apresentar uma proposta de alteração, não é uma desvergonha!

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho...

O Orador: Não é uma desvergonha! É um direito sagrado de um Deputado!

Isso é importante!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Defenda a sua honra!

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho...

O Orador: E isso é importante!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Defenda lá a sua honra! Defenda!

O Orador: Eu gostava que me deixasse falar. Mas que bom exemplo temos então de democracia, Sras. e Srs. Deputados.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): A democracia tem as suas regras!

O Orador: Apresentar propostas de alteração é um dos poderes mais importantes que tem os Deputados, e felizmente que os têm vindo a conquistar. Já que falamos em matéria orçamental, longe vão os tempos ...

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho...

O Orador: ... dos velhos governos do PSD em que se não se podia apresentar propostas de alteração...

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho...

O Orador: ... ao Plano e ao Orçamento. Agora pode-se!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ele não respeita nada disto!

O Orador: Os Srs. Deputados podem apresentar propostas de alteração.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, defenda a sua honra!

O Orador: E como é que se resolve isso? Resolve-se em termos de maioria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem uma pessoa ali que quer falar!

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho, compreendo...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sras. e Srs. Deputados, eu, naturalmente que impor-me-ei, quando me permitirem que imponha essa autoridade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então imponha-se!

Presidente: Agora eu não posso estar com o microfone ligado e nem sequer me deixarem falar.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho, terei que insistir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Insistir?

Presidente: Naturalmente percebe que já esgotou os seus três minutos e efetivamente alargou demais o âmbito em relação à defesa da honra.

O Orador: Não alarguei, Sra. Presidente.

Deputado Luís Maurício (PSD): Alargou, alargou!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Respeite a opinião da Sra. Presidente!

Presidente: Alargou, Sr. Deputado.

O Orador: O PS foi acusado de escandaloso porque apresentou uma proposta de alteração. Eu expliquei por que é que os Deputados têm todo o direito de apresentar propostas de alteração.

Isso é que é respeitar a democracia!

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): A Sra. Presidente não mandou cortar o microfone há algum tempo a esta bancada?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não consigo resistir a dizer que a democracia ganha com o respeito, acima de tudo.

Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu estava para não utilizar a figura da defesa da honra, porque me parece despropositada.

Deputado Francisco César (PS): Mas o senhor não está a usar na qualidade de defesa da honra!

O Orador: Mas vou usar, logo à partida, para dizer que a questão que apontou relativamente à minha memória, eu devo apontar também em relação ao Sr. Deputado Francisco Coelho, uma vez que, tendo sido Presidente desta Assembleia durante quatro anos, já não se lembrar que, retirada uma iniciativa, jamais ninguém poderá falar sobre ela.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, digamos que estamos 1-1 em termos de falta de memória. Relativamente à defesa da honra que não existiu, eu só posso dizer que os senhores não têm palavras para o escândalo que criaram...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... com o vosso exercício de má-fé e com aquilo que acabam, na última iniciativa do pacote legislativo sobre transparência das contas pública, por admitir aqui que não querem transparência. Os senhores querem viver imunes a quem vos possa apontar o que quer que seja em termos da gestão do dinheiro que é de todos os açorianos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, os senhores não querem a transparência e por isso o senhor não fez defesa da honra nenhuma.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Continuo a dizer que aquilo que o Partido Socialista fez aqui...

Deputado Francisco Coelho (PS): Foi defesa da honra!

O Orador: ... é perfeitamente escandaloso e é um puro exercício de má-fé.

Está óbvio aos olhos de todos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às dezoito e dez.

Eram 17 horas e 38 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 24 minutos.

Entramos agora no ponto sete da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 74/X** – **“Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que elabore, em estreita colaboração com os municípios, o Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs da Ilha de São Jorge”**.

Este Projeto de Resolução é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS.

Para apresentação da iniciativa tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A ilha de São Jorge evidencia uma importante multiplicidade de paisagens, estruturas e produtos vulcânicos que constituem importantes *ex-libris* da paisagem açoriana e fazem parte integrante da vivência jorgense.

Como exemplos da geodiversidade da ilha merecem especial destaque as imponentes falésias costeiras e as suas mais de sete dezenas de fajãs, que a natureza privilegiou com a presença do mar, o benigno clima, a fertilidade do solo, as deslumbrantes paisagens, o valioso património cultural, a importante biodiversidade e os variados ecossistemas.

As fajãs simbolizam a beleza natural e o isolamento que dominou parte da história da ilha e oferecem panorâmicas extraordinárias e ímpares que são melhor exploradas tirando partido da rede de percursos pedestres existentes, mas muitos deles a necessitar de urgente intervenção de beneficiação, sinalização e limpeza.

São muitas e variadas as fajãs de São Jorge: desde as fajãs detríticas com as suas lagunas costeiras, às fajãs lávicas é grande o leque de locais a desfrutar, mas que carecem de preservação.

São precisamente as lagunas costeiras da Fajã dos Cubres e da Fajã da Caldeira de Santo Cristo que constituem os elementos de geodiversidade mais peculiares de São Jorge e uma imagem de marca do turismo sustentável, de natureza e ambiental que os Açores devem almejar.

A lagoa da Fajã da Caldeira de Santo Cristo, para além das características paisagísticas é ainda o único local do arquipélago onde se produzem as famosas amêijoas de São Jorge, produto predominante na gastronomia local e com vasto interesse económico.

Neste local paradisíaco outro potencial enorme está a começar a ser aproveitado: a prática do surf.

À Fajã do Santo Cristo vão cada vez mais surfistas, alguns deles de reputação mundial, pela excelente qualidade das ondas, sobrando assim um conjunto de importantes mais-valias turísticas e económicas.

Os microclimas que caracterizam muitas destas fajãs e a abundância de água proveniente de ribeiras e cascatas, favorecem também o seu uso agrícola e permitem culturas de excelente qualidade e raras nos Açores, como é o caso do café, da banana, do inhame, bem como da uva produtora do típico vinho de cheiro.

Com o passar dos anos, devido às crescentes exigências da modernidade e à vulnerabilidade aos caprichos naturais, diversas fajãs foram abandonadas pelos residentes. Muitas ainda permanecem habitadas todo o ano, ou apenas em certas épocas, mormente associadas a festividades e atividades agrícolas.

As sucessivas derrocadas verificadas e a fragilidade da maioria das acessibilidades às fajãs, o abandono do património edificado e das férteis terras de cultivo e as potencialidades naturais e turísticas destes ecossistemas carecem de uma intervenção urgente, mas devidamente pensada, visando assegurar o seu futuro e sustentabilidade.

Assim, em junho de 2014, o Grupo Parlamentar do CDS-PP submeteu a esta Assembleia um Projeto de Resolução que propõe ao Governo dos Açores que em estreita colaboração com os Municípios da ilha de São Jorge elabore o Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs.

A iniciativa fez o seu caminho – devendo ser destacado aqui o papel incansável do Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, no sentido da consensualização necessária à eventual aprovação de tão importante medida para a economia da ilha de São Jorge.

Entretanto, o Governo Regional arrepiou caminho no sentido de anunciar a candidatura das fajãs de São Jorge a Reservas Mundiais da Biosfera, na

UNESCO, bem como com a assunção da necessária revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha de São Jorge.

Também o CDS-PP salvaguardou o futuro desta proposta, tendo conseguido a inclusão no Plano Anual Regional para 2015 de uma ação dotada da verba destinada ao início da implementação do Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs de São Jorge.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Neste sentido, e aqui chegados, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta, a este Parlamento, um Projeto de Resolução, acompanhado de uma proposta de substituição integral, que visa recomendar e propor ao Governo Regional dos Açores que:

- 1 – Em estreita colaboração com os Municípios da ilha de São Jorge elabore um Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs;
- 2 – Que o mesmo Plano de Ação desenvolva, designadamente, e em estreita colaboração com os Municípios de São Jorge, a avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira de São Jorge e a sua consequente revisão, tendo especial atenção a recuperação, preservação e manutenção, de forma faseada, do valioso património natural e cultural das fajãs, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, assegurando, ainda, a consolidação das encostas, melhorando a segurança de pessoas e bens e as acessibilidades, sejam elas rodoviárias ou trilhos pedestres;
- 3 – Aproveitando a entrada em vigor do Quadro Estratégico Comum 2014-2020, aloque as verbas necessárias à concretização dos referidos Planos;
- 4 – Considerando que a arriba das Fajãs dos Vimes e de São João, as Fajãs do Ouvidor, da Ribeira d'Areia, dos Cubres e da Caldeira do Santo Cristo já estão classificadas como Geossítios integrados no Geoparque Açores, desenvolva todas as diligências necessárias no sentido de futura classificação das Fajãs da ilha de São Jorge, pela UNESCO, como Património Mundial da Humanidade,

aproveitando as diligências já anunciadas e sem prejuízo do reconhecimento desses locais como Reserva Mundial da Biosfera.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As recomendações que ora apresentamos a esta Assembleia não são nenhuma extravagância político-partidária.

Esta proposta tem, quanto a nós, duas grandes virtudes e vantagens: permite estimular forte e ativamente a economia da ilha por via da recuperação de postos de trabalho e, a prazo, fará com que um património natural, histórico, cultural e económico seja potenciado em benefício da sua preservação e em nome de um desenvolvimento económico e social que urge recuperar em São Jorge.

Importa não esquecer que *“Um Ser Humano só cumpre o seu dever quando aperfeiçoar os dotes que a Natureza lhe deu”* (Hermann Hesse).

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As fajãs de São Jorge são uma mais-valia para esta ilha e para os Açores, é uma frase que todos dizemos frequentemente, mas palavras leva-as o vento, e poucas tem sido as iniciativas em prol do desenvolvimento sustentado das fajãs que tem tido algum sucesso ou que tenham sido implementadas em São Jorge.

Não foi por falta de vontade e iniciativa dos jorgenses, mas essencialmente por falta de vontade do Governo.

O projeto de um ecomuseu para São Jorge, na sua versão original, proposto pelos jorgenses o qual envolvia as fajãs de uma forma sustentável, foi adulterado na sua forma original pelo Governo Socialista e acabou numa sombra do que os jorgenses sonharam e projetaram.

Não porque o projeto fosse mau, era tão bom que até o Governo o copiou adaptou e o está a aplicar na ilha do Corvo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Até contratou o promotor da ideia para ali o implementar. Mas a verdade é que esse malgrado projeto era uma ameaça ao absolutismo do Governo, porque daria aos jorgenses alguma independência económica, e é isso que a política deste Governo não permite.

Deputados João Bruto da Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O projeto inicial do ecomuseu era um instrumento precioso no desenvolvimento da ilha de São Jorge, acarinhado pelas populações jorgenses, foi adulterado através de uma censura premeditada do Governo Socialista.

Agora esta proposta apresentada pelo PP é mais uma tentativa de revitalizar as fajãs, teoricamente é uma boa ideia qual será o seu sucesso, porque o Governo só parece desejar populações de mão estendida a mendigar subsídios, bonificações de juros e planos de revitalização de economias moribundas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Tudo o que possa libertar a população da subsidiodependência, não parece ser bem aceite pelo Governo Socialista.

No entanto, impingiram-nos a candidatura a Rede Mundial da Biosfera, que os jorgenses não pediram e ainda não sonham que bem ou mal trará para o futuro de São Jorge e da economia jorgense.

São Jorge está passando por momentos difíceis, como toda a Região, com o sector cooperativo em grandes dificuldades financeiras, com o sector das pescas e indústria conserveira com um enorme passivo, com a construção civil parada, empresas em insolvência,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Câmara da Calheta de São Jorge, do PSD, deixou perder aquilo!

O Orador:... desemprego jovem, e o turismo não sendo exatamente uma tábua de salvação, é uma esperança poderá ser um complemento para a economia da ilha.

Uma ilha de coesão que de pouco lhe tem servido o título.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Apoiado!

O Orador: As fajãs têm um grande potencial turístico e até agrícola pela diversidade de produtos hortícolas e frutícolas possíveis de se obter numa agricultura de pequena dimensão.

Produtos “*gourmet*” como é o caso do café da Fajã dos Vimes, das bananas na Fajã de S. João e das Almas, dos inhames de água, das amêijoas da lagoa da Fajã do Santo Cristo, viticultura e até diversos frutos tropicais.

Neste sentido não se entende porque ainda não foi criada uma qualificação para os produtos das fajãs, aliás deveria fazer parte deste trabalho, um análise científica por parte da universidade dos Açores em que medida os micro climas existentes nas fajãs de São Jorge e a qualidade dos solos, da água, influenciam a produção agrícola e a qualidade dos produtos que daí advêm.

Classificados os produtos das fajãs passariam a ter um valor acrescentado, para consumo local, para venda aos turistas e até para exportação, mesmo em pequenas quantidades, nada invalida que se possa exportar 100 ou 200 kg de café ou 200 ou 300 kg de bananas. É pouco é verdade, mas esse pouco faz a grande diferença no orçamento das famílias.

Há estrangeiros privados que já estão a fazer algumas investigações, análises aos solos que compram, agricultura biológica, assuntos pertinentes numa micro agricultura de subsistência, enquanto os governantes locais assobiam para o lado.

Ainda estamos a tempo de reverter a economia de São Jorge, que apesar de moribunda pode ser revitalizada. Depois de morta, é rezar por alma, porque não vai haver plano de revitalização que a ressuscite.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Os jovens jorgenses necessitam de uma esperança, uma esperança que lhes facilite criar os seus negócios, sem entraves nem burocracias, numa região que lhe facilite as acessibilidades, para que possam exportar os produtos de qualidade, que produzam.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Acessibilidades que possam trazer turistas, turistas que nos aumentem a rentabilidade. Estamos a chegar ao verão...

Deputado José San-Bento (PS): Ainda estamos no inverno! Que exagerado!

O Orador:... e as indefinições persistem: os transportes marítimos, o transporte aéreo. Ainda está tudo no segredo dos Deuses.

Quem visita as fajãs recorda mais tarde, a boa gastronomia, os refrescantes banhos de mar, ou a paisagem exótica. Para os jorgenses, as fajãs são muito mais do que isso, são a história e cultura de um povo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, o seu partido não quer o desenvolvimento da Ilha?

O Orador: ... espelham a alma dos antepassados que sem meios e sem subsídios, trabalharam arduamente para construir um património cultural e arquitetónico de inegável valor que nos devemos honrar.

Deputada Judite Parreira (PSD): Muito bem!

O Orador: A valorização e conservação deste património cultural deve ser feita no sentido de rentabilizar junto do turismo que nos visita, através da prática dos desportos, como o surf, mergulho, rappel, canyoning, pedestrianismo, *bird-whatch*, entre muitos outros e até recentemente o turismo *survival*.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): *Survival?!?*

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: O melhor que São Jorge tem para oferecer ao turismo são as fajãs. Uma gestão e desenvolvimento integrado correto pode ser fonte de criação de muitos empregos e potenciar a fixação de jovens.

Esta proposta do CDS-PP, que aqui nos foi apresentada na sua nova versão depois de ter passado pelo “alfaiate”, sofreu alguns ajustes para que servisse ao Governo, como vai acontecendo com muitas das propostas apresentadas pela oposição, desconfio que esta farpela que assenta tão bem aos socialistas possa ficar de calças curtas aos jorgenses e de manguinhas compridas ao proponente. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estou à espera que o PSD vote contra isto!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

Deputado André Rodrigues (PS): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, permitam-me realçar a forma como a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho dirigiu os trabalhos referentes ao Projeto de Resolução em análise, onde se pretende recomendar ao Governo Regional dos Açores que elabore, em estreita colaboração com os municípios, o Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs da Ilha de São Jorge, reunindo um conjunto importante de pareceres por escrito, nomeadamente do Conselho de ilha e das juntas de freguesia da ilha de São Jorge, mas também reunindo presencialmente com os dois Presidentes de Câmara na Ilha de São Jorge o que permitiu um amplo e vantajoso debate sobre a importância das fajãs de São Jorge, sobre o seu passado, sobre o seu presente, sobre as suas vivências, mas sobretudo sobre o seu futuro e os seus desafios.

Após todas estas diligências, e até à intervenção do Sr. Deputado António Pedroso, por parte do PSD, penso que existia um claro consenso e um elevado compromisso de todos os partidos e intervenientes para com o desenvolvimento sustentável da Ilha de São Jorge, e em particular, com a salvaguarda e uso adequado das fajãs como forma de promoção do desenvolvimento socioeconómico e melhoria da qualidade de vida das suas populações.

De uma forma geral, defende-se que as fajãs apresentam oportunidades e desafios concretos de desenvolvimento sustentável, onde se relacionam de forma integrada os valores naturais, culturais, patrimoniais, históricos, sociais e económicos, que deverão promover o progresso, a criação de valor acrescentado e a criação de postos de trabalho, consolidando ao mesmo tempo a autenticidade e identidade das fajãs.

Por outras palavras, defende-se uma visão estratégica sobre as fajãs de São Jorge, com vista a direcionar políticas que respondam aos desafios da sua componente Ambiental, Produtiva e Turística que permitam a preservação, manutenção e valorização da sua identidade, parte integrante da vivência dos jorgenses.

Também é aqui necessário referir, que ao longo do debate e discussão do presente Projeto de Resolução, surgiram dúvidas e questões, nomeadamente sobre a forma e conteúdo do plano proposto, mas não sobre os seus objetivos.

As dúvidas levantadas sobre o plano foram essencialmente se estas preocupações e visão estratégica sobre as fajãs deveriam estar dentro dos documentos dos instrumentos de gestão territorial, ou se este deveria ser um documento menos territorial e mais estratégico sobre esta problemática, e que depois todos os instrumentos de gestão territorial deveriam absorver as suas preocupações e soluções, sejam elas de âmbito regional, municipal ou ainda de pormenor. Concluindo-se que esta última forma foi a que mais consenso gerou.

Sobre a possibilidade e oportunidade destas opções definidas por um Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs estarem também vertidas nos instrumentos de gestão territorial, consideramos que isso é possível uma vez que o Governo Regional anunciou a revisão do POOC de São Jorge durante o presente ano de 2015 e que o Município de Velas iniciou também o processo de revisão do seu Plano Diretor Municipal.

Ainda temos que dizer que após a apresentação inicial da presente resolução, esta Casa aprovou por unanimidade a inclusão no Plano Anual Regional para 2015 de uma ação com verba destinada ao início da implementação deste mesmo Plano.

O Governo Regional dos Açores anunciou a candidatura das fajãs de São Jorge a Reserva Mundial da Biosfera na UNESCO, assumindo-se a REDBIOS como parceiro efetivo no desenvolvimento de ações e projetos, através da cooperação, alinhados com as estratégias de desenvolvimento à escala local e regional, bem como com as estratégias nacionais e europeias.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Gostaria ainda de reconhecer a abertura do proponente do Projeto de Resolução, CDS-PP, em atender às preocupações e sugestões levantadas

pelo Partido Socialista, durante todo o processo de análise do diploma.

Por último, e mesmo para terminar, referir que ao contrário do que acontecia no passado, hoje temos uma maior disponibilidade de técnicos jorgenses e açorianos que podem e devem melhor interpretar as oportunidades e potencialidades das fajãs, bem como a suas ameaças e fragilidades, devendo o poder político local e regional promover a participação destes em particular, mas de todos os jorgenses em geral, com o intuito de se obter no Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs, bem como em todos estes processos de revisão de instrumentos de gestão territorial e no processo de candidatura à REDBIOS respostas às reais necessidades e especificidades dos jorgenses, com ganhos claros para sua qualidade de vida e sustentabilidade socioeconómica da sua Ilha.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente a presente proposta de resolução.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por felicitar o Grupo Parlamentar do CDS-PP pela apresentação desta proposta. Mas fazer aqui apenas um pequeno parênteses: a forma que utilizaram talvez seja um erro. É que a proposta é boa, o Governo depois pode é estragar.

Deputada Zuraida Soares (BE): O Governo é mau!

O Orador: Pode estragar. O Governo pode estragar!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não estraga!

O Orador: Pode estragar, porque passar esta responsabilidade para o Governo... Basta olhar para São Jorge para percebermos que a intervenção

governativa em São Jorge, dos Governos do Partido Socialista, de facto contribuiu para o declínio de São Jorge.

Quem conhece São Jorge percebe isso perfeitamente.

Algumas opções que foram tomadas relativamente a São Jorge contribuíram para um grande declínio económico de São Jorge, uma ilha rica, quer em termos das pescas, quer em termos da indústria conserveira, quer em termos da produção de queijo.

Entretanto, o Governo Regional paulatinamente, com algumas opções que foi tomando ao longo do tempo, foi destruindo a economia daquela ilha.

Portanto, Srs. Deputados do CDS, a vossa proposta é excelente, mas tem este problema. Estão a entregá-la ao Governo, o Governo pode estragar. Esperemos que não!

Gostaria ainda de dizer o seguinte, até como contributo, se o Governo Regional assim o quiser entender. As fajãs em São Jorge são de facto um potencial. Terão muito para contribuir para o enriquecimento da Ilha de São Jorge em particular e para a Região também.

É preciso valorizar as fajãs, designadamente ao nível da sua capacidade produtiva, não pela quantidade, mas pela qualidade e diversidade dos seus produtos.

Para isso é necessário que se promova a elaboração deste plano tendo em consideração exatamente esta vertente, a vertente económica.

É muito importante a sua valorização em termos paisagísticos e ambientais, mas há também um uso tradicional daquelas fajãs que deve ser revitalizado e que pode trazer e acrescentar mais-valias para a Ilha de São Jorge.

Portanto, fica este contributo para já de modo a que este plano possa efetivamente contribuir para que São Jorge...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olha o assessor!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor vai ser nomeado para assessor da Sra. Presidente!

O Orador: ... tenha mais uma vertente que possa contribuir para o renascimento daquela ilha, porque de facto o Governo do Partido Socialista destruiu a economia daquela ilha.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que concordo inteiramente com a sua análise, Sr. Deputado Aníbal Pires,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Deputado!

O Orador: ... e concordo com a iniciativa que aqui foi apresentada pelo CDS-PP.

Eu considero que esta visão estratégica de criar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É assim! Dá uma lição!

O Orador: É uma lição de democracia. O facto de sermos de partidos diferentes, com ideologias diferentes, não quer dizer que não se consiga concordar com um conjunto de ideias. Nesta matéria quem fica de fora quase sempre é o Partido Socialista, porque tem uma cultura diferente.

Devo dizer, que estes 20 anos na oposição têm criado em todos nós ótimos hábitos de colaboração e de participação democrática no âmbito daquele trabalho que está a ser desenvolvido em circunstância muito difíceis pela oposição açoriana.

Mas devo dizer, no que diz respeito a esta visão estratégica, que considero fundamental o Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs da Ilha de São Jorge (eu já vou tratar desse assunto).

Considero que ao longo deste período o Partido Socialista e os sucessivos Governos do Partido Socialista já o deveriam ter feito. Não o fizeram, não tiveram essa visão estratégica.

Devo dizer também que concordo em absoluto com a beleza natural, os usos, a capacidade, o potencial enorme das fajãs de São Jorge, a beleza extraordinária. Já agora uma homenagem também às gentes de São Jorge que são maravilhosas e sabem receber. De facto, têm uma personalidade, um espírito comunitário fantástico.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Devo dizer que (a maior riqueza de São Jorge são as maravilhosas pessoas de São Jorge) se corre aqui também o risco de se estar a apresentar e provavelmente até a vir a ser aprovado um Plano que o Governo não implementará.

Obviamente que há dois anos este Governo anda a fazer de conta que governa. Do ponto de vista prático, do ponto de vista do desenvolvimento dos planos nós não estamos a ver nada, absolutamente nada.

Portanto, este Governo está a ganhar tempo, está a tentar manter-se no poder, a fazer de conta que tem planos, a fazer de conta que governa, mas na prática nós não temos nada a observar.

Na Ilha de São Jorge o que nós vemos é um declínio demográfico imenso, setores de atividade em declínio progressivo e não vemos que o Governo tenha conseguido alterar estas circunstâncias, pelo contrário, e aqui concordo com a apreciação feita pelo PCP, a intervenção governamental em São Jorge tem agravado os problemas constantemente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma tragédia!

O Orador: Devo dizer também que nas noutras ilhas, pela minha experiência como Deputado eleito pela Ilha do Corvo (esta aqui também é referida como Património Mundial da Humanidade e penso que há condições objetivas para

que assim venha a ser reconhecida), depois de obtidas estas classificações internacionais, o que estamos a verificar é que o Governo Regional não tem potenciado estas classificações e o potencial que elas significam do ponto de vista internacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Não tem desenvolvido o esforço financeiro, o investimento necessário, não tem desenvolvido os planos necessários. Nada disso se tem desenvolvido.

O Corvo é reserva da Biosfera. Se verificarmos aquilo que foi feito, a criação de emprego que foi conseguida ao abrigo dessa classificação, as melhorias do ponto de vista ambiental, a criação de riqueza, nós verificamos que os resultados são muito poucos.

Portanto, há também aqui esse risco e isso tem a ver com a incapacidade do Governo para investir e para investir bem.

Uma última referência ao discurso do Sr. Deputado António Pedroso, que falou no ecomuseu de São Jorge como uma descoberta.

Eu devo dizer-lhe que tenho que lhe retirar esse mérito. Tenho que fazer uma precisão histórica. Os ecomuseus são património do PPM, Partido Popular Monárquico.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está a ver? Já há 900 anos!

O Orador: Estão no nosso programa desde 1974, foram escritos por esse grande génio da política portuguesa que é o Gonçalo Ribeiro Teles. Foi ele que escreveu.

Portanto, o ecomuseu, enquanto conceito, pertence a um partido e esse partido é o Partido Popular Monárquico.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Lembrem-se do Pinhal de Leiria, do Dom Dinis!

Deputado Berto Messias (PS): Mas nessa altura não era do PPM!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor está a afundar a sua bancada!

Presidente: A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não era do CDS-PP?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! A gente tem o *cartoon* bem feito!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se continuar assim terá que se demitir no final desta semana!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor era do CDS não era do PPM!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor ao “leme”, o “barco” vai ao fundo!
Se eu fosse a si, demitia-me!

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este projeto integrado de desenvolvimento das fajãs de São Jorge é exatamente isto: é um Plano Integrado para o Desenvolvimento das Fajãs de São Jorge.

Sendo um Plano que prevê a integração de políticas, ele exige claramente uma visão holística e um esforço de vermos uma política não setorial para resolvermos os problemas das especificidades do Plano Integrado de São Jorge.

Neste Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs de São Jorge cabe tudo: cabe o *bird watch*, cabe a promoção dos produtos tradicionais de São Jorge, cabe exatamente aquilo que é necessário para o desenvolvimento sustentável da ilha.

Por isso mesmo é que o ponto resolutivo n.º 1 diz que “em estreita colaboração com os municípios de São Jorge, se elabore este Plano”.

Ora, seria um contrassenso da nossa parte que aquando da apresentação desta proposta de resolução, vindo o Governo Regional a público dizer que ia fazer uma revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, que criticámos, que não fosse integrado nessa perspetiva de desenvolvimento de São Jorge.

Ora, assim sendo, há um contexto que interessa clarificar entre o momento da apresentação dessa proposta e o momento em que estamos a debater esta mesma proposta.

Acontece que o Projeto de Resolução não foi ao “alfaiate”. O Projeto de Resolução foi ao “cabeleireiro”. Esticou o cabelo.

Deputado Manuel Pereira (PS): Vai ter que arranhar as unhas!

O Orador: Ou seja, ficou melhor. Ficou com um novo *look*, *new look*. Esse *new look* é um bocadinho...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fez uns caracóis, Sr. Deputado!

O Orador: Tem muito mérito porque é exatamente isso que se pretende.

Quando se pretende um plano integrado, pretende-se diálogo.

Não é lícito que apresentamos uma proposta de um plano integrado e sejamos incapazes de ter diálogo.

Ora vejamos o que é que o “alfaiate” cortou:

Deputada Zuraida Soares (BE): Ai Jesus!

O Orador: Ponto n.º 1 – nada!

Ponto n.º 2 – nada! Acrescentou! Deu uma perspetiva, acrescentou o ponto resolutivo.

Ponto n.º 3 – o que é que o “alfaiate” cortou? Nada!

Deputada Zuraida Soares (BE): Os alfaiates já não são o que eram!

O Orador: Ou seja, mantém.

O que é que se acrescentou? Acrescentou-se aquilo que o próprio Governo Regional já tinha decidido fazer...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E bem! E bem!

O Orador: ... e que aparece anunciado publicamente depois da apresentação dessa proposta, que é candidatar as fajãs de São Jorge a reserva da Biosfera.

Ora, a nossa proposta é candidatura a Património da Humanidade, mas uma coisa não é incompatível com a outra.

Eu não percebo onde é que está aqui o “alfaiate”.

Está, de facto, o arranjar de cabelo, o esticar o cabelo, tornar isto muito mais holístico e abrangente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Os alfaiates não arranjam o cabelo! Só se for em São Jorge!

O Orador: Não estamos zangados!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Fez umas extensões!

O Orador: Fez-se umas extensões, sim senhor, que fazem todo o sentido quando se trata de algo que deve ser o diálogo para resolvermos um problema muito concreto.

Este problema muito concreto tem que ser resolvido obviamente pelo Governo Regional.

Agradecemos a intenção de voto tanto do Deputado Aníbal Pires, como do Deputado Paulo Estêvão, em querer votar no CDS-PP para resolver e aplicarmos este plano, mas nós não somos ainda Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda, ainda!

O Orador: Pode ser que nas próximas eleições o possamos ser. Contamos com os vossos votos.

Assim sendo, não faz sentido que não seja o Governo eleito pelos açorianos a aplicar este Plano de Desenvolvimento Integrado de São Jorge.

O que é necessário é que ele tenha contributos de todos os decisores políticos, que haja capacidade de integrar políticas e que haja capacidade de dialogar com os representantes do povo de São Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu estava a resistir a concordar com o Sr. Deputado Aníbal Pires quando há pouco na sua intervenção disse que era uma pena que uma proposta, uma iniciativa legislativa tão boa, fosse entregue na mão deste Governo Regional.

Estava a resistir, porque acho que ninguém na fase da terra consegue destruir a beleza ímpar das fajãs açorianas, independentemente das ilhas onde elas existem, mas sobretudo na Ilha de São Jorge.

Mas depois de resistir a concordar com o Sr. Deputado lembrei-me de uma coisa, lembrei-me de uma fajã que existe na Ilha de São Miguel e que se chama Fajã do Calhau.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sra. Deputada, que trauma! A senhora já desceu a estrada!

Deputado Berto Messias (*PS*): Sra. Presidente, Nordeste, São Jorge...

A Oradora: E lembrei-me como é possível pegar no território que faz parte desde 2007...

Deputado Rogério Veiros (*PS*): Estamos a falar de São Jorge!

Deputado André Bradford (*PS*): A senhora nunca mais foi lá!

A Oradora: O senhor anda a seguir-me?

Deputado André Bradford (*PS*): Não!

A Oradora: Ah, bom! Pôs alguém a seguir-me?

Deputado André Bradford (*PS*): Se tivesse ido não dizia isso que está dizendo.

A Oradora: Digo, digo, digo.

Deputado Francisco César (*PS*): Aquilo está tão verdinho!

A Oradora: Já reconstruíram?

Deputado André Bradford (*PS*): Mais ou menos!

A Oradora: Ah! Mais ou menos!

Deputado Rogério Veiros (PS): Às fajãs de São Jorge vão lá carros! Abriram para lá caminhos!

A Oradora: Posso continuar, Sra. Presidente. Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Veja lá se não vai ao Curral das Freiras!

A Oradora: O território de que eu estou a falar, que toda a gente conhece, é, desde dezembro de 2007,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estamos a falar de São Jorge!

A Oradora: ... regulado pelo regime estabelecido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Costa Sul da Ilha de São Miguel. Ou seja, é e era um território protegido, aliás com muitas outras categorias e até com muitas outras mais-valias de vária natureza cultural e ambiental.

No entanto, o Governo Regional, em nome de interesses que não são os da Fajã nem os do ambiente...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Em nome da população, Sra. Deputada!

A Oradora: ... transformou aquele local num local muito apetecível do ponto de vista imobiliário, mas completamente destruído do ponto de vista ambiental.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Por isso o Bloco de Esquerda, indo obviamente votar favoravelmente este Projeto de Resolução, não só porque aquilo que propõe ao Governo é justíssimo e sensato, mas sobretudo, porque os jorgenses e as jorgenses merecem que alguma coisa comece a acontecer numa ilha que morre todos os dias um bocadinho, porque não tem massa crítica, porque não tem dinamismo, porque não tem economia, porque não tem pessoas, porque não tem vida nem investimento, e no entanto é uma ilha da coesão, que seja pelo menos um contributo, este do Plano Integrado das Fajãs de São Jorge, uma forma de

levantar uma ilha que neste caso concreto precisa de ser levantada urgentemente.

Agora, mais uma vez parafraseando o Sr. Deputado Aníbal Pires, desejo sinceramente que o Plano Integrado com que o CDS eventualmente sonha quando faz este Projeto de Resolução não tenha nada a ver com aquilo que foi feito na Fajã do Calhau.

Muito obrigada.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Quantas fajãs de São Jorge têm estradas de acesso como a Fajã de Calhau?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta proposta de resolução apresentada pelo CDS-PP quero, em primeiro lugar, relevar a importância das fajãs, aliás como a generalidade dos partidos políticos aqui presentes tiveram oportunidade de referenciar, não só pelas suas características geológicas e ambientais, mas também por tudo aquilo que representam para a economia de São Jorge, designadamente na área social, na área cultural, na área económica, ao nível dos setor agrícola nas suas diferentes produções e ao nível do desenvolvimento turístico da Ilha de São Jorge.

Quero também aqui relevar o envolvimento que o Governo dos Açores tem na preservação deste bem que não é só da Ilha de São Jorge, mas que é de todos os açorianos.

Quero também fazer referência à forma como este projeto evoluiu, ao tratamento que teve na CAPAT, a evolução que sofreu por via das diferentes intervenções que ocorreram durante a sua apreciação.

Da parte do Governo tivemos oportunidade de chamar a atenção para a compatibilidade que deveria haver entre este projeto e o POOC de São Jorge, que neste momento, conforme também tive oportunidade de referir em Comissão, está em processo de avaliação com vista à sua alteração, conforme aliás vamos fazer em todas as ilhas. Recentemente apresentámos publicamente um processo semelhante relativamente às bacias hidrográficas das Furnas e das Sete Cidades na Ilha de São Miguel.

Este processo, conforme tive oportunidade de referir, decorre neste momento e naturalmente que conciliando com esta iniciativa enriquece. Aliás, prova disto foi a alteração que chegou a este Parlamento e que estamos neste momento aqui a discutir.

Devo também referir que em sequência destes trabalhos e conforme também anunciei, já sucederam alguns acontecimentos, designadamente a visita aos Açores de um Comité da Rede de Reserva da Biosfera e do Atlântico, no passado mês de setembro, naturalmente visitando também São Jorge, conforme foi anunciado e que constou do programa dessa visita.

Devo também referir que já se constituiu um grupo de trabalho informal de acompanhamento desta candidatura, composto pelos Presidentes das Câmaras de São Jorge, pelos Presidentes das Associações Agrícolas de São Jorge, pela Associação de Pescadores, pelo seu Presidente, pelo Núcleo Empresarial de São Jorge e ainda pelo Diretor de Serviço do Ambiente.

Neste momento, este grupo de trabalho já desenvolve esforços no sentido de consolidar a candidatura que vamos apresentar à reserva da biosfera, trabalho esse que servirá para construir e para consolidar o plano que agora estamos aqui a avaliar.

Há já uma reunião agendada para o final deste mês. Já houve uma primeira reunião no início de fevereiro. Há uma reunião agendada, perdão, para o mês de março, para se definir a análise e os termos em que a candidatura deverá ser

feita, as bases do zonamento, enfim, um conjunto de iniciativas e de detalhes necessários a este documento.

O objetivo é que a candidatura fique concluída no mês de setembro, já com o processo de consulta pública, que lhe é inerente, concluído.

Portanto, a candidatura está pronta em junho. Seguir-se-á o processo de consulta pública para poder ser candidatado em setembro.

Paralelamente também, tenho o gosto de anunciar neste plenário que vamos participar no próximo mês de março, designadamente nos dias 24 a 26 de março, em Malta, na V Conferência da Rede Mundial de Reservas da Biosfera em Ilhas e Zonas Costeiras, onde teremos oportunidade, num fórum especialmente dedicado aos Açores e às fajãs de São Jorge, de apresentar um painel representativo desta nossa candidatura, dedicado exclusivamente a ela, e de recolher nesse fórum os apoios internacionais necessários à sua aprovação final.

Por isso, é com gosto que esta iniciativa decorre, é com gosto que tenho aqui o prazer de anunciar que temos boas expectativas de que no final deste verão São Jorge e as suas fajãs pertençam à Reserva da Biosfera.

Permitam-me ainda uma pequena apreciação àquilo que disse o Sr. Deputado António Pedroso e manifestar alguma estupefação, permita-me o termo, relativamente, enfim, à forma deselegante como se dirigiu...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... à intenção do Governo de candidatar as fajãs de São Jorge a Reserva Mundial da UNESCO.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Muito bem! Está a brincar com coisas sérias!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Demita-se!

O Orador: Conforme tive oportunidade de referir, é de facto uma iniciativa do Governo que mereceu o apoio incondicional de todas as forças vivas de São Jorge.

Penso que o Sr. Deputado esteve na sessão que se fez em setembro e naturalmente terá constatado isso.

Os desenvolvimentos posteriores, designadamente com o envolvimento das Câmaras Municipais, das Associações e do Núcleo Empresarial, dão bem conta desta adesão à ideia e de se terem congregado esforços, congregado participações, para que a candidatura seja uma candidatura sólida e possa vingar nos fóruns adequados.

Naturalmente que trará mais-valias à Ilha de São Jorge. Permitirá, conforme o Sr. Deputado António Pedroso certamente sabe, que os produtos tenham uma marca desse galardão, os produtos que são produzidos na Ilha de São Jorge; permitirá que a ilha, através desta iniciativa tenha uma visão, tenha uma exposição completamente diferente da que tem hoje; permitirá que venham mais pessoas aos Açores e necessariamente à Ilha de São Jorge; permitirá um maior comércio dos seus produtos.

Portanto, há um conjunto de vantagens que penso que o Sr. Deputado António Pedroso certamente conhece e que naturalmente não quis fazer referência na sua intervenção.

Portanto, queria também referir (permitam-me também) embora não tenha muito a ver com o assunto que estamos aqui a discutir, mas que fez parte da sua intervenção, e que teve a ver com o setor cooperativo.

Penso que sobre o setor cooperativo em São Jorge, concretamente o de laticínios, que foi tantas vezes falado aqui neste plenário, numa época em que de facto atravessava dificuldades, já não se fala há alguns plenários atrás, o que significa que as coisas estão a correr bem.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não se engane, Sr. Secretário!

O Orador: Se me perguntar: os problemas estão todos resolvidos? Naturalmente que não! Mas encontraram-se formas, encontrou-se um caminho diferente que naturalmente conduzirá, a breve trecho, a que o setor cooperativo tenha uma perspetiva diferente de futuro, se consolide a sua atividade e seja de facto aquela mais-valia que representa para a economia da Ilha de São Jorge.

Voltando um pouco aqui à substância da proposta do CDS-PP, aproveito naturalmente a oportunidade para relevar a sua pertinência, para dar conta de que o Governo tudo fará para que ela seja bem implementada, seja consistente e possa contribuir para o desenvolvimento da Ilha de São Jorge e das suas fajãs.

Muito obrigado.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir neste debate, mas depois da intervenção da Sra. Deputada Zuraída Soares vi-me na obrigação e no dever de participar neste debate.

A Sra. Deputada Zuraída Soares disse na sua intervenção que em São Jorge não havia gente nem havia massa crítica.

Sra. Deputada, nós temos em São Jorge fajãs...

Deputada Zuraída Soares (BE): Um protesto, Sra. Presidente!

O Orador: ... exatamente porque temos lá pessoas.

A Sra. Deputada...

Deputada Zuraída Soares (BE): O Sr. Deputado é um mentiroso! Agora defenda a honra!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares...

Deputada Zuraída Soares (BE): O senhor é um mentiroso!

O Orador: Sra. Presidente...

Presidente: Sra. Deputada ...Depois terá oportunidade de usar da palavra, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): E o senhor terá a oportunidade de defender a honra! É um mentiroso!

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros faça o favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: Quanto à defesa da minha honra, Sra. Presidente, será defendida pelo Diário das Sessões que certamente transmitirá aquilo que a Sra. Deputada afirmou há pouco.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): O senhor é um mentiroso!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares...

O Orador: De qualquer das formas continuo a...

Deputada Zuraida Soares (BE): O senhor é um mentiroso e o Diário das sessões não é!

Presidente: Sra. Deputada, vamos tentar manter as coisas a um nível mínimo. Vamos permitir que o Sr. Deputado Rogério Veiros...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, posso dizer que faltou à verdade! É um mentiroso!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, o Sr. Deputado Rogério Veiros terá que concluir a sua intervenção e depois dar-lhe-ei a palavra para um protesto.

Deputada Zuraida Soares (BE): Com certeza!

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros.

O Orador: Sra. Presidente, eu não fui o único Deputado que ouvi a intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares e o Diário das Sessões irá confirmar aqui quem fala a verdade.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sim senhor! Eu quero a transcrição!

Deputado André Bradford (PS): Pela negativa! Disse sim senhora!

O Orador: Sra. Presidente, posso continuar?

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros faça o favor de continuar.

O Orador: Posso continuar. Sim senhora.

A Sra. Deputada Zuraida Soares disse aquelas palavras e isso obriga-me a ter que intervir neste debate, exatamente porque em São Jorge existem fajãs porque existem jorgenses. Foram os jorgenses que ao longo dos anos construíram as fajãs.

E para que os jorgenses possam habitar nas fajãs, possam usufruir das fajãs, possam viver o quotidiano das fajãs, foi preciso ao longo dos anos criar condições de habitabilidade nas fajãs.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso é que existem estradas abertas para as nossas fajãs, por isso é que existe eletrificação de algumas das nossas fajãs,...

Deputados André Bradford e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... por isso é que existe investimento nas fajãs. Isto é em respeito pela vontade dos jorgenses e de acordo com aquilo que é a vontade dos jorgenses.

Mas de qualquer das formas gostaria ainda de acrescentar, Srs. Deputados, que todas as iniciativas que possamos tomar terão o maior sucesso de acordo com aquilo que é a vontade dos jorgenses.

As fajãs de São Jorge serão sobretudo aquilo que os jorgenses quiserem das suas fajãs.

O Partido Socialista apoiou e apoia a iniciativa do CDS-PP, uma iniciativa que visa dinamizar mais as nossas fajãs.

Este debate leva-me a concluir, depois da intervenção do Sr. Secretário e daquilo que é a ação do Governo e daquilo que é a iniciativa do CDS, que nós

temos aqui um partido que propõe, um partido que faz e os restantes partidos que criticam e alguns ainda querem ser governo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Para um protesto.

Presidente: Às declarações do Sr. Deputado Rogério Veiros. Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Rogério Veiros poderia ter intervindo neste debate. Bastaria pôr o dedinho no ar e inscrever-se. Não precisava de arranjar um pretexto falso para o fazer.

Aquilo que eu disse e repito é que São Jorge está a morrer todos os dias...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

A Oradora: ... e a transcrição foi pedida para a entregar com a maior delicadeza ao Sr. Deputado Rogério Veiros.

Afirmei também que São Jorge precisa de economia, de dinamismo, de vida, de massa crítica, de gente que faça alguma coisa naquela ilha.

Deputado Berto Messias (PS): Disse que não tinha!

A Oradora: Disse e volto a repetir.

O Sr. Deputado Rogério Veiros sabe muito bem que foi isto que eu disse, mas deu-lhe jeito dar a volta ao texto.

Por isso eu não digo que faltou à verdade. Digo que o Sr. Rogério Veiros é um mentiroso conforme será provado pelo Diário das Sessões, cuja transcrição já acabei de pedir.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Deputado Berto Messias (PS): Estranho conceito de democracia que a senhora tem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Quer falar de democracia, Sr. Deputado? Depois da cena de ainda agora, quer falar de democracia?

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros, pergunto se quer usar da palavra para um contraprotesto?

(Apartes inaudíveis entre o Deputado Berto Messias e a Deputada Zuraida Soares)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, hoje tem sido recorrente... Srs. Deputados, estou a falar.

Deputado Rogério Veiros (PS): Sra. Presidente,...

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros, ainda não lhe dei a palavra. Só mais um minuto.

Sras. e Srs. Deputados, hoje tem sido recorrente os apartes que em nada dignificam esta Assembleia, porque os apartes também ficam registados no Diário das Sessões.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Alguns!

Presidente: Portanto, eu apelo a todos, independentemente da emoção do debate (várias vezes já falámos disto aqui) e do próprio adiantado da hora, mas não nos podemos ofender uns aos outros.

Sr. Deputado Rogério Veiros, para um contraprotesto tem dois minutos.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, só para em resposta à intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares para repetir as minhas afirmações:

A Sra. Deputada Zuraida Soares acabou de repetir a sua intervenção. A minha interpretação das palavras dela são aquelas e a minha interpretação sou livre de a ter.

Quanto ao tom e à educação, eu não me revejo nem repito da mesma forma, mas Sra. Deputada, desculpa que lhe diga, se em São Jorge há falta de massa crítica, talvez seja para o lado do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

Deputados André Bradford e Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para se inscrever?

Então darei primeiro a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires que já estava inscrito.

Deputada Zuraida Soares (BE): Era para responder ao Sr. Deputado Rogério Veiros!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Deputada Zuraida Soares (BE): Era para me inscrever.

Presidente: Já está inscrita. Darei primeiro a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires, porque estava inscrito em primeiro lugar.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente, e devido à brevidade, ou melhor, à vontade com que a Deputada Zuraida Soares tem de responder ao Deputado Rogério Veiros, eu limito-me a fazer duas simples perguntinhas:

Foi por vontade dos jorgenses que se concentrou a produção de queijo na UNIQUEIJO e se encerraram as cooperativas nas freguesias?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Boa pergunta!

O Orador: Foi por vontade dos jorgenses que se encerraram as escolas do 1.º ciclo do ensino básico? Responda!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Em grande forma, Sr. Deputado Aníbal Pires!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, também é importante fazermos aqui um alerta de que o que está em causa e em discussão é o Projeto de Resolução apresentado pelo CDS. Não obstante a latitude que a Mesa normalmente concede a todas as Sras. e Srs. Deputados nas suas intervenções, não posso permitir que se continue a falar de matérias que nada têm a ver com a matéria em causa.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de reavivar a memória desta câmara para dizer o seguinte:

Segundo o dicionário português, interpretação não é o mesmo que citação.

O Sr. Deputado Rogério Veiros tem todo o direito de interpretar o que quiser, mas quando cita tem a obrigação de dizer exatamente aquilo que afirma que a pessoa disse – primeiro ponto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Segundo ponto: fico à espera que o Sr. Deputado Rogério Veiros quando ouvir e ler a transcrição daquilo que eu disse, peça desculpa das afirmações que acabou de fazer.

Fico à espera da desculpa, Sr. Deputado.

Finalmente, a massa critica que existe em São Jorge...

Deputado Miguel Costa (PS): Ah!... Já existe!

A Oradora: ... não é falta do Bloco de Esquerda, Sr. Deputado. Eu vou dizer-lhe qual é a massa crítica que existe. A massa crítica que existe em São Jorge é morta, como foi morta no ecomuseu, não por ser do Bloco de Esquerda, mas porque não era do Partido Socialista e do Governo.

A massa crítica está lá, mas o Governo e o Partido Socialista não a deixam mexer se não for no seu sentido. E o ecomuseu é a prova disso.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O cacitismo do Partido Socialista!

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, eu não quero de forma nenhuma alimentar discussões que venham a prejudicar o debate democrático e plural nesta Assembleia.

Queria aqui dizer, Sra. Deputada, que já não é a primeira vez que o Deputado Rogério Veiros se excede num debate, se levanta e pede desculpa aos colegas.

Deputada Zuraida Soares (BE): Nem eu!

O Orador: Já não é a primeira vez que o faço.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu também não!

O Orador: Fá-lo-ei as vezes que achar que o deva fazer...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque isso tem a ver com a minha educação e com os meus princípios.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: De qualquer das formas, Sra. Presidente, eu ouvi a intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares da primeira vez e da segunda vez. A minha interpretação é esta. Como jorgense senti-me ofendido...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ofendido?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e no dever de intervir.

Continuarei a fazê-lo as vezes que entender, porque a democracia assim o obriga e tenho esse direito.

Quanto aos jorgenses e à massa crítica, os jorgenses democraticamente decidirão sempre e têm decidido muito bem na minha opinião.

Já perdi e já ganhei eleições e aqui estou sempre confiando naquilo que é a sabedoria dos jorgenses.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rogério Veiros e a resposta às perguntinhas?

Deputado André Bradford (PS): Não fez perguntinhas! Elas não tinham nada a ver!

O Orador: E as respostas?

Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Aníbal Pires, e a discussão do diploma?!

O Orador: E as respostas às perguntinhas?

V.^a Ex.^a falou na vontade dos jorgenses.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Olhe o Regimento!

O Orador: E eu estou aqui a perguntar-lhe se foi por vontade dos jorgenses que se encerraram as pequenas cooperativas nas freguesias, se centralizou a produção na UNIQUEIJO...

Deputado Rogério Veiros (PS): Sra. Presidente, isto não é do objeto do diploma!

Presidente: Não é!

O Orador: ... ou se foi por vontade dos jorgenses que se encerraram as escolas do 1.º ciclo do ensino básico? Responda!

Deputado Miguel Costa (PS): E a estrada das Manadas...

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos considerar que as suas perguntas foram meramente retórica...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não foram não!

Presidente: Foram, foram.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não foram não!

Presidente: Vamos tentar concluir este debate, depois deste debate paralelo, que apesar de ser sobre São Jorge e que nalgumas matérias estão relacionadas com o diploma causa, mas já há muito que ultrapassaram aquilo que estamos aqui a falar.

Sr. Deputado Aníbal Pires...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, para uma interpelação à Mesa!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, discordo da opinião de V.^a Ex.^a, porque as perguntas que eu fiz não eram retóricas,...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Então respeite o Regimento!

O Orador: ... porque se fossem retóricas era suposto que eu conhecesse a resposta à pergunta.

Em função do que foi a intervenção do Deputado Rogério Veiros sobre a vontade soberana dos jorgenses, eu gostaria de saber qual era a resposta.

Se foi efetivamente pela vontade soberana dos jorgenses que encerraram as pequenas cooperativas nas freguesias, se se concentrou a produção de queijo na UNIQUEIJO e se...

Presidente: Sr. Deputado, está...

O Orador: Eu não sei a resposta. Eu queria que o Sr. Deputado Rogério Veiros respondesse.

Presidente: Depois o Sr. Deputado Rogério Veiros terá oportunidade de lhe responder.

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

Deputado Francisco Coelho (PS): Realmente a retórica era fraca, Sr. Deputado!

(*) Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em resposta ao Sr. Secretário, eu gostaria de lhe dizer que não foi minha intenção ser deselegante com V.^a Ex.^a, mas tenho que reafirmar que os jorgenses desconhecem o que é que lhe vai trazer esta candidatura à REDBIOS. Aliás, em comissão eu perguntei ao Sr. Secretário quais seriam as limitações que isso iria trazer, ao que o senhor me respondeu que a classificação como reserva da biosfera poderia criar algumas limitações, mas não ficava tudo proibido.

Portanto, quer dizer que vai haver limitações e que não se fez uma análise, pelo menos os jorgenses não têm noção, do que é que irá ficar proibido, quais vão ser as limitações que vão ter nas suas fajãs.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: A verdade é que eu estive presente na apresentação feita pelo Governo no auditório sobre essa candidatura.

Deputada Catarina Moniz Frutado (PS): Isto é uma iniciativa do CDS-PP!

O Orador: Eu estou a falar na candidatura da REDBIOS.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Catarina, estavas distraída!

O Orador: Não foi uma discussão em que perguntassem à população, ou a quem lá estava, se estavam de acordo.

Foi uma apresentação consumada em que houve algumas explicações.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Mas o senhor é contra a candidatura?!

O Orador: Não, não sou contra. Aliás, eu sou a favor de tudo o que seja bom para a Região e para São Jorge.

Deputado Manuel Pereira (*PS*): Não parece!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Só que eu não gostaria de ver os jorgenses carregados de medalhas ao pescoço e a passar fome.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Já que a Sra. Secretária me interpelou e me mandou esse aparte, quero dizer-lhe que ouvi a Sra. Secretária há bocadinho dizer...

Deputada Catarina Moniz Frutado (*PS*): Isso é bolacha Maria, Sr. Deputado!

O Orador: ... o que seria de São Jorge se as fajãs não tivessem estradas.

Sra. Secretária, quero dizer aqui: o que seria de São Jorge se todas as fajãs tivessem uma estrada? É que já não era uma fajã! Já era uma cidade.

Deputada Catarina Moniz Frutado (*PS*): Uma cidade?! Ah!...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): O senhor percebeu!

O Orador: Não é? Estradas por todo o lado! São 70 fajãs, 70 estradas! Sra. Secretária...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sr. Deputado, eu queria dizer acesso!

O Orador: Mais. Eu devo lembrar que há fajãs que se mantiveram originais e intactas porque não tiveram uma estrada, embora eu entenda que uma estrada é sempre útil e tem os seus benefícios.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): E as pessoas que moram lá não precisam de ir ao médico?

O Orador: Agora, se queremos turismo e se queremos oferecer um produto *sui generis* não é encher São Jorge de estradas.

Deputada Catarina Moniz Frutado (PS): Mas diga-me lá: os jorgenses não querem estradas?

O Orador: Mais. Devo lembrar que algumas das fajãs são sítios de romarias religiosas, como é o caso da Fajã de Santo Cristo, como é o caso de São Martinho na Fajã D'Além.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Eu sei! Eu conheço muito bem!

O Orador: É evidente que alguém que vai cumprir uma promessa religiosa certamente vai a pé, não vai de carro.

Agora, infelizmente, sabemos que muita gente que vai a São Jorge de férias é comodista, prefere ir de carro a todos os sítios,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): O senhor é contra os acessos!

O Orador: ... mas enfim, temos que avaliar qual é o tipo de turista que nos interessa e qual nos trará maior rentabilidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para duas notas relativamente à observação do Sr. Deputado António Pedroso, começando pela parte do que é que não se pode fazer. Eu

diria que não se pode fazer nada que concorra para a degradação das fajãs, para a sua descaracterização, ...

Deputado António Pedroso (PSD): A estrada não se pode fazer!

O Orador: ... e para todas as atividades que possam de facto concorrer para esse desiderato.

O que é que se pode fazer e quais é que são as vantagens?

Penso que o Sr. Deputado certamente saberá,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na Graciosa estamos à espera dessas vantagens todas!

O Orador: ... e terá tido oportunidade de no encontro que referiu de ter ficado esclarecido, um conjunto de iniciativas que colocam, deixem-me dizer assim, as fajãs no mundo através de uma enorme rede, que é a rede da Biosfera, e todas as vantagens que ela em si encerra, incluindo o galardão que é atribuído aos produtos que aí são produzidos e que naturalmente podem ser diferenciados com um selo próprio desse galardão, que significa que são produzidos em regiões com determinadas características, onde os valores ambientais, culturais e sociais são preservados de acordo com as suas características próprias.

Portanto, entendo que isso é de facto bom para São Jorge, é bom para os Açores e é bom para a economia da nossa Região.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para uma interpelação? Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Muito obrigada.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário vamos interromper os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 32 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Manuel de Almada Macedo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Partido Social Democrata (PSD)

Humberto Trindade Borges de Melo

(*) Texto não revisto pelo Orador.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco